



FORTE DE COPACABANA:
PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E VISITAÇÃO

Ana Elizabeth Valle de Queiroz

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Rio de Janeiro

Abril de 2014

FORTE DE COPACABANA:
PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E VISITAÇÃO

Ana Elizabeth Valle de Queiroz

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Junior, D.Sc.

Profa. Carla Martins Cipolla, D.Sc.

Profa. Elizabeth Tunes, D.Sc.

Rio de Janeiro

Abril de 2014

Queiroz, Ana Elizabeth Valle de

Forte de Copacabana: Patrimônio, Memória e
Visitação/ Ana Elizabeth Valle de Queiroz. – Rio de
Janeiro: UFRJ/COPPE, 2014.

X, 131 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de
Engenharia de Produção, 2014.

Referências Bibliográficas: p. 118-123.

1. Forte de Copacabana. 2. Patrimônio cultural e
memória. 3. Turismo. I. Bartholo Junior, Roberto dos
Santos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro,
COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

Quando comecei a pensar sobre como e para quem seriam meus agradecimentos, os versos de João Cabral de Melo Neto, no poema *Tecendo a Manhã*, logo me vieram à cabeça.

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito e que
o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos....*

A tarefa de escrever uma dissertação é, de um modo geral, um trabalho solitário, devido, principalmente, às inúmeras horas de esforço necessário para transformar em texto, segundo normas acadêmicas, tudo que pesquisamos e aprendemos ao longo do curso de Pós-Graduação. No entanto, a dissertação é um produto, resultado de um caminho percorrido, durante alguns poucos anos, onde encontramos pessoas – os galos – com quem trocamos ideias, descobrimos outras e, assim, em conjunto, fomos *tecendo nossa manhã*.

É chegado então o momento de reconhecer os “diversos galos” que, de maneira coletiva, contribuíram comigo, direta ou indiretamente, na construção deste produto.

Início meus agradecimentos aos professores e funcionários do Programa de Engenharia de Produção/UFRJ que me receberam de maneira acolhedora, mostrando-se sempre dispostos a me ajudar nas mais diversas circunstâncias desse mundo acadêmico.

Agradeço ao Prof. Roberto Bartholo, meu orientador, que, além de me abrir as portas do LTDS, lugar onde muito se aprende com os projetos desenvolvidos, apresentou-me a alguns filósofos que mexeram com a minha cabeça. Com as discussões travadas a partir de Rorty, por exemplo, refleti bastante sobre o ser humano não ter a opção da escolha pelo “existir”, mas ter a possibilidade da escolha pelo “ser”. Mestre, um dia você intuiu e me disse que eu seria mais feliz ao concluir esse percurso. Você estava certo!

A toda equipe do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana e membros do DPHCEX, por abrirem as portas do Forte e me apoiarem durante todo tempo em que transcorreu a pesquisa. Muito obrigada!

Aos novos amigos que fiz no LTDS – Ivan Bursztyn, Ana Carolina Botelho e Aguinaldo Fratucci – obrigada pelas indicações de leitura; pelas dicas acadêmicas; pela ajuda na hora da elaboração dos gráficos e planilhas. Aprendi muito com vocês!

Às minhas amigas – irmãs do coração – Lucia Miranda, Maria Martha Maciel e Marisa Egrejas – mulheres guerreiras, parceiras de luta – que me acompanham há muitos anos. Com elas eu trabalho, mas também me divirto. Com elas eu posso chorar, mas também posso rir. Com elas eu posso tropeçar, pois elas estão sempre prontas para me ajudar a levantar. Sem elas, seria muito mais difícil *tecer cada uma de minhas manhãs*.

Candinha – minha estimada parceira na labuta do lar – obrigada por cuidar com carinho do “meu bem” mais precioso para que eu possa estar ausente *tecendo minhas manhãs*.

Mãe, Pai – meus referenciais de vida – graças a vocês eu pude existir. Graças a vocês eu escolhi ser quem sou.

Deus – energia que se revela por si mesma na harmonia de tudo o que existe – obrigada pela oportunidade de aproveitar o mundo, de amar, de existir. Por acordar todo dia e poder, junto com outros galos, *tecer minhas manhãs*.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

FORTE DE COPACABANA:
PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E VISITAÇÃO

Ana Elizabeth Valle de Queiroz

Abril/2014

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Programa: Engenharia de Produção

As fortificações, obras de defesa militar que tinham como missão salvaguardar o território dos inimigos, surgiram em terras brasileiras a partir do século XVI. Com o desenvolvimento tecnológico da artilharia e das inovações da estratégia militar de ataque e defesa, a tipologia dessas obras foi se transformando, a ponto de muitas delas se tornarem obsoletas e perderem sua função original. Acervo patrimonial de grande importância, as fortificações, esvaziadas de suas funções militares, procuram, hoje em dia, requalificar-se na medida em que transforma a antiga função de “repelir inimigos em receber amigos”. Apoiada na ideia de requalificação desses espaços militares, esta dissertação buscou entender como e quando a função original do Forte de Copacabana se transformou, e que tipo de relação esse lugar estabelece hoje com seus visitantes. Em formato de estudo de caso, o trabalho procurou registrar o *modus operandi* do Forte de Copacabana, assim como identificar quem são os seus visitantes e as razões que os levam até lá. A dissertação conjuga também uma revisão bibliográfica multidisciplinar que perpassa temas relacionados à história da cidade do Rio de Janeiro, ao bairro de Copacabana e ao sistema defensivo da Baía de Guanabara. Assenta-se, ainda, sobre conceitos de lugar, turistificação, patrimônio e memória. A pesquisa sobre as relações históricas e sociais do forte de Copacabana visa reunir informações e análises que possibilitem o registro e um melhor entendimento sobre o processo de migração desse forte como lugar de defesa para um lugar difusor de cultura.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfilment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

FORT COPACABANA:
HERITAGE, MEMORY AND VISITATION

Ana Elizabeth Valle de Queiroz

April/2014

Advisor: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Department: Production Engineering

The fortifications, military defense works which had as its mission to safeguard the territory of the enemy, appeared on Brazilian soil from the sixteenth century. With the technological development of artillery and innovations in military strategy of attack and defense, the typology of these works was the turning point for many of them become obsolete and lose their original function. Estate of great importance, the fortifications emptied of its military functions seek today, requalify the extent that transform the old function " repel enemies into have friends". Supported the idea of upgrading these military sites, this dissertation sought to understand how and when the original function of the Forte de Copacabana has become, and what kind of relationship this place down today with its visitors. In case study format, the study sought to register the *modus operandi* of the Copacabana Fort, as well as identify who its visitors are and the reasons that lead them there. The dissertation also brings together a multidisciplinary literature review that permeates topics related to the history of the city of Rio de Janeiro, Copacabana and the defensive system of Guanabara Bay. Bottoms also on concepts of place, touristification, heritage and memory. The research on the historical and social relations of the Copacabana Fort aims to bring together information and analysis that allow the record and a better understanding of the migration process of this fort from a place of defense to be a culture diffuser.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
Eu e minhas histórias.....	1
CAPÍTULO 1	6
A pesquisa e sua metodologia	6
1.1 O método.....	8
1.2 A pesquisa com alguns atores do Forte	9
1.3 A pesquisa com o visitante	10
CAPÍTULO 2	13
Antes do Forte, um Rio de histórias. Que lugar é esse?	13
2.1 Ocupação e defesa do território	16
2.2 Protegida por fortes, surge a cidade maravilhosa, “cheia de encantos mil”	18
2.3 A cidade e suas transformações.....	23
2.4 De Capital Federal a cidade dos grandes eventos.....	28
2.5 A cidade e o turismo.....	31
2.5.1 A “Paris tropical”.....	36
2.5.2 Depois do “bota-abaixo”	39
2.6 A cidade na vitrine.....	42
CAPÍTULO 3	45
Era uma vez a santa, o bairro e o forte	45
3.1 O bairro “princesinha do mar”.....	51
3.2 Copacabana e turismo.....	55
3.3 Copacabana nas mídias.....	56
CAPÍTULO 4	59
Forte resguardado, portas abertas à visitaçãõ	59
4.1 Turistificação no Forte de Copacabana	62
4.2 Relações entre turistificação, espaço e lugar	65
4.3 Lugares de memória	68
4.3.1 Patrimônio cultural protegido, memória preservada	71
4.3.2 Patrimônio cultural no cenário brasileiro	74
4.4 O Forte como lugar de memória.....	78
4.5 O sítio e seu funcionamento	80
4.5.1 O sítio e suas ações culturais	84
4.6 O atrativo por trás das muralhas	86
4.6.1 O soldado-guia.....	92
4.6.2 Infraestrutura para o visitante	93
4.7 O atrativo em números	95

4.8 O visitante.....	96
4.8.1 O visitante à luz da observação	96
4.8.2 O visitante pelo viés das entrevistas	97
CAPÍTULO 5	111
Uma história inacabada	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXO 1 – Formulário de entrevista com moradores	124
ANEXO 2 – Formulário de entrevista com turistas	125
APÊNDICE 1 – PLANILHA DE DADOS - TURISTAS E MORADORES	126

INTRODUÇÃO

Eu e minhas histórias

O ato de contar histórias é uma atividade milenar que sempre esteve presente na vida do ser humano, mesmo antes da escrita. Essa prática, desenvolvida por povos ancestrais, podia estar ligada tanto ao mundo simbólico como ao mundo real. Contar histórias, seja por meio da oralidade, dos gestos ou da imagem tem um significado importante para o ser humano, uma vez que permite perpetuar rituais, mitos, e as experiências da vida vivida. As narrativas, passadas de geração em geração, possibilitam aos povos informarem aos mais jovens seus saberes, valores e crenças, levando à preservação da memória coletiva ou individual dos diversos grupos humanos, porque

[...] em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e frequentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes e mesmo opostas: a narrativa ridiculariza a boa e a má-literatura: internacional, trans-histórica, transcultural, a narrativa está aí, como a vida (BARTHES, 1976, p.19-20).

Quando eu era criança, sempre gostei das histórias infantis. Além da narrativa, as imagens dos livros me fascinavam com seus traços e cores. Sou do tempo em que algumas coleções infantis vinham acompanhadas não apenas dos livros, mas também de pequenos discos ultracoloridos em vinil. Colocá-los na vitrola e ficar, horas a fio, ouvindo todas aquelas histórias era um mergulho profundo num universo pleno de magia. A imersão no mundo imaginário dos contos infantis que tanto divertia também permitia encontrar personagens vivenciando situações de conflito, medo, conquista, amor e inveja, tal como no mundo real. Se por um lado aquelas horas de histórias sem fim serviram para aguçar minha imaginação e me preparar para lidar com as questões morais do ser humano, tenho certeza de que também serviram para dar sossego a minha mãe, uma vez que me mantinham longe das travessuras infantis. Provavelmente venha daí o despertar da minha vocação profissional.

A graduação em Educação Artística e a qualificação profissional em Guia de Turismo me mantiveram conectada às diversas narrativas relacionadas à produção artística, à valorização e preservação do patrimônio, assim como às relações existentes entre turismo, localidades, cultura e sociedade.

Atuo como docente há mais de vinte anos no Curso Técnico em Turismo do Colégio Estadual Antônio Prado Júnior¹, da rede Estadual de Educação, ministrando aulas de História das Artes, Turismo e Sociedade e de disciplinas técnicas ligadas ao exercício das profissões de guia de turismo e agente de viagens. A docência somada à prática na área do turismo, como guia e agente de viagens, facultou-me um leque de experiências que me levaram a diversos olhares, além de um vasto repertório de histórias. Assim, além de professora, tornei-me uma “contadora de casos” para meus alunos.

Hoje em dia continuo gostando de histórias. Já não me debruço mais sobre os contos de fadas como antigamente, e sim, por força do ofício e do amadurecimento pessoal, sobre as histórias pitorescas das cidades, dos monumentos, das artes e do povo brasileiro. Leio o mundo por intermédio das imagens, esculturas, pinturas, cidades, monumentos e tantas outras produções do ser humano. É isso que me permite refletir sobre o mundo, as práticas sociais e as relações que estabeleço comigo e com os outros. Compartilho o pensamento de Malba Tahan que diz:

A história narrada, lida, filmada ou dramatizada, circula em todos os meridianos, vive em todos os climas, não existe povo algum que não se orgulhe de suas histórias, de suas lendas e seus contos característicos (TAHAN, 1961, p. 16).

Minha história com o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS) tem início em 2011, com a entrada no Programa de Pós-Graduação da Engenharia de Produção/COPPE/UFRJ e a participação no Projeto Palácios do Rio², que teve como um

¹O Colégio Estadual Antônio Prado Júnior (CEAPJ), criado em 1963, está situado na Tijuca, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O curso Técnico em Turismo do CEAPJ, implantado em 1974, oferece hoje capacitação profissional em Guia de Turismo, Agente de Viagens e Auxiliar de Gerente em Meios de Hospedagem.

² O Projeto Palácios do Rio é uma proposição do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS/COPPE/UFRJ ao Edital Prioridade Rio 2010, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

de seus objetivos turistificar³ um palácio da cidade, ainda não aberto à visitação ou com pouca circulação turística, de significativa importância histórica e artística, para receber visitas guiadas por guias de turismo recém-formados pelo Curso Técnico em Turismo do CEAPJ. Tal projeto visava, ainda, à inserção desses egressos no mundo do trabalho e à formação inicial de suas redes de relacionamento profissional⁴, e foi desenvolvido no Palácio da Conceição, antigo Palácio Episcopal do Rio de Janeiro, inserido na Fortaleza da Conceição. Hoje o espaço pertence à 5ª Divisão de Levantamento do Exército Brasileiro e abriga o Museu Cartográfico da instituição.

O sucesso alcançado com o Projeto Palácios do Rio proporcionou a aproximação com algumas instituições, principalmente com o Exército Brasileiro, por meio de sua Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural (DPHCEX)⁵, tornando parceiros o Exército e o LTDS em outros projetos, dentre eles o *Roteiro dos Fortes – Circuitos Turísticos em Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara*,⁶ do qual participo junto com outros pesquisadores do Laboratório. O novo projeto visa estimular a visitação aos fortes e fortalezas da Baía de Guanabara como patrimônio histórico fluminense e brasileiro, para fortalecer vínculos identitários e colaborar na preservação da memória social e cultural. Metodologicamente, ele se apóia no Projeto Palácios do Rio, reaplicando e ampliando a proposta de Roteirização Dialogal⁷ ali implementada.

³ Turistificar é aqui compreendido como a ação de preparar um lugar e/ou atrativo para a atividade turística; a ação envolve estratégias definidas, dentre as quais a visão crítica, à pesquisa e o contato mais próximo com comunidades. Stephen Kanitz, no ano 2000, usou o referido neologismo, no artigo “Turistificando o Brasil”, publicado na Revista Veja.(Editora Abril, edição 1632, ano 33, nº 3, 19 de janeiro de 2000).

⁴ Objeto de estudo de Maria Martha Maciel Alencastro de Souza, mestranda do LTDS, sob orientação do Prof. Roberto dos Santos Bartholo Júnior, em Dissertação intitulada *Profissional do turismo procura trabalho: os nós da rede de relacionamentos*.

⁵ DPHCEX é o órgão técnico-normativo responsável pelo planejamento, coordenação e fiscalização das atividades culturais e pela preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural do Exército Brasileiro.

⁶ O Roteiro dos Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara é também financiado pela FAPERJ, viabilizado pelo Programa “Pensa Rio – Apoio ao Estudo de Temas Relevantes e Estratégicos para o Estado do Rio de Janeiro-2011”.

⁷ Ferramenta metodológica em desenvolvimento pelo LTDS, investigada por Marisa Egrejas em sua Tese de Doutorado, em andamento e sob orientação do Prof. Roberto dos Santos Bartholo Júnior. Trata-se da construção de roteiros turísticos, em diálogo com os moradores, frequentadores e trabalhadores de um sítio de interesse turístico, mas também lugar de referência simbólica para estes.

Constam do plano de roteirização dos Fortes e Fortalezas a integração de seis fortificações da Baía de Guanabara, por meio da proposição de circuitos de visitação turística, e a criação de materiais multimidiáticos, com o intuito de agregar valor ao acervo ainda pouco conhecido das fortificações envolvidas no projeto, tanto por moradores quanto por turistas nacionais e estrangeiros.

Dentre as seis fortificações contempladas nesse Projeto encontra-se o Forte de Copacabana, meu objeto de pesquisa nesta Dissertação de Mestrado. O levantamento de dados sobre o sítio vai ao encontro de algumas questões tratadas por mim no início deste relato: a valorização e preservação do patrimônio, assim como as relações existentes entre turismo, localidades, turistas e visitantes. Todos esses são temas referenciados teoricamente e trabalhados empiricamente ao longo do texto da pesquisa.

A proposta desse estudo é entender como e quando a função original do Forte de Copacabana se transformou, e que tipo de relação esse lugar estabelece hoje com seus visitantes. Eu acreditava que para chegar ao ponto crucial da pesquisa, instigante e inovadora, muitas questões deveriam ser respondidas: Como esse lugar — originariamente erguido com o propósito militar de compor, juntamente com seus pares, um sistema defensivo na Baía de Guanabara, para proteger a cidade de um ataque inimigo por mar — tornou-se hoje espaço turístico amigável, um dos mais concorridos da cidade? Que tipo de relação se estabelece entre o Forte e o visitante, morador ou não do Rio de Janeiro que, dentre as diversas opções que o local oferece, pode escolher visitar o patrimônio histórico-cultural ou, simplesmente, esperar pelo pôr do sol num dia quente de verão, apreciando a esplendorosa vista da praia de Copacabana? Quem são os atores responsáveis pelas transformações sofridas pelo Forte ao longo de sua história?

Iniciada a pesquisa, mergulhei no universo do Forte de Copacabana para, a partir de sua história, compreender essa mudança de papel sociocultural. Partindo do princípio que a palavra “*História*” vem do grego *ιστορ* que significa “*investigação*”, ou “*testemunho*” no sentido daquele que vê, vasculhei o passado e o presente do Forte, para contribuir com informações e conhecimentos sobre esse lugar tão significativo na cidade do Rio de Janeiro. Essa é a história que passo a contar, ordenada em cinco capítulos, conforme apresentação a seguir:

- Capítulo 1: Trata da metodologia utilizada na pesquisa, assim como da escolha do método utilizado, além de apontar os atores envolvidos no estudo do caso.
- Capítulo 2: Apresenta revisão bibliográfica sobre a cidade do Rio de Janeiro, desde a sua fundação até os dias de hoje, tratando de temas relacionados à constituição do sistema defensivo da Baía de Guanabara para a ocupação e defesa do território, assim como das transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro ao longo desse tempo e a importância desse sítio no contexto da atividade turística e dos grandes eventos.
- Capítulo 3: Apresenta revisão bibliográfica sobre a história do bairro de Copacabana e da criação do Forte de Copacabana, situando este bairro como um espaço significativo para a atividade turística, além de apontar o sentimento de alguns moradores em relação ao bairro.
- Capítulo 4: Trata da turistificação do Forte de Copacabana e do seu *modus operandi*. Apresenta, ainda, conceitos importantes sobre turistificação, espaço, lugar, patrimônio cultural e memória. Mostra o atrativo turístico por trás das muralhas: como é gerido; o que está aos olhos do visitante; algumas características deste visitante.
- Capítulo 5: Diz respeito às reflexões sobre o trabalho desenvolvido, tentando responder à questão inicial apresentada.

CAPÍTULO 1

A pesquisa e sua metodologia

A investigação realizada para esta dissertação apoiou-se na conjugação de movimentos reflexivos, sistemáticos e críticos, visando estudar aspectos da realidade do Forte de Copacabana como fonte geradora de conhecimento.

O ponto central da pesquisa versou sobre as informações extraídas dos estudos que se ocuparam da situação encontrada no lugar, delimitados pelo período em que se desenvolveu a pesquisa, de março de 2013 a dezembro de 2013.

O tema da pesquisa é do campo social, com abordagem multidisciplinar e, portanto, para desenvolvê-lo foi necessário o contato com saberes relacionados à filosofia, à história factual e militar, ao patrimônio histórico-cultural e à atividade turística.

A realização de uma pesquisa bibliográfica relativa ao tema permitiu um aprofundamento teórico, servindo de embasamento para sistematizar os estudos e o processo de pesquisa, facilitando o rico diálogo entre teoria e prática.

Esta proposta de estudo pretendeu traçar um panorama sobre a atual relação dialogal existente entre o Forte de Copacabana e seus visitantes com grande riqueza de dados empíricos. A parte prática se desenvolveu principalmente no espaço do Forte de Copacabana. Conhecer o espaço, observar seu *modus operandi* e contatar atores ligados ao Forte foram algumas das ações necessárias e motivadoras no desenvolvimento da pesquisa.

O levantamento dos dados sobre as relações históricas e sociais do Forte de Copacabana visa reunir dados e análises que possibilitem o registro e um melhor entendimento sobre o processo de migração desse forte como lugar de defesa para um lugar difusor de cultura. Com isso, espero contribuir com reflexões e indicações que ratifiquem o potencial turístico desse espaço, o que hoje pode ser comprovado pelo número crescente de visitantes, sejam moradores ou turistas.

Com o intuito de nortear a pesquisa, desenhei a estrutura que se apresenta no **Quadro 1:**

Quadro 1 : Metodologia da pesquisa

Objetivo geral: Contribuir para a compreensão da transformação do Forte de Copacabana de “lugar de defesa da cidade” em patrimônio, lugar de memória.		
Objetivos específicos	Metodologia	Instrumento
1. Evidenciar as relações históricas entre o Forte de Copacabana e a cidade do Rio de Janeiro.	Revisão bibliográfica. Conversas com membros da administração do Forte de Copacabana e DPHCEX.	Livros, revistas, jornais, sites, caderno de anotações, fotografias. Conversas com membros da equipe do Forte de Copacabana e DPHCEX.
2. Analisar as características dos visitantes do Forte de Copacabana e as relações existentes entre eles e o Forte.	Identificação e análise exploratórias das características dos visitantes. Integração dos dados recolhidos no campo com o referencial teórico.	Formulários aplicados nas entrevistas com visitantes, no âmbito do projeto Fortes e Fortalezas. Revisão bibliográfica. Entrevistas e consultas diretas com membros da equipe do Forte de Copacabana. Caderno de anotações.
3. Identificar atores e registrar fatores responsáveis pelas transformações da função original do Forte de Copacabana, com ênfase nas suas relações com a cidade.	Entrevistas semiestruturadas com atores-chave (gestor, guias e coordenadora do projeto Violões do Forte). Observação direta. Aprofundamento teórico. Levantamento de marcos legais. Levantamento em fontes secundárias.	Caderno de anotações. Revisão bibliográfica. Entrevistas e consultas diretas com membros da equipe do Forte de Copacabana e DPHCEX. Jornais e revistas.

A coleta de dados no campo foi realizada, principalmente, por meio de entrevistas e registros de imagens, gravações de áudio e fotografias. Grande parte das entrevistas seguiu um modelo semiestruturado, excetuando-se as entrevistas com os visitantes do Forte – ação do Projeto Roteiros dos Fortes – Circuitos Turísticos em Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara – que foram formatadas como formulários fechados.

1.1 O método

A pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. (MARCONI e LAKATOS, 2002, p.15).

O mundo acadêmico contemporâneo apresenta uma grande quantidade de métodos de pesquisa e, dentre eles, tem sido utilizada em profusão a modalidade “pesquisa qualitativa”, conhecida também por **não quantitativa** ou **não padronizada**, e que apresenta várias características, dentre elas:

- Utiliza texto como material empírico ao invés de números.
- Parte da noção de construção social das realidades em estudo.
- Está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas e conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo.
- Utiliza metodologia diversificada, adequada à questão em estudo, aberta ao entendimento do processo.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalha com o universo de significações, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Tem um tipo de objetividade e de validade conceitual que contribui ao pensamento científico (MOESCH, 2000, p.62).

Essa modalidade considera mais, além de método, para responder a uma pergunta: atitudes específicas, com abertura para quem e o que se está estudando; com flexibilidade para abordar um campo e entrar nele; para entender a estrutura de um sujeito ou de um campo, em lugar de projetar uma estrutura naquilo que se estuda. (FLICK, 2009).

Partindo do princípio de que a metodologia do trabalho científico tem como finalidade traçar o caminho a ser seguido pelo pesquisador, e sendo o tema proposto nesta pesquisa ainda pouco explorado e inovador, o estudo sobre o “Forte de Copacabana” tomou como base o método qualitativo.

A pesquisa qualitativa e exploratória sobre o Forte de Copacabana demandou inicialmente um processo de sondagem para aprimorar ideias, confirmar ou refutar intuições, e construir hipóteses que poderiam ser testadas em abordagens posteriores. Em virtude de sua especificidade, esta pesquisa assumiu um formato de estudo de caso que permite uma análise ampla, considerando a instituição estudada como um todo, com o objetivo de compreendê-la em seus próprios termos (GOLDEMBERG, 2004, p.33) e, além disso, foi combinada com outras técnicas como, por exemplo, levantamento bibliográfico, registro de imagens e entrevistas com pessoas relacionadas ao fenômeno pesquisado.

Seguindo as orientações de Bauer e Gaskell (2008, p. 22), a realidade apresentada nesta dissertação será representada tanto de maneira formal como informal, uma vez que entre os instrumentos de pesquisa utilizados constaram, além de textos, imagens do local estudado.

Vale mencionar que, durante as visitas ao Forte de Copacabana, a observação da movimentação/atuação de visitantes e dos militares do Forte tornou-se uma ferramenta importante para extrair informações que pudessem contribuir para a pesquisa.

Em razão de sua natureza exploratória, a pesquisa foi realizada com uma pequena amostra da população-alvo, pautada em um contexto restrito, durante um espaço de tempo relativamente curto. Portanto, as descobertas devem ser consideradas experimentais.

1.2 A pesquisa com alguns atores do Forte

Durante a pesquisa no campo, alguns encontros foram significativos para melhor entender a transformação do Forte de Copacabana, que passou de defensor do território a promotor de cultura.

As visitas ao sítio histórico me oportunizaram conversar com vários atores que hoje estão envolvidos com as atividades locais. Do portão de entrada à sala do Comandante,

muitos foram os interlocutores com quem dialoguei. Todos, sempre muito solícitos, ajudaram-me dando várias informações sobre aquele lugar. Com alguns tive a oportunidade de conversar várias vezes, como, por exemplo, o Comandante responsável pelo Forte – Coronel de Artilharia Jefferson Lages dos Santos - e o Major João Rogério de Souza Armada - historiador responsável por orientar os soldados que realizam as visitas mediadas, e por todas as atividades do espaço relacionadas ao campo do saber histórico. Também travei conversas com os soldados mediadores das visitas oferecidas pela instituição, além de Marcia Melchior, coordenadora do Projeto Violões do Forte, uma orquestra composta por jovens da comunidade apoiada pelo Forte de Copacabana.

Por intermédio dessas entrevistas informais, preenchi meu caderno de anotações com dados que nortearam minha pesquisa e forneceram subsídios importantes para esta dissertação.

1.3 A pesquisa com o visitante

Inserida no desenho do Projeto *Roteiros dos Fortes – Circuitos Turísticos em Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara*, a pesquisa com o visitante surgiu da necessidade de identificar as características socioculturais, motivacionais e comportamentais dos atuais visitantes dos Fortes. Partiu-se do princípio que conhecer os visitantes e suas observações sobre o local visitado gera subsídios que auxiliam na elaboração de roteiros de visitação.

Tal pesquisa foi realizada em dois períodos distintos - nos meses de março e maio de 2013. No primeiro, foi utilizada apenas como piloto no projeto *Roteiros dos Fortes – Circuitos Turísticos em Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara*, servindo para balizamento e aperfeiçoamento do formulário final que seria aplicado, posteriormente, junto às seis fortificações consideradas no projeto *Roteiro dos Fortes*. No segundo período, concomitantemente com as outras fortificações desse projeto, os dados coletados serviram também de aporte para este trabalho.

A amostra foi determinada na razão de 1 para cada 5 visitantes, abordados no momento da sua saída da fortificação, observando a mesma proporção para grupos, ou seja, em grupos de 10 pessoas, apenas 2 seriam entrevistadas.

A equipe de coleta de dados, tanto da fase piloto, como da segunda, foi formada por quatro alunos do Curso de Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) que participaram de treinamento específico para a realização das entrevistas, realizado no LTDS e na UFF, em duas etapas.

Durante os dois períodos em que a pesquisa com os visitantes foi aplicada no Forte de Copacabana, os universitários da UFF estiveram sob a supervisão da autora deste trabalho e de Maria Martha Maciel Alencastro de Souza, também pesquisadora do LTDS.

A coleta piloto foi realizada durante 07 dias, nas datas: 16, 17, 19, 20,22, 23 e 24 de março de 2013. Os estudantes da UFF foram divididos em duplas, por 02 turnos - das 10 às 14 horas e das 14 às 18 horas - procurando atender ao horário de funcionamento do Forte de Copacabana. O segundo período de coleta de dados, validados tanto para o projeto *Roteiros dos Fortes* como para este trabalho, seguiu o mesmo padrão quanto à formatação da equipe e horários de coleta de informações. Esta segunda etapa também foi realizada durante 07 dias, nas datas: 18, 19, 21, 22, 24, 25 e 26 de maio de 2013.

Munidos de computadores de mão, do tipo *tablets*, os entrevistadores se posicionaram na Alameda Octávio Corrêa - principal via de circulação de visitantes - e abordaram as pessoas que saíam do Forte, conforme orientação. A meta mínima proposta aos entrevistadores era entrevistar 15 pessoas por dia/turno.

Os dados foram coletados e armazenados nos *tablets* e, ao final de cada turno/dia, transmitidos para o site www.droidsurvey.com, a fim de serem posteriormente tabulados em planilhas do *software Excel*, facilitando a análise *a posteriori*.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram de dois tipos: um formulário com perguntas dirigidas aos visitantes moradores do grande município Rio de Janeiro e outro para turistas⁸. Os modelos de formulários utilizados na segunda etapa da pesquisa com os visitantes encontram-se no final deste trabalho (**Anexos 1 e 2**).

⁸A Organização Mundial de Turismo (OMT) define turismo como sendo todas as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, por negócios e outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado. Nesta definição incluem-se todas as atividades dos visitantes, como turistas (visitantes que pernoitam) e os excursionistas (visitantes de um dia). (DIAS, 2005, p.15).

O formulário de **entrevistas com visitantes do tipo Moradores** foi destinado aos visitantes que declararam serem moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo, São João do Meriti e Magé). O formulário de **entrevistas com visitantes do tipo Turistas** foi utilizado para aqueles visitantes que declararam residir em outras cidades/estados/países que não se enquadravam na lista das cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, indicada anteriormente.

Também foram utilizados formulários com versões em inglês e espanhol, para entrevistas com visitantes estrangeiros.

Os resultados da pesquisa sobre o visitante do Forte de Copacabana, com dados levantados a partir do segundo período de coleta, serão apresentados mais adiante, no capítulo 4 deste trabalho.

CAPÍTULO 2

Antes do Forte, um Rio de histórias. Que lugar é esse?

...Minha alma canta

Vejo o Rio de Janeiro

Estou morrendo de saudade

Rio, seu mar

Praia sem fim

Rio, você foi feito pra mim

Cristo Redentor

Braços abertos sobre a Guanabara

Este samba é só porque

Rio, eu gosto de você...⁹.

A escolha pela canção Samba do Avião — declaração de afeto de Tom Jobim por sua cidade natal — se justifica pelo fato de aqui se abordar o patrimônio carioca constituído por bela paisagem urbana, sua gente e as relações estabelecidas entre as pessoas e seus sítios simbólicos. Além disso, a chegada por ar ao Rio de Janeiro de hoje é a atualização do encantamento e sedução do estrangeiro que adentrava, no passado, a Baía de Guanabara por mar. A publicação *Visões do Rio de Janeiro colonial* comprova tal encantamento nos registros do viajante inglês Richard Flecknoe, que aqui desembarcou em 1648:

A entrada da baía é ladeada por dois grandes rochedos, separados um do outro por algumas milhas; um deles é denominado Pão de Açúcar. Ao avançarmos para além do forte que defende a baía, deparamos com a mais sedutora paisagem do mundo: um lago, com umas 20 milhas de extensão, todo salpicado de ilhas verdejantes de diversos tamanhos. À esquerda, a umas três milhas do forte, num local onde a baía oferece segurança para a ancoragem de milhares de naus, foi edificada a cidade (FRANÇA, 1999, p.35).

⁹Samba do Avião, composição de Antônio Carlos Jobim, ficou imortalizada na voz do grupo Os Cariocas durante o movimento musical brasileiro denominado Bossa Nova. É possível ver Tom Jobim, ao piano, cantando “Samba do Avião” no site You Tube.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=0o9zsQtmu9Q>>. Acesso em: fev. 2014.

Hassan Zaoual e seus conceitos sobre *Sítios Simbólicos de Pertencimento* me levam a pensar que Tom Jobim, em Samba do Avião, dialoga com a cidade e interage com seu mundo simbólico, seu espaço físico e cultural. Para Zaoual (2006, p.34) os sítios “constituem o cadinho da identidade para as pessoas; são *comunidades de sentido*, sistemas de pertencimento”.

A teoria dos sítios parte da premissa que o ser humano necessita de um lugar simbólico para se enraizar e se realizar. O sítio é uma cosmovisão, um espaço invisível que articula crenças, conhecimentos e comportamentos de um grupo humano em seu território de pertencimento. Todo ele está impregnado das ações individuais e coletivas de seus habitantes, e estas, por sua vez, compõem a sua essência. De acordo com a teoria de Zaoual, o sítio se apresenta sob três níveis de realidade que ele denomina de *pedagogia das três caixas*: a *caixa preta*, do saber emocional; a *caixa conceitual*, do saber social; e a *caixa das ferramentas*, do saber fazer (2006, p.32). Ora, se a essência de um sítio é alimentada pelas crenças, modelos, revelações e realizações de seu grupo humano, é possível afirmar que o sítio é um patrimônio coletivo e, por isso, dono de suas diversas e respectivas verdades locais, como quer Zaoual:

Cada sítio possui, portanto, seus ícones atrás dos quais dissimulam-se suas crenças fundamentais e seus mitos fundadores, que dão sentido a suas regras de vida social. Tais crenças se manifestam em objetos, instituições, costumes, patrimônios, animais etc. e condicionam a dinâmica e a reprodução do sítio (ZAOUAL, 2006, p.36).

O *homo situs*, homem situado de Zaoual — aqui personificado por Tom Jobim — pertence ao sítio, uma estrutura imaginária e dinâmica, impregnada de vida e valores, que molda seu comportamento e suas ações cotidianas (2006, p.35). Homem e sítio dialogam, se relacionam na interface do tempo e do espaço, encontram significados e estabelecem um vínculo cognitivo. É o sítio que alimenta o homem, um ser social, que pensa e age, e que traça sua trajetória, mesclando o passado e o presente vivido, em conformidade com a realidade de sua situação.

O sítio posto aqui em questão é o Rio de Janeiro, uma urbe múltipla em ambientes e paisagens. Cidade que apresenta um mundo simbólico repleto de crenças, ritos, rotinas e hábitos e que, por isso, tem um saber *próprio* de *ser carioca*.

Relatar a história de qualquer cidade não é uma tarefa das mais simples, principalmente no caso do Rio de Janeiro, cidade cosmopolita, que teve papel significativo na vida política do país ao longo dos anos. O cenário urbano carioca pode ser mais bem compreendido sob a ótica de sua ocupação socioespacial e, conseqüentemente, da construção do perfil cultural típico desse lugar.

Para entender o sítio Rio de Janeiro e falar sobre ele também é possível seguir os pensamentos de Duarte, quando diz que a cidade representa uma forma de escrita que tem como “letras” os prédios, as ruas e as pessoas que nela habitam (2003, p.22). A paisagem da cidade, aquilo que é visível, é a expressão do invisível, que pode ser entendido a partir da interação dos moradores com o seu espaço.

Rolnick vai além de Duarte e aponta a importância da preservação de bens arquitetônicos no que concerne ao entendimento sobre a cidade e sua história:

É como se a cidade fosse um imenso alfabeto com o qual se montam e desmontam palavras e frases. É este aspecto que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar a sua história. A consciência disso leva, hoje, a que se fale muito em preservação de bens arquitetônicos, isto é, a não demolição de construções antigas. Trata-se de impedir que esses textos sejam apagados, mesmo que muitas vezes acabem por servir apenas à contemplação, morrendo assim a cidade que pulsa viva ao seu redor (ROLNIK, 1988, p.18).

A cidade sobre a qual aqui se fala nos apresenta uma paisagem múltipla, composta de signos e sentidos que travam encontros com o antigo e com o moderno. Um lugar dinâmico, que dialoga com sua gente e, por isso mesmo, se transforma a cada instante. Um lugar repleto de contradições. Com gente que trabalha, mas também faz festa. Um lugar de encontros, mas também de exclusões. De gente rica, mas que tem seu contraponto na miséria exposta em suas esquinas. Esse lugar é o Rio de Janeiro, a “cidade maravilhosa”, que ainda hoje exerce um fascínio no imaginário das pessoas. E, nas palavras de Enders:

O antigo Distrito Federal partilha com um punhado de outras metrópoles a particularidade de possuir uma personalidade forte, de ocupar um lugar considerável na história de seu país, e de representá-lo, mesmo sendo uma cidade atípica. O Rio de Janeiro é o Brasil, ainda que dele se distinga profundamente (ENDERS, 2002, p.3).

A opção por priorizar a história da cidade do Rio de Janeiro antes de narrar sobre o Forte de Copacabana tem como objetivo trazer à luz alguns fatos significativos desta urbe que, ao longo do tempo, foram responsáveis por dar forma e sentido à cidade tal como ela se constitui hoje. É importante frisar que esta não é uma dissertação em pesquisa histórica. A história da cidade é contada como contexto, com o intuito de criar uma ambiência que possa situar o leitor no tempo e no espaço. Além disso, escrever sobre uma cidade que está prestes a completar 450 anos de fundação demandaria uma pesquisa mais profunda e extensa, o que significa escrever outra dissertação.

Ainda sobre a contextualização do tema, cabe informar que, ao invés de seguir uma única linha condutora, o texto se apresenta por meio de recortes que ora valorizam a importância dos fortes na ocupação e defesa do território, ora põem em destaque as mudanças políticas e urbanas que atingiram a cidade e outras tantas que ainda acontecem. E assim, quem sabe, tal qual um pintor que usa sua paleta de cores diversas, este texto consiga pintar uma imagem de vários matizes sobre a cidade do Rio de Janeiro.

2.1 Ocupação e defesa do território

Durante o início da colonização, os portugueses repetiram em terras brasileiras o modelo de construção de suas vilas e cidades que costumeiramente utilizavam. Tinham como prioridade a defesa da Colônia e o contato com a Metrópole e, em virtude disso, ocuparam as principais embocaduras e deltas de rios e baías, que estrategicamente ofereciam portos seguros (MENDES, 2007, p.28).

Segundo Mendes (2007, p.46), a prática de construção de muralhas, até então adotada no continente europeu, assim como a implantação de sítios em locais elevados, a partir das últimas décadas do século XVI, tornou-se inócua para a defesa do território devido ao surgimento de novas armas de guerra que utilizavam a pólvora e eram mais potentes no ataque. Fez-se então necessário abandonar as muralhas e incorporar outras formas de proteção. Engenheiros militares passaram a reforçar as defesas implantando modelos de fortificações mais modernos, em locais estratégicos, com o intuito de combater os invasores que vinham do mar e resistir ao fogo dos canhões. Surgiram, camuflados na paisagem brasileira, fortins e baluartes em locais invisíveis aos inimigos.

Fortes e fortins, dispostos em estratégicas posições, substituíam os muros que, pouco a pouco, eram desmontados tornando-se apenas referências das traças¹⁰ originais, como ocorreu com Salvador e Rio de Janeiro. Ambas dirigiram-se para a várzea, junto ao mar, incluindo fortes no seu mapeamento defensivo (MENDES, 2007, p.46).

Na tentativa de defender-se dos perigos de toda ordem, advindos dos inimigos europeus ou dos indígenas da terra conquistada, Portugal descobriu pontos estratégicos do território brasileiro para implantar sua obra de defesa. A partir do século XVI surgiram as fortificações brasileiras, inicialmente erguidas com taipa de pilão e depois com alvenaria de tijolos e pedras. Algumas delas resistiram aos ataques e às intempéries e, hoje, carregadas de memórias, fazem parte do nosso patrimônio histórico-cultural, a maioria delas sob a guarda do Exército Brasileiro.

[...] há hoje dezenas de fortes no Brasil, indo desde construções modestas, perdidas no interior das matas, até monumentos imponentes, que ainda hoje nos impressionam, cativam e emocionam pela lembrança dos feitos de nossos antepassados (CASTRO, 2009, p.12).

Para melhor entender essas obras de defesa militar portuguesa em território brasileiro, cabe aqui um pequeno recorte contendo definições básicas sobre fortificações, encontradas nos estudos do historiador Armada (2005) que tratam do Sistema Defensivo da Cidade do Rio de Janeiro. Armada (2005, p.16) parte da premissa que uma fortificação é a denominação genérica para qualquer obra de defesa militar. E, a partir dessa ideia, define dois tipos básicos de fortificações: as temporárias e as permanentes. O primeiro tipo, conhecido por trincheiras, “refere-se às obras de campanha para a organização do terreno, que buscam satisfazer às necessidades táticas, que se apresentam no decorrer de uma batalha”. O segundo tipo define aquelas “destinadas a satisfazer às necessidades estratégicas, encaradas pelo Alto Comando (autoridades), tendo em vista futuras ofensivas de uma campanha, ou defesa de um país contra as invasões inimigas”.

¹⁰ Segundo Mendes (2007, p.46), chamavam-se traças os planos referentes à implantação das cidades, tanto em relação ao traçado quanto aos elementos defensivos.

O autor informa, ainda, que as fortificações permanentes também recebem denominações diferentes e faz a distinção entre fortalezas, fortes e fortins, conforme segue:

Fortaleza é toda fortificação cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes e, em geral, largamente intervaladas. Um forte é toda fortificação constituída de uma ou mais baterias de artilharia, localizadas, porém, na mesma obra. [...] Já um fortim nada mais é do que um pequeno forte (ARMADA, 2005, p.16).

Portugal se utilizou dos diversos tipos de fortificações ao estabelecer seus planos de defesa em território brasileiro. Pensou estratégias focadas tanto para a defesa da costa como para o interior do país, sempre visando consolidar seu domínio sobre as terras conquistadas. É importante lembrar que os planos de defesa de uma cidade situada à beir-mar, como, por exemplo, o Rio de Janeiro, deveriam inviabilizar o desembarque de inimigos nas praias, impedindo que alcançassem a cidade por terra e atacassem-na, assim como deveriam, também, defender a entrada do porto e coibir manobras de esquadras inimigas. As fortificações, nesse caso, tinham como missão salvaguardar a cidade e seu porto.

O Rio de Janeiro desde o seu nascimento, no século XVI, tem a história de seu desenvolvimento atrelada à defesa do território e à forma como foi estruturado o sistema defensivo da Baía de Guanabara. Essa baía, ampla e abrigada por dois morros que delimitam a entrada de sua barra — Pão de Açúcar e Santa Cruz —, apresentando boa profundidade e grande espaço para ancoragem de navios, foi o grande diferencial para transformar a cidade carioca em um centro econômico importante para a Coroa Portuguesa que nela estabeleceu os armazéns reais que forneciam material bélico para as demais fortificações da Corte. Tudo isso, obviamente, despertou o interesse de outros povos pelas riquezas que a cidade guardava, demandando um trabalho difícil e oneroso para manter e conservar o seu poderio bélico (MORAES, 2006, p.16 e 17).

2.2 Protegida por fortes, surge a cidade maravilhosa, “cheia de encantos mil”

Em 1º de março de 1565, Estácio de Sá, parente do governador-geral, desembarca prudentemente numa península situada à entrada da baía de Guanabara, nas proximidades do Pão de Açúcar. É ali, ao pé de um morro cuja forma lembra a de

uma cabeça de cachorro (Cara de Cão), que ele funda, na presença de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, uma povoação instalada sob a invocação de São Sebastião, padroeiro do rei de Portugal, D. Sebastião (1554-1578). (ENDERS, 2002, p.33).

A história da cidade do Rio de Janeiro teve início bem antes de sua fundação por Estácio de Sá em 1565. Nireu Cavalcanti relata em sua obra *O Rio de Janeiro Setecentista* (2004, p. 21) que, já em 1531, os irmãos Pero Lopes de Souza e Martim Afonso de Souza foram incumbidos de comandar a expedição de reconhecimento da costa brasileira e de combater invasores estrangeiros, principalmente os franceses, que circulavam pela região da Guanabara. Durante três meses, os irmãos permaneceram na área e foi nesse período que Pero Lopes construiu a primeira casa portuguesa em nossas terras, próximo à foz de um rio que foi denominado Carioca. Era um marco simbólico de posse.

Após a temporada na Guanabara, tempo utilizado para consertar e fabricar novas embarcações, assim como para enviar grupos ao interior com o intuito de investigar a existência de ouro e pedras preciosas, os irmãos seguiram viagem pelo mar, em direção ao Sul, e acabaram por aportar em outra baía onde fundaram a vila de São Vicente. Foi então, em 1534, que Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza receberam do rei D. João III, sob o regime de capitânicas, respectivamente, as terras de São Vicente e da Guanabara. Martim Afonso permaneceu durante alguns anos em São Vicente, porém Pero Lopes retornou a Portugal, seguiu em missão às Índias e naufragou próximo à ilha de Madagascar. As terras de Pero Lopes foram herdadas pelo irmão que não dispunha de recursos suficientes para manter os dois núcleos de terra, e acabou priorizando São Vicente. Dessa forma, as terras da Guanabara ficaram vulneráveis ao domínio dos franceses que, em 1555, se apossaram da região e, sob o comando de Nicolas Durand de Villegaignon e de seu sobrinho Bois la Comte, criaram a França Antártica no Brasil (CAVALCANTI, 2004, p. 21 e 22).

Segundo Pondé (1957, p.9), Villegaignon foi o primeiro europeu que fortificou a Baía de Guanabara, iniciando a defesa militar francesa, tarefa desenvolvida anteriormente pelos indígenas que habitavam o continente e que contavam apenas com flechas e bordunas para defender o território. O militar francês, perito em fortificações e com experiência em campanha de defesas no Mar Mediterrâneo, principalmente na Ilha de

Malta, construiu na Ilha Serigipe (atual Villegaignon), dentro da baía e com boa visibilidade da entrada da barra, o Forte de Coligny. Já no continente, na região de Uruçu-Mirim (atual Flamengo), próximo ao Rio Carioca, o plano de defesa de Villegaignon levantou fortificações que foram denominadas Henry-Ville. Vale ressaltar que também na Ilha de Ratier (hoje da Lage) houve uma tentativa de instalação de dois canhões. Mas, devido a ressacas violentas, foram lançados ao mar, sendo então o local abandonado pelos invasores àquela época.

Os franceses, que tinham como aliados os indígenas tamoios, permaneceram na Guanabara por cinco anos, até que, em 1560, Portugal enviou uma esquadra sob o comando do governador-geral do Brasil, Mem de Sá, com o intuito de expulsá-los.

O emissário português cumpriu sua missão de destruir as fortificações francesas da região, no entanto, partiu da Guanabara sem tomar posse da terra. Os franceses que sobreviveram e se esconderam nas matas da região, depois voltaram a ocupar a orla da baía, onde ergueram duas fortificações: a de Uruçu-Mirim, localizada na região da foz do rio Carioca e a outra, Parapanuan, na área denominada hoje Ilha do Governador (CAVALCANTI, 2004, p.22).

A retomada da Guanabara pelos franceses fez com que o governo de Portugal revisse sua posição em relação à demora pela ocupação da terra. Era chegado o momento de fundar uma cidade e, depois, expulsar definitivamente os invasores. Cavalcanti (2004, p.22) conta que, para essa dupla tarefa, o rei de Portugal convocou o jovem Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá. Caso o rapaz fosse bem sucedido em sua empreitada, seria nomeado governador da nova capitania a ser constituída.

Em 1º de março de 1565, Estácio de Sá lançou a pedra fundamental da cidade entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar por ser um local de fácil defesa. Essa área, que ficava junto à entrada da baía e que hoje se encontra no interior do Forte de São João, permitia condições favoráveis de circulação para as embarcações portuguesas, assim como boa visibilidade do local onde os franceses estavam novamente estabelecidos – região da foz do rio Carioca –. Surgiu então a cidade provisória, até que o governador da nova capitania pudesse expulsar novamente os inimigos e transferi-la para o seu sítio definitivo, o que só viria a acontecer dois anos mais tarde.

Estácio de Sá chantou¹¹ o “padrão de domínio” e fortificou a cidade, que denominou S. Sebastião. Postou sentinelas e levantou no “Cara de Cão” um fortim que seria o início da defesa militar portuguesa do Rio de Janeiro (PONDÉ, 1957, p.13).

Nireu Cavalcanti (2004, p.23) destaca que era comum, por ocasião da fundação de uma cidade, o governo português utilizar dois documentos importantes: o “Regimento” e o “Foral”. Esses documentos estabeleciam “as normas jurídicas, administrativas e de estruturação do poder local, além de traçarem diretrizes gerais para a escolha do sítio e constituição da vila ou cidade”. Ainda segundo Cavalcanti:

Lamentavelmente, no caso do Rio de Janeiro, nem o Foral nem o Regimento — que de regra deviam ter acompanhado Estácio de Sá —, apesar de citados na documentação referente às sesmarias, jamais foram localizados, restando a dúvida se realmente o fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro trouxera-os ou não consigo (CAVALCANTI, 2004, p 23).

O autor prossegue: A região da Carioca era o sítio ideal para fundar uma cidade. Ali era possível construir um grande povoado, erguer uma fortaleza e também instalar um bom porto. Além disso, o lugar reunia um conjunto de qualidades ambientais: era um lugar sadio, com bons ares e com água em abundância (p.24). Estácio de Sá, conhecedor das qualidades da região, almejava aquele sítio, mas tinha pela frente uma árdua tarefa para concretizar sua missão.

Cavalcanti (2004, p.25) conta que durante quase dois anos, desde o lançamento da pedra fundamental e o estabelecimento da cidade provisória, os portugueses enfrentaram dificuldades para se impor na região e manter a posse da pequena colônia. Até que, em 18 de janeiro de 1567, Mem de Sá retorna, com sua esquadra munida de reforço, à baía de Guanabara para, junto com Estácio de Sá, expulsar definitivamente os franceses e consolidar a posse da Guanabara.

Naquele ano, no dia de São Sebastião, 20 de janeiro, os portugueses travaram uma batalha difícil e sangrenta contra os franceses e seus aliados tamoios, conseguindo tomar posse de Uruçu-Mirim, apesar de algumas baixas na sua tropa. Durante essa batalha, Estácio de Sá foi atingido no rosto por uma flecha e faleceu alguns dias depois.

¹¹ Segundo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, cantar significa plantar. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>> Acesso em: abr. de 2013.

O núcleo Paranapan também foi palco de guerra e da derrota dos franceses. Mem de Sá conseguiu seu principal intento, arrasou os inimigos e, em virtude da morte de seu sobrinho, coube a ele a mudança da cidade provisória para um sítio definitivo (CAVALCANTI, 2004, p.25).

O Governador Geral, por razões estratégicas, deixou de lado a Carioca e escolheu o alto de um morro para instalar a nova cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que de acordo com Mendes (2007, p.46) seguia o modelo de cidade acrópole, tal qual fora implantado na cidade de São Salvador da Bahia. Esse morro, de várias denominações – São Januário, Descanso e Castelo –, foi fortificado e coberto por diversas construções. Em seu topo foram erguidas a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja da Sé, o Colégio dos Jesuítas e o Forte São Sebastião – considerado o castelo¹² da cidade e que em virtude disso deu nome ao morro –, enquanto o casario foi se instalando pelas vielas estreitas e sinuosas que seguiam ladeira abaixo em direção à várzea. Foi a partir desse sítio, erigido sobre construções de pedra e taipa, que outro parente de Mem de Sá, o capitão Salvador Correia de Sá, passou a governar a cidade.

Pondé (1957, p.15 e 16) destaca em seu relato as fortificações que, ao final do século XVI, formavam a defesa da cidade, protegendo a entrada da barra e dificultando a manobra de esquadras inimigas que tentassem adentrá-la. São elas: a Fortaleza de São João, a Bateria de N.S. da Guia e o Fortim da Lage. A Bateria de Santiago deveria proteger o porto, enquanto a Fortaleza de São Sebastião defendia tanto a cidade como o porto.

O Morro do Castelo, berço da cidade, apesar de sua vantajosa localização sob o ponto de vista estratégico-militar, sofria alguns problemas que eram impeditivos para o crescimento de seu núcleo urbano: as fontes de água eram escassas, o terreno muito inclinado e o solo propício a desmoronamentos. Além disso, o sopé do morro estava cercado por lagoas e manguezais que dificultavam a ocupação do espaço. Foi necessário, então, abrir caminhos que permitissem a circulação das pessoas até o porto, localizado na orla marítima, e também até a fonte do rio Carioca, onde havia água potável. (CAVALCANTI, 2004, p.27)

¹² Annibal Barretto, em *Fortificações do Brasil*, define castelo como “residência senhorial ou real fortificada. Em princípio, era composto por uma muralha com torres, fosso com água, ponte elevadiça etc.” (2011, p.17).

Aos poucos, com o fim provisório das ameaças por parte dos inimigos, e o crescimento da população, a várzea no sopé do Castelo assim como outros morros no seu entorno foram sendo ocupados. No século XVII, o núcleo urbanizado da cidade colonial carioca estava delimitado por um quadrilátero constituído “ao Norte pelos morros de São Bento e Conceição; a Leste pela Baía de Guanabara; ao Sul, pelos morros do Castelo e Santo Antônio e a Oeste pela antiga Rua da Vala, atual Uruguaiana”. (MENDES, 2007, p.62). A partir deste quadrilátero era possível encontrar caminhos que davam acesso às áreas rurais ou àquelas regiões ainda inexploradas.

2.3 A cidade e suas transformações

Na segunda metade do século XVIII, o sítio Rio de Janeiro começou a mudar de configuração. A cidade se expandiu para além do quadrilátero formado pelos morros do Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. Caminhos antigos foram transformados em ruas e novos bairros surgiram. As terras dos jesuítas, confiscadas pela Coroa Portuguesa após a expulsão dos religiosos, decretada em 1759, foram vendidas paulatinamente. As chácaras e as casas de campo passaram a fazer parte da malha urbana (ENDERS, 2002, p. 77). O coração da cidade, a partir do momento em que essa se tornou a capital do vice-reino no Brasil, em 1763, passou a ser a região onde estava localizada a casa do vice-rei, hoje o Paço Imperial situado na atual Praça XV de Novembro (ENDERS, p.76), no centro do Rio de Janeiro.

A chegada da família real portuguesa aqui, em 05 de março de 1808, provocou profundas transformações na cidade. Uma série de medidas foram tomadas com o intuito de adequar a cidade para sediar a Monarquia portuguesa. Dentre elas vale salientar: a abertura de fábricas e manufaturas; o estabelecimento da Real Fábrica de Pólvora na lagoa Rodrigo de Freitas; a criação do Banco do Brasil; a criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica; e a criação da Real Academia Militar, que depois se tornou o embrião do ensino da engenharia no Brasil (CAVALCANTI, 2004, p. 97 a p. 99). A vida intelectual e cultural da corte também se transformou com a circulação dos primeiros jornais, a inauguração de teatros e a criação da Real Academia de Belas-Artes, por intermédio da Missão Artística Francesa. A construção de palacetes e mansões para abrigar a elite portuguesa deu uma nova feição arquitetônica à cidade. O Rio de Janeiro tornou-se cosmopolita, atraindo uma leva de estrangeiros.

A passagem do século XIX para o século XX foi efervescente. O país viu surgir, entre eruditos e intelectuais, simpatizantes às ideias de Auguste Comte, filósofo francês criador da corrente de pensamento denominada Positivismo. De acordo com Armelle Enders, em *A História do Rio de Janeiro*, os simpatizantes de Comte repudiavam a escravidão e consideravam o regime imperial, seus homens e seus valores inadequados à sociedade brasileira (ENDERS, 2002, p.174). Os movimentos em prol da abolição da escravatura e da proclamação da República tomaram vulto. Havia um clamor pela renovação no Brasil, uma vez que o Império era responsabilizado pelo pouco desenvolvimento do país, o que podia ser constatado por fatores tais como: o alto índice de analfabetismo, a ausência de um sistema de ensino universal, e a miséria. A abolição da escravidão, em 1888, sancionada pela princesa Isabel, e a proclamação da República, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 1889, prenunciaram, então, as profundas transformações sociais, econômicas e políticas que assolaram o Brasil e, conseqüentemente, a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Abreu (2006, p.140), o final do século XIX foi responsável por determinar as bases ideológicas da ocupação da cidade carioca no século XX.

A República chegou ao Rio de Janeiro trazendo grandes transformações urbanas motivadas, principalmente, pela necessidade de adequar a estrutura vigente ao crescimento econômico, já que nossa cidade havia se ampliado rapidamente, de forma desordenada, alavancando graves problemas no que diz respeito à infraestrutura, saúde e segurança. A população sofria com o abastecimento e escoamento de água. Não havia moradias suficientes e adequadas para abrigar as classes menos favorecidas, principalmente a parcela de pessoas negras, que após a abolição da escravatura não tinham onde trabalhar e tampouco morar. A cidade era insalubre, o que permitia a proliferação de doenças como o cólera, a febre amarela e a varíola (ENDERS, 2002, p.206 e p.207). O transporte era deficitário. Além disso, o Rio de Janeiro, que até então sempre exercera a função de portal de entrada e saída de mercadorias, movimentando a economia brasileira, ainda apresentava um modelo de importação e exportação com características coloniais. Era imprescindível a construção de um novo porto, mais moderno, que comportasse o volume de negócios impulsionados, principalmente, pelo café.

Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo,

que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais (ABREU, 2006, p.60).

Utilizando a frase do momento atual, a capital da República precisava de um “choque de ordem” e, para resolver as questões relatadas até aqui, o presidente da República Rodrigues Alves nomeou para prefeito do Distrito Federal, em 1902, o engenheiro Francisco Pereira Passos, que, com apoio de Lauro Müller, Paulo de Frontin, Francisco Bicalho e Oswaldo Cruz¹³, assumiu a missão de transformar a cidade do Rio de Janeiro numa cidade moderna. Segundo palavras de Abreu (2006, p.60), transformar o Rio de Janeiro “num verdadeiro símbolo do ‘novo Brasil’”.

O período de reformas implementadas por Pereira Passos, em consonância com o poder público da União, ficou conhecido como “bota-abaixo”. Durante seus quatro anos de gestão, o prefeito transformou a feição e os hábitos cariocas, seguindo o modelo de urbanização sofrido pela cidade de Paris, na segunda metade do século XIX, pelas mãos de Eugène Haussmann¹⁴.

A transformação da cidade de aspectos coloniais em uma cidade moderna, demandou ações importantes tais como: abertura de novas avenidas, alargamento, prolongamento e pavimentação de ruas; melhorias no abastecimento de água e saneamento; canalização de rios; criação e melhorias de jardins e praças públicas; conclusão das obras de melhoramento do porto da cidade e do Canal do Mangue; desmonte do Morro do Senado e de parte do Morro do Castelo.

O grande canteiro de obras instalado na então capital federal apagou marcas da cidade colonial, mas deixou como legado mais marcante a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, aberta com a finalidade de ligar o centro da cidade ao novo porto, tornando-se, àquela época, a principal artéria da cidade. Ao longo dos 33 metros de largura dessa avenida foram erguidos imponentes edifícios, sob a estética do estilo eclético, e que

¹³Lauro Muller, diplomata e político, assumiu a pasta do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Paulo de Frontin, engenheiro e político, foi o chefe da Comissão Construtora da Avenida Central. Francisco Bicalho foi o engenheiro responsável pelo Projeto das Obras do Porto do Rio de Janeiro. Oswaldo Cruz, médico sanitário, foi Diretor Geral da Saúde Pública, ficando responsável por erradicar a febre amarela e a varíola da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴Georges-Eugène Haussmann foi nomeado prefeito de Paris, por Napoleão III, entre 1853 e 1870, encarregado de modernizar a capital francesa. Para isso demoliu ruas antigas, pequenos comércios e moradias, dando origem a uma cidade ordenada sobre a geometria de largas avenidas e bulevares, composta de belos parques e edifícios públicos, sistema de distribuição de água e grande rede de esgotos.

hoje fazem parte do patrimônio histórico-cultural da cidade (ENDERS, 2002, p. 214). Dentre os principais exemplares construídos na primeira década do século XX e que hoje podem ser apreciados, encontram-se o Teatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional e o Centro Cultural da Justiça Federal. Essas edificações concretizaram um novo ideal na história do Brasil e serviram de marco físico da Primeira República, que se guiou pelo lema da ordem e do progresso.

A reforma urbana de Pereira Passos transformou o Rio adequando-o às exigências do modelo de produção capitalista que se apresentava naquele momento, mas negligenciou a questão do alojamento das classes menos favorecidas. O novo Rio de Janeiro foi planejado para uma elite, seu modo de vida e suas aspirações (ENDERS, 2002, p.215). As demolições de cortiços e outras moradias simples fizeram com que morros situados no centro da cidade e ainda pouco habitados fossem rapidamente ocupados, dando origem à forma de habitação popular conhecida por favela¹⁵ e que, ainda hoje, marca a feição urbana carioca.

Ao longo do século XX, após as reformas de Pereira Passos, outras intervenções redefiniram a malha urbana. No início dos anos 20, com o objetivo de preparar a cidade para o 1º Centenário da Independência do Brasil, o Morro do Castelo, sítio histórico e marco de fundação da cidade, que havia se transformado em local de residências de famílias pobres, foi desmontado por completo, “em nome da aeração e da higiene” (ABREU, 2006, p.76).

Também nas primeiras décadas do século XX as indústrias se multiplicaram e tomaram conta de novas áreas na direção do subúrbio, atraindo mão de obra local e de trabalhadores oriundos de outras cidades, intensificando dessa forma o povoamento desses espaços, extrapolando, conseqüentemente, a delimitação do município e lançando as bases para a formação da grande metrópole.

Os anos 30 trouxeram o conceito de que “morar à beira mar significava ter *status*”, o que estimulou a construção civil na orla oceânica da Zona Sul, principalmente em Copacabana. Surgiram, então, os edifícios de vários pavimentos que acabaram por substituir as casas unifamiliares. Copacabana tornou-se um fenômeno em termos de crescimento populacional e, em virtude disso, acabou atraindo uma série de atividades

¹⁵O Morro da Providência tornou-se conhecido como Morro da Favela, desde 1897, quando foi habitado por militares de baixa renda oriundos da Guerra de Canudos.

de serviços, comércio e lazer, que até então estavam radicadas no centro da cidade. (ABREU, 2006, p.112)

O Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) também marcou a cidade de maneira significativa com suas intervenções. Faz parte desse período a construção do Aeroporto Santos Dumont em área aterrada, assim como a ocupação da esplanada do Castelo — área desocupada desde o arrasamento do morro de mesmo nome — com as sedes de vários Ministérios da República, todas elas construídas em estilo monumental, como que numa tentativa de afirmação de poder por intermédio da arquitetura (ABREU, 2006, p.113).

Outro ato marcante na Era Vargas para a cidade do Rio de Janeiro foi a abertura da Avenida Presidente Vargas, no início da década de 40, apontando a atuação do Estado no centro da cidade. Com seus oitenta metros de largura — gigantesca para a época —, essa empreitada foi viabilizada por recursos financeiros oriundos do Banco do Brasil e passou a ligar a zona Norte ao centro da cidade, sendo seu traçado perpendicular ao da Avenida Rio Branco. Assim como ocorreu no governo de Pereira Passos, a moderna avenida de Vargas riscou do mapa da cidade ruas inteiras; demoliu vários prédios antigos, remanescentes do patrimônio colonial e expulsou, mais uma vez, da região central as populações menos favorecidas economicamente. Também às margens da Avenida surgiram edifícios monumentais como o Palácio Duque de Caxias, anteriormente Ministério da Guerra, e a Central do Brasil, a estação ferroviária que substituiu o antigo terminal datado da época de D. Pedro II, e que ainda hoje se destaca no mobiliário da cidade com sua torre de quatro faces emolduradas por grandes relógios (ENDERS, 2002, p.251).

Durante os anos 50 e 60, o aumento da densidade populacional na Zona Sul, somado aos inúmeros investimentos particulares que afetaram essa região da cidade, assim como o aumento da circulação de veículos automotores, alavancaram inúmeros projetos viários que cortaram a malha urbana em vários pontos. Diversos bairros viram surgir no seu espaço vias expressas, túneis e viadutos, transformando-os em verdadeiros “corredores de passagem”. A “febre viária” mencionada por Abreu (2006, p.144) deu origem a túneis como os de Copacabana, Santa Bárbara e Rebouças; a via expressa do Aterro do Flamengo e a Avenida Perimetral; o Trevo dos Marinheiros; a Avenida Radial Oeste e a Avenida Maracanã.

2.4 De Capital Federal a cidade dos grandes eventos

Em 21 de abril de 1960, sob o comando do presidente Juscelino Kubitschek, ocorreu a transferência da Capital Federal para Brasília, cidade moderna planejada por Lucio Costa e Oscar Niemeyer, localizada em pleno cerrado do Planalto Central, na Região Centro-Oeste do Brasil. Mas de acordo com Enders (2002, p.271), “se a ‘Novacap’ tem uma enorme repercussão no mundo dos anos 1960, o Rio continua a representar a forma mais conhecida no exterior do *Brazilian way of life*”.

Apesar de ter perdido o *status* de centro oficial das decisões, o Rio de Janeiro continuou servindo “de caixa de ressonância para os movimentos políticos e sociais do país” (ENDERS, 2002, p.275). A partir de então, por duas décadas, durante os anos em que se sucederam diferentes regimes políticos de governo, a cidade foi palco de grandes mobilizações por parte da sociedade civil. Os anos 80 encontram um Brasil estagnado economicamente, corroído por uma hiperinflação e com problemas sociais relacionados, principalmente, com a falta de emprego e moradias. Obviamente, a cidade, assim como tantas outras do país, também padecia do mesmo mal. O fenômeno da favelização, que se instalou por aqui a partir do final do século XIX, tornara-se crônico, trazendo a reboque a violência oriunda no tráfico de drogas, que montou seus “quartéis” nos vários morros cariocas. A crise social que se implantou na urbe deu origem às grades que surgiram na paisagem das praças públicas e ao redor das residências, seja para afastar os inúmeros moradores de rua ou para se precaver do vandalismo (ENDERS, 2002, p.310). O Rio de Janeiro teve sua imagem maculada e passou, rapidamente, de “cidade maravilhosa” a cidade violenta e perigosa.

Enders (2002, p. 315) ressalta que os anos 90 serviram de alento e contribuíram para elevar a autoestima do carioca. O Rio foi escolhido para sediar a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente (ECO 92), em junho de 1992, e também a Primeira Conferência de Cúpula entre a União Europeia e os países da América Latina e do Caribe, realizada em junho de 1999. Os dois eventos, que trouxeram representantes de várias nações, transcorreram sem problemas. Os esforços em conjunto dos Governos, tanto na esfera federal, como estadual e municipal, contribuíram para o bom-êxito de qualificar o Brasil como anfitrião e de renovar o prestígio da cidade diante do restante do mundo.

Hoje, em pleno século XXI, o Rio de Janeiro, mais uma vez amparado por projetos oriundos das esferas federal, estadual e municipal e com a parceria de investidores privados, passa novamente por reformas urbanas contundentes que têm como principal objetivo preparar a cidade para os grandes eventos que está por sediar nos anos de 2014 e 2016.

No que concerne à segurança, desde 2008, um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública vem instituindo Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) em favelas com o intuito de desarticular quadrilhas de traficantes de drogas que controlam essas regiões por força de um poder paralelo¹⁶.

Somam-se aos projetos das UPPs programas de cunho sociocultural, como por exemplo o “Rio Top Tour”¹⁷, direcionados às comunidades pacificadas, que reúnem vários setores governamentais e têm como objetivo transformar os moradores locais em empreendedores voltados para o turismo. Esses programas, que podem ser caracterizados como *Turismo de Base Comunitária*¹⁸, além de divulgarem a cultura do sítio turístico servem também para ampliar as possibilidades do circuito turístico carioca.

No rastro das modificações atuais encontra-se ainda o Projeto Porto Maravilha cujo foco é a revitalização da Zona Portuária. Essa área da cidade vem sofrendo intervenções com obras de infraestrutura básica, criação de novos acessos ao local, bem como a reutilização de antigos armazéns e prédios públicos até então abandonados, ou a construção de novos empreendimentos. A região também conta com projetos especiais que incluem a valorização da memória e a preservação do patrimônio cultural da

¹⁶Até abril de 2013, foram instaladas 32 UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) e retomados 221 territórios pelo Estado, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas. Mais de 8.000 policiais trabalham para reforçar a segurança nas comunidades. Até o final deste ano, a polícia espera instalar 40 unidades. Disponível em: <<http://www.conesulnews.com.br/politica/governador-do-rio-nega-relacao-de-ocupacao-de-comunidade-com-visita-do-papa>> Acesso em: abr. de 2013.

¹⁷ Fruto de parceria entre o Ministério do Turismo e o governo do Rio de Janeiro, o Rio Top Tour soma-se a outras iniciativas do poder público para criar oportunidades de desenvolvimento socioeconômico por meio do turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100830.html>. Acesso em: abr. de 2013.

¹⁸ O turismo de base comunitária pode ser definido como uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal está no bem-estar e na geração de benefícios para a comunidade receptora (BURSZTYN, 2005, p.66).

Herança Africana — o lugar está diretamente ligado à entrada de escravos no Rio Colonial —, assim como a criação de dois museus: o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio de Janeiro.

Orçado em R\$ 8 bilhões, o Projeto Porto Maravilha conta com um efetivo de 4 mil operários trabalhando na reurbanização de vias públicas, calçadas, museus, instalação de rede de água e esgoto, ciclovias, serviços de limpeza e plantio de árvores.¹⁹

Obviamente, com o propósito de mais bem aparelhar a cidade, o setor de transporte público também está sendo contemplado. O sistema BRT — *Bus Rapid Transit* ou Transporte Rápido por Ônibus²⁰ —, já chegou ao Rio de Janeiro. Além do modal rodoviário, os modais metroviário e ferroviário também estão sendo incrementados, conforme podemos constatar em matéria publicada na imprensa oficial do Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da solenidade de inauguração da Transoeste, primeiro corredor expresso do BRT carioca, que liga a Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande, em junho de 2012.

Depois de elogiar os projetos viários em andamento no município, o governador disse que o estado e a prefeitura estão promovendo uma transformação nas áreas de transporte e de mobilidade urbana no Rio de Janeiro. Somando os quatro BRTs que o município está implantando — Transoeste, Transcarioca, Transolímpica e Transbrasil — com a Linha 4 do metrô e o aumento das frotas de trens da SuperVia e do próprio metrô, todos equipados com ar-condicionado, o percentual de pessoas que usará o transporte de massa nos próximos anos na cidade subirá de 18% para 63%. (Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=956163>> . Acesso em: abr. de 2013)

No rol das inúmeras reformas, é mister mencionar um dos ícones da paixão carioca — o Maracanã. Inaugurado em 1950, oficialmente denominado Estádio de Futebol Jornalista Mário Filho, o popular “Maraca” foi palco de momentos importantíssimos para o futebol brasileiro e mundial. Dentre tantos eventos esportivos, o Maracanã já abrigou a Copa do Mundo de 1950, as finais acirradas entre times de vários campeonatos Cariocas

¹⁹ Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/prefeitura-do-rio-de-janeiro-conclui-etapa-de-obras-na-regiao-portuaria>>. Acesso em: abr. de 2013.

²⁰ Modelo de transporte coletivo de passageiros que trafega em vias especiais e foi implantado originalmente em Curitiba.

e Brasileiros, além de assistir ao milésimo gol de Pelé. A reforma para a Copa do Mundo de 2014 representa a terceira intervenção em 10 anos. Antes disso, o estádio foi remodelado para os eventos Mundial de Clubes, em 1999, e os Jogos Pan-Americanos, em 2007. Segundo a mídia, o custo da reforma do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 atingiu, no mês de abril de 2013, a marca de R\$ 1,12 bilhão²¹.

As transformações urbanas em curso no Rio de Janeiro contemporâneo, assim como as reformas de Pereira Passos, têm prós e contras e, obviamente, ainda é prematuro fazer um balanço final da situação. O movimento de ampliação e reordenamento de ruas, além da abertura de túneis e da demolição de prédios e viadutos para dar lugar a novos equipamentos urbanos, com certeza são ações que provocam impactos em seus habitantes, sejam eles da ordem econômica, social ou cultural.

É fato que o carioca terá que se adaptar à nova feição da urbe, uma urbe que se reconfigura, a passos largos, por conta das tantas mutações determinadas pela onda da globalização. Será necessário um tempo para explorar, conhecer e ressignificar esse novo tecido urbano e suas particularidades. E quem sabe, depois desse encontro com a nova paisagem, o carioca possa “ler” a cidade como um todo. Afinal, “De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”. (CALVINO, 1990, p.44)

2.5 A cidade e o turismo

Cidade com atrativos de sobra, o Rio de Janeiro tem vários motivos para atrair turistas domésticos e também estrangeiros. Quem visita a “cidade maravilhosa” encontra um leque diversificado de opções. Reconhecida por sua beleza natural, onde o mar e a montanha se conjugam, é também considerada um polo cultural devido aos seus inúmeros museus, centros culturais, teatros e casas de espetáculos. Soma-se à imagem de lazer consagrada à cidade o turismo de negócios e de eventos que também atrai um grande número de visitantes.

Em 2011, o Rio de Janeiro ficou em 1º lugar no ranking brasileiro de cidades que mais sediaram congressos e convenções estrangeiras. Dos 304 eventos realizados

²¹Disponível em: <<http://www.tribunahoje.com/noticia/62783/esporte/2013/05/06/obra-do-maracan-recebe-mais-r-200-milhes-e-custo-chega-a-r-112-bi.html>> Acesso em: mai. de 2013.

no Brasil, 69 aconteceram na Cidade Maravilhosa. [...] a cidade recebeu 136 eventos – entre feiras, congressos e seminários nacionais e internacionais. A programação gerou mais de US\$ 160 milhões de renda para o Rio e trouxe mais de 165 mil visitantes.

(Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=935739>>. Acesso em: fev. de 2014).

Evidentemente, o cenário satisfatório à atividade turística não surgiu a partir de um simples estalar de dedos. As diversas intervenções urbanas pelas quais o Rio de Janeiro passou, ao longo dos anos, conjugadas com a sua geografia privilegiada, tornaram-no um destino turístico importante no mundo das viagens.

Para melhor entender como a cidade tornou-se “maravilhosa” a ponto de atrair milhares de turistas, este trabalho utilizou recortes da publicação de um artigo do geógrafo Marcello Machado, intitulada *A formação do espaço turístico do Rio de Janeiro*, incluída em livro organizado pelo Instituto Virtual de Turismo, no ano de 2005.

Segundo Machado (2005, p.44), em meados do século XIX, o turismo já apresentava um fluxo significativo na Europa e na América do Norte. A cidade de Paris, àquela época, havia sido reformada sob o comando de Eugène Haussmann, transformando-se no modelo de cidade moderna e turisticamente atrativa.

Em contrapartida, naquele momento, o Rio de Janeiro ainda era uma cidade de feições coloniais, “feia e insalubre, com ruas estreitas, sombrias e úmidas, edificações mal feitas e assoladas por constantes pestilências” (MACHADO, 2005, p.44). A cidade carioca do século XIX passava ao largo de ser considerada uma cidade sedutora sob a ótica do turismo.

O artigo relata ainda que, antes da segunda metade do século XIX, os deslocamentos temporários de pessoas eram muito raros em terras brasileiras. Todos que chegavam ao Rio de Janeiro, provenientes da Europa, eram, majoritariamente, imigrantes que, mesmo fixando residência ou até formando família, vinham para o Brasil com intuito de amealhar posses e depois regressar às suas pátrias.

Quanto aos deslocamentos internos ocorridos no período colonial em direção ao Rio de Janeiro, o autor comenta que eram parcos e, muitas vezes, expostos ao risco, uma vez que o modelo de ocupação do território não oferecia ligações e acessos entre a cidade

carioca, ou até mesmo entre os pontos estratégicos de colonização, e os demais espaços ocupados.

As motivações que normalmente impulsionam pessoas a viajar —, por exemplo: visitar parentes, razões religiosas ou realizar negócios — não apresentaram, durante o período da colonização, um fluxo significativo que configurasse a atividade turística. No entanto, Machado considera que os deslocamentos realizados por estudiosos e artistas, até a segunda metade do século XIX, são os que mais se aproximam do conceito de viagem turística que se tem hoje. O autor menciona a existência de relatos deixados por visitantes estrangeiros que se sentiram motivados a viajar para o Rio de Janeiro em razão das pinturas realizadas por artistas que haviam estado na cidade e registraram suas belas paisagens em seus quadros.

Quanto aos meios de hospedagem da época, tais relatos apontavam a ausência de “equipamentos de apoio para alojamento, alimentação e transporte adequados, como já era possível encontrar na Europa” (p.47). A publicação informa, ainda, que os viajantes costumavam se hospedar em casas nas cidades ou em fazendas nos arredores. Também existiam hospedarias que abrigavam os viajantes em troca de pagamento, porém Machado ressalta que, apesar do custo elevado, “os viajantes estrangeiros eram quase unânimes ao relatarem as más condições das hospedagens” (p.48).

Na medida em que aumentava o número desses visitantes, os meios de hospedagem passavam a usar a língua francesa, considerada universal àquela época, com o propósito de atrair o público vindo de fora. Machado conta, inclusive, que os anúncios passaram a promover os diversos meios de hospedagem utilizando o vocábulo *Hôtel* (p.49-50).

A entrada de estrangeiros se expandiu bastante no início do século XIX. Também cresceu a movimentação de pessoas entre as demais províncias, principalmente aquelas que tinham como destino o Rio de Janeiro. Por outro lado, a capital da colônia ainda não era considerada uma cidade moderna, condição que permitia àquelas cidades que já haviam passado pelo processo de modernização — por exemplo, Paris — de estarem mais bem preparadas para atrair um crescente número de visitantes (p.50).

De acordo com o que se lê no artigo, “a idéia (sic) de estruturar, modernizar e embelezar a cidade do Rio de Janeiro, sem dúvida, tem seu período mais marcante a partir da segunda metade do século XIX” (MACHADO, 2005, p.50). Todavia, nos é lembrado

que, durante o século XVIII, o vice-rei do Brasil, Dom Luís de Vasconcelos, promoveu uma série de melhoramentos e embelezamentos na corte.

Vale registrar como benfeitoria dessa época o aterramento da lagoa do Boqueirão da Ajuda que, além de obstruir a ligação da cidade com a Zona Sul do Rio de Janeiro, era utilizada para despejo de dejetos, que a transformavam em foco de doenças. Dom Luís de Vasconcelos, após o aterramento da lagoa, convocou o Mestre Valentim da Fonseca e Silva, escultor de renome àquela época, para projetar o Passeio Público, em estilo francês. Esse jardim público, primeiro das Américas, foi construído para embelezar a cidade, torná-la mais bonita e saudável.

O Passeio Público era uma das únicas opções de lazer dos cariocas e lugar de visita constante de viajantes que se encontravam na cidade, sendo considerado o primeiro atrativo cultural da cidade do Rio de Janeiro. (MACHADO, 2005, p.54).

Durante a segunda metade do século XIX, conforme relata Machado (p.54), o Brasil vivenciou um período de crescimento econômico. O declínio das lavouras de cana-de-açúcar e do algodão na região Nordeste, somado à produção de café que se expandia na região Sudeste, principalmente na região do Vale do Paraíba fluminense, provocou o deslocamento do eixo econômico de uma região para outra. O café produzido no Vale do Paraíba tornou-se o maior produto de exportação brasileira escoado pelo porto do Rio de Janeiro. A cidade carioca funcionou nessa época como portão de exportação e importação, assim como “núcleo das decisões políticas e do movimento financeiro do país” (p.54).

Entretanto, a cultura de café no Rio de Janeiro entrou em declínio devido, entre outras razões, ao esgotamento rápido do solo. Paulatinamente, o oeste paulista foi substituindo o lugar de destaque do Rio de Janeiro no que diz respeito à cultura cafeeira. E, conseqüentemente, a concentração de capital proveniente dessa *commodity* foi redirecionada, internamente, para outros setores da economia, como a indústria e o setor de serviços.

Ainda na segunda metade do século XIX, com D. Pedro II no comando do Império, a paisagem carioca passou por melhoramentos e, mais uma vez, foi embelezada. O responsável por transformar a cidade desta vez, deixando-a mais bela, foi o renomado

paisagista francês Auguste François Marie Glaziou. O paisagista recebeu várias incumbências e, dentre elas, cabe ressaltar algumas.

Em 1861, Glaziou começou a reformar o Passeio Público, projetado por Mestre Valentim, no século XVIII, como já foi mencionado. Apesar de ser francês, ao delinear o jardim, o artista trocou seu traçado original pelas linhas do estilo inglês, com linhas sinuosas, atreladas ao romantismo. Machado informa que “os jardins em estilo inglês eram considerados na época os mais naturais, livres e que propiciavam mais ilusões” (2005, p.56). O paisagista cercou o jardim com gradis de ferro, construiu pequenos rios, um chafariz e uma ponte em forma de troncos de árvores. Durante a reforma do espaço foi construído “um amplo pavilhão de estrutura metálica que funcionou mais tarde como um café-concerto, com mesas e cadeiras externas, o que possibilitou a realização de concertos populares no parque” (MACHADO, 2005, p.57).

Além do Passeio Público, Glaziou reformou outra área da cidade, um descampado que, anteriormente, fora utilizado para despejo de lixo, manobras de exercício militares e festas populares, por ocasião da aclamação de Dom João VI e Dom Pedro I. Para esse lugar, projetou um novo parque, também em estilo inglês, que foi nomeado Campo de Santana.

Machado aponta outro ponto da cidade que também foi remodelado pelo mesmo artista inspirado no estilo romântico inglês. Trata-se da Quinta da Boa Vista, local de moradia dos imperadores, situado em São Cristóvão, que a pedido de Dom Pedro II sofreu as interferências do mestre francês. Segundo o autor, “Glaziou foi, sem dúvida, o grande responsável pelos projetos de embelezamento e europeização da paisagem carioca na segunda metade do século XIX” (MACHADO, 2005, p.58).

Apesar dos belos parques e jardins deixados na cidade por ele, o Rio de Janeiro ainda carecia de inúmeras obras de melhoramentos. Várias áreas da cidade precisavam ser drenadas e aterradas para, posteriormente, serem abertas novas avenidas. Além disso, era necessário resolver questões relacionadas ao abastecimento de água potável e esgoto. Àquela época, o esgoto era lançado “*in natura* por quase toda a cidade, o Rio de Janeiro ficou conhecido como uma cidade malcheirosa e insalubre, fama esta ampliada também por causa das habitações” (MACHADO, 2005, p.59).

Diante de tantos problemas, o governo tratou de criar a “Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro” com a incumbência de elaborar relatórios que apontassem as demandas por melhorias na cidade. A partir da concepção de tal comissão, vários foram os relatórios elaborados. No entanto, conforme registra Machado, a primeira medida concreta dizia respeito à erradicação dos cortiços, pois acreditavam que esses seriam focos das doenças que atormentavam a cidade. Vale informar que se tratava de habitações coletivas, num único terreno, onde moravam várias famílias. “Os relatórios pressionavam o governo a expropriar os cortiços, destruí-los e construir casa individuais para pobres” (MACHADO, 2005, p.60). Extinguir as habitações coletivas, consideradas insalubres, e que tanto enfeavam a cidade, foi a primeira intervenção direta do Estado no centro do Rio de Janeiro. Apesar dos diversos relatórios, planos e projetos elaborados, ao longo do século XIX, com foco na modernização, é possível dizer que, efetivamente, muito pouca coisa se fez.

2.5.1 A “Paris tropical”

A entrada do Brasil no século XX carregava o desejo de alcançar a modernidade e eliminar de vez os vestígios do passado colonial. O país precisava se posicionar no mundo como uma nação importante, civilizada, que buscava o progresso. Um lugar que crescia economicamente e que tinha potencial para atrair novos investimentos.

O Rio de Janeiro, enquanto capital da República, tinha alguma visibilidade no exterior e, exatamente por isso, poderia representar o passaporte de entrada no mundo moderno. Foi então que se criou o projeto de transformar a cidade do Rio de Janeiro na “Paris dos Trópicos”, um título que, conforme aponta o autor, “até o final do século XIX estava muito mais perto de ser conquistado por Buenos Aires, ou até mesmo por Montevidéu” (MACHADO, 2005, p.61).

O projeto que visava transformar o Rio aos moldes parisienses tornou-se possível durante o governo do presidente da República Rodrigues Alves, que encontrou um país em crescimento e com boa situação financeira, devido aos recursos obtidos com o café, com o comércio e com a indústria. Ao que tudo indica, Rodrigues Alves sabia da importância e desejava transformar a capital da República num belo cartão-postal.

Então o plano era tornar o Rio de Janeiro mais bonito, moderno e saudável. Fazendo com que todo brasileiro ou estrangeiro que visse uma imagem da cidade

notasse o seu progresso e desejasse conhecê-la, possibilitando o turismo, e quem sabe, investimentos no Rio de Janeiro e no restante do país (MACHADO, 2005, p.62).

Para a execução do projeto de remodelação da capital da República, conforme já foi mencionado no item **2.3** deste capítulo, Rodrigues Alves nomeou para prefeito da cidade do Rio de Janeiro Francisco Pereira Passos.

Cabe mencionar que Francisco Pereira Passos cursou engenharia na Escola Militar e, logo após sua formatura, mudou-se para Paris, em 1857, a fim de ocupar um cargo diplomático. No período em que esteve por lá, Pereira Passos assistiu à remodelação da cidade, conduzida pelo prefeito Eugène Haussmann. Também cabe informar que trabalhou na construção de estradas de ferro durante sua estada na França e, quando retornou ao Brasil, construiu e foi presidente da Estrada de Ferro do Corcovado, em 1884. Nas palavras de Machado, essa “foi a primeira estrada turística brasileira [...]mostrando que Passos já tinha interesse no turismo em pleno século XIX, o que se comprovaria mais tarde com algumas de suas realizações e interesses” (MACHADO, 2005, p.64).

Retomando algumas informações apresentadas também no item **2.3**, os planos e projetos de Pereira Passos, apelidado o “bota-abaixo”, destinados à remodelação da cidade do Rio de Janeiro, previam dentre inúmeras ações: traçados de novas avenidas e alargamento de ruas visando aos avanços nos meios de transportes; construção e reformas de parques, praças e jardins; construção de um novo porto adequado ao movimento crescente de importação e exportação de mercadorias; melhorias no abastecimento de água potável e saneamento.

No entanto, uma das medidas mais importantes para tornar a cidade do Rio de Janeiro uma urbe saudável e, portanto, atraente para os visitantes, foi o trabalho desenvolvido pelo médico sanitaria Oswaldo Cruz. Coube ao médico paulista tomar medidas drásticas para melhorar a saúde pública do Rio de Janeiro que sofria com a peste bubônica, a febre amarela e a varíola. Com o intuito de combater a febre amarela, o sanitaria se baseou no modelo adotado em Cuba, apoiado nas pesquisas desenvolvidas pelo cientista cubano Carlos Juan Finlay, que estudava a transmissão da doença pelos mosquitos. Para tanto, “Oswaldo Cruz criou as brigadas mata-mosquitos, que invadiram as casas, interditaram, despejaram e internaram à força” (Machado, 2005,

p.66). Em virtude da erradicação da febre amarela, em 1907, o médico recebeu uma condecoração na Alemanha, propagando uma imagem positiva da cidade quanto à resolução de problemas relativos à saúde pública. Esse reconhecimento internacional trouxe frutos positivos para o turismo, uma vez que, ao exorcizar a febre amarela, a cidade estava capacitada para receber visitantes de outros países. “Tanto que no mesmo ano chegou ao Rio de Janeiro o navio a vapor Byron, repleto de turistas estrangeiros” (MACHADO, 2005, p. 66).

Oswaldo Cruz também conseguiu conter a peste bubônica e a varíola. Para acabar com os ratos, contratou vários homens que percorreram a cidade espalhando raticida, recolhendo o lixo e capturando ratos. “Criou o cargo de ‘comprador-de-ratos’, funcionário que pagava 300 réis por rato morto” (MACHADO, 2005, p.66). Já para combater a varíola, foi necessário determinar a vacinação obrigatória que acabou provocando a Revolta da Vacina. A população, além de mal informada sobre o processo de inoculação do vírus para combater a doença, temia sentir dor ao ser vacinada e, por isso reagiu violentamente à campanha da vacinação obrigatória.

No rastro das ações destinadas a tornar o Rio de Janeiro salubre, vieram outras posturas municipais com o intento de colocar ordem na cidade. Pereira Passos determinou que os imóveis posicionados de frente para as ruas deveriam ser pintados, caiados, consertados e limpos. O prefeito proibiu a circulação de vendedores ambulantes, principalmente aqueles que vendiam leite e ordenhavam suas vacas na frente do comprador, deixando muita sujeira por onde passavam. Também proibiu outros tipos de vendas, como miúdos e, até, bilhetes de loteria. “O prefeito não queria espalhados pelas ruas da cidade pessoas maltrapilhas, pedintes, doentes, pois esta não seria a imagem da população de uma cidade moderna e que progredia” (MACHADO, 2005, p.67).

O governante também se preocupava com a estética e a segurança. Por isso, mandou recolher os cães que andavam soltos pelas ruas. Ainda no quesito segurança, em virtude do crescimento do número de banhistas à beira-mar, mandou instalar pela orla carioca postos de salvamento com pessoas capacitadas para socorrer afogamentos. “[...] estes postos deram origem aos atuais postos litorâneos da zona sul do Rio, que servem de infra-estrutura (sic) para os banhistas e também como ‘referência’ das praias” (MACHADO, 2005, p.68).

Pensando na modernização e embelezamento do Rio de Janeiro, o prefeito mandou arborizar a cidade, plantando e replantando várias espécies de árvores nas ruas, nos jardins públicos, praças e parques. Também fazia parte desse projeto de modernização e embelezamento abrir grandes avenidas; particularmente, três delas merecem destaque: a Central, a Beira-Mar e a Atlântica.

A Avenida Central — além de ser bela, larga e extensa — tornou-se, àquela época, a principal artéria da cidade, ligando o Largo da Prainha à Praia de Santa Luzia. Ademais, foram erguidos nesta avenida belos prédios, em estilo eclético, e que permanecem lá até hoje. A Avenida Central tornou-se “um importante cartão-postal e atrativo turístico do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX” (MACHADO, 2005, p.70).

A Avenida Beira-Mar também fomentou o turismo na cidade do Rio de Janeiro. Esta avenida, que era um passeio litorâneo com 5.200 metros de extensão, foi de relevante importância para a cidade, uma vez que ligava o centro à zona sul, facilitando, principalmente, a chegada ao bairro de Copacabana.

A terceira Avenida, a Atlântica, aberta em toda a extensão da praia de Copacabana, acabou por transformar-se em pouco tempo num “dos mais belos e disputados recantos da cidade, tendo importância singular para o turismo no Rio de Janeiro” (MACHADO, 2005, p.72).

Finalmente, para destacar outra obra de repercussão positiva para o turismo, Machado aponta a criação do novo Porto do Rio de Janeiro, inaugurado em novembro de 1906, e que possibilitou o fomento do comércio internacional e a maior circulação de turistas pela cidade. “O Prefeito Pereira Passos, por estas e outras obras, teve importância vital na construção do espaço turístico da cidade do Rio de Janeiro” (MACHADO, 2005, p.72).

2.5.2 Depois do “bota-abaixo”

No decorrer do século XX, após a gestão de Pereira Passos, outros prefeitos contribuíram para o desenvolvimento do espaço turístico da cidade do Rio de Janeiro e, por isso, merecem ser citados.

Machado conta que, durante a gestão de Francisco Marcelino Souza Aguiar, foi realizada a Exposição Nacional de 1908, com o intuito de celebrar o centenário de

abertura dos portos às nações amigas. Esta exposição significava uma ótima oportunidade de mostrar ao mundo que o Brasil era uma nação moderna, capaz de receber investimentos estrangeiros, imigrantes e turistas. Não obstante, a infraestrutura hoteleira do Rio de Janeiro ainda não coadunava com as novas condições de modernidade da cidade. Para tanto, conforme declara Machado (2005, p.73), o prefeito ofereceu benefícios fiscais aos primeiros cinco hotéis que se instalassem na cidade. A partir das vantagens concedidas, “foi construído o hotel Avenida, inaugurado em 1908, marcando a maioria da hotelaria no Rio e no Brasil” (MACHADO, 2005, p.73).

O prefeito Serzedelo Correia, assumiu a administração da cidade em 1909, contribuindo fortemente com o turismo, ao autorizar a implantação de um caminho aéreo que chegaria até o morro Pão de Açúcar. Este caminho, que hoje liga a Praia Vermelha ao morro da Urca e este morro ao Pão de Açúcar, só foi inaugurado posteriormente e em duas etapas – a primeira ligação, em 1912, e a segunda, em 1913. Talvez o prefeito não soubesse que, ao autorizar a criação do Caminho Aéreo Pão de Açúcar, estaria legando à cidade um de seus principais atrativos turísticos.

O engenheiro Paulo de Frontin, que assumiu a prefeitura em 1919, também atuou de forma significativa, contribuindo com o melhoramento no espaço turístico carioca. Coube a este prefeito, dentre outras ações, alargar e pavimentar a Avenida Atlântica, erguendo uma mureta de concreto em toda extensão da praia, com o intuito de protegê-la. Paulo de Frontin também abriu a Avenida Delfim Moreira, na orla do Leblon, ligando o canal da Lagoa Rodrigo de Freitas até a Avenida Vieira Souto, na praia de Ipanema. Também ampliou e alargou a Avenida Niemeyer, idealizada anteriormente por ele, brindando a cidade com uma via entre o mar e a montanha, cingindo parte da encosta do maciço dos Dois Irmãos, que separa a praia do Leblon da praia da Gávea.

Carlos Cesar de Oliveira Sampaio foi responsável pela realização da Exposição Internacional de 1922, em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Esta exposição ajudaria, mais uma vez, a promover o Brasil e a colocar a cidade do Rio de Janeiro na lista das mais modernas e cosmopolitas do mundo.

Durante a Exposição de 1922 a prática de estampar a paisagem da cidade adquire vulto maior. Estampas e cartões-postais do Rio de Janeiro passam a circular o mundo como nunca tinha acontecido, difundindo imagens da cidade que definitivamente se transformava em identidade do Brasil. Suas belezas naturais

eram há muito reconhecidas, mas agora os atrativos da modernidade também pareciam presentes. (MACHADO, 2005, p.75).

É importante lembrar o prefeito Pedro Ernesto, que administrou a cidade em dois mandatos — 1931 a 1934 e 1935 a 1936 — teve como uma de suas ações mais marcantes ligadas ao turismo a inauguração da estátua do Cristo Redentor, em 12 de outubro de 1931. Situado no alto do morro do Corcovado, este monumento, outro atrativo turístico dos mais visitados na cidade, conforme será mencionado no item **2.6**, tornou-se, em 2007, uma das novas sete maravilhas do mundo moderno.

Henrique de Toledo Dodsworth assumiu a prefeitura do Distrito Federal em 1937 e realizou importantes obras que requalificaram a cidade. Vale ressaltar dentre elas a abertura da Avenida Brasil, junto às margens da baía de Guanabara, importante via que facilitou o acesso das cidades de São Paulo e Petrópolis ao Rio de Janeiro. Também durante seu governo foi aberta a Avenida Presidente Vargas, ligando a avenida do Mangue até o mar. É bom citar que coube a Dodsworth ordenar uma série de melhoramentos no Corcovado, como remodelar as escadarias de acesso à plataforma do Alto e também do Mirante, assim como construir uma área de estacionamento e um restaurante. Para Machado, o prefeito demonstrava interesse pelo turismo, porque considerava essa atividade uma fonte geradora de riqueza para a cidade. Tanto que, durante seu mandato, mandou confeccionar um mapa que apontava os principais atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro.

Para finalizar o rol de prefeitos e suas realizações destinadas à formação do espaço turístico no Rio de Janeiro, Machado cita o General Ângelo Mendes de Moraes, que assumiu a prefeitura em 1947, e teve sob sua responsabilidade a construção do Estádio Maracanã, onde foi realizada a Copa do Mundo de Futebol de 1950, “responsável pelo último grande fluxo turístico destinado ao Rio de Janeiro na primeira metade do século XX” (MACHADO, 2005, p.78), conforme já explanado no item **2.4** deste estudo.

No final da primeira metade do século XX, o Rio de Janeiro era uma cidade encantadora com belas avenidas, edificações majestosas, monumentos garbosos, praias deslumbrantes e um povo cuja alegria e hospitalidade seduziam visitantes de todo o mundo. “Sem dúvida era uma cidade diferente, e graças a essas importantes intervenções no seu espaço urbano, principalmente ao longo das primeiras décadas do

século XX, o Rio de Janeiro passou a ser considerado a ‘Cidade Maravilhosa’” (MACHADO, 2005, p.78).

2.6 A cidade na vitrine

Neste início de século XXI a cidade Rio de Janeiro está na moda e na mídia por conta de diversos eventos que a movimentam e lançam sobre ela olhares múltiplos. Jogos Mundiais Militares em 2011, Rio +20 em 2012, Jornada Mundial da Juventude em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas de 2016 são alguns dos exemplos que colocam o Rio em foco e fazem com que muitos visitantes circulem pela urbe carioca com motivações distintas. Atletas, Chefes de Estado, agentes fiscalizadores de comitês esportivos, investidores e turistas pontuais “consomem” a cidade na sua totalidade ao interagirem com o espaço geográfico, com moradores e seus hábitos, com a cultura local, a infraestrutura e os serviços. Experimentam sentimentos e sensações, ressignificam sua visão sobre a cidade e, obviamente, ao partirem, nunca estão da mesma forma como aqui chegaram.

Da última vez que o Rio de Janeiro, cantado em verso e prosa como a *cidade maravilhosa*, ou como aquela que abriga o Cristo Redentor — uma das sete maravilhas do mundo moderno —, apresentou-se na berlinda, registrou em sua coleção mais um título: Patrimônio Mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) ²². A conquista desse título se deu na categoria *Paisagem Cultural Urbana*, a partir de um dossiê, elaborado por especialistas de várias áreas, sob a coordenação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que apresentou um estudo minucioso dos ângulos mais expressivos e significativos da beleza existente entre o mar e as montanhas cariocas. O trabalho do Iphan apontou para a forma criativa como o carioca se adaptou à topografia da cidade e inventou uma maneira peculiar de interagir com ela. E foi essa interação da presença humana com a geografia esplendorosa da cidade o ponto-chave para a inclusão do Rio de Janeiro no rol de bens da UNESCO.

O dossiê do Iphan, tal como um visitante em dia de sol, explorou a visão que se tem do alto do Corcovado e demarcou o patrimônio da cidade — encravado entre a montanha e

²²Título concedido em 1º de julho de 2012, na cidade de São Petersburgo, na Rússia.

o mar — num trajeto que chegou até o Morro do Pico, em Niterói. Nesse trajeto estão o Parque Nacional da Tijuca, o Jardim Botânico, o Aterro do Flamengo, a Praia de Copacabana e a entrada da Baía de Guanabara — salientando o Pão de Açúcar e os fortes históricos que compõem o sistema defensivo da baía, conforme pode ser observado na **Figura 1**.

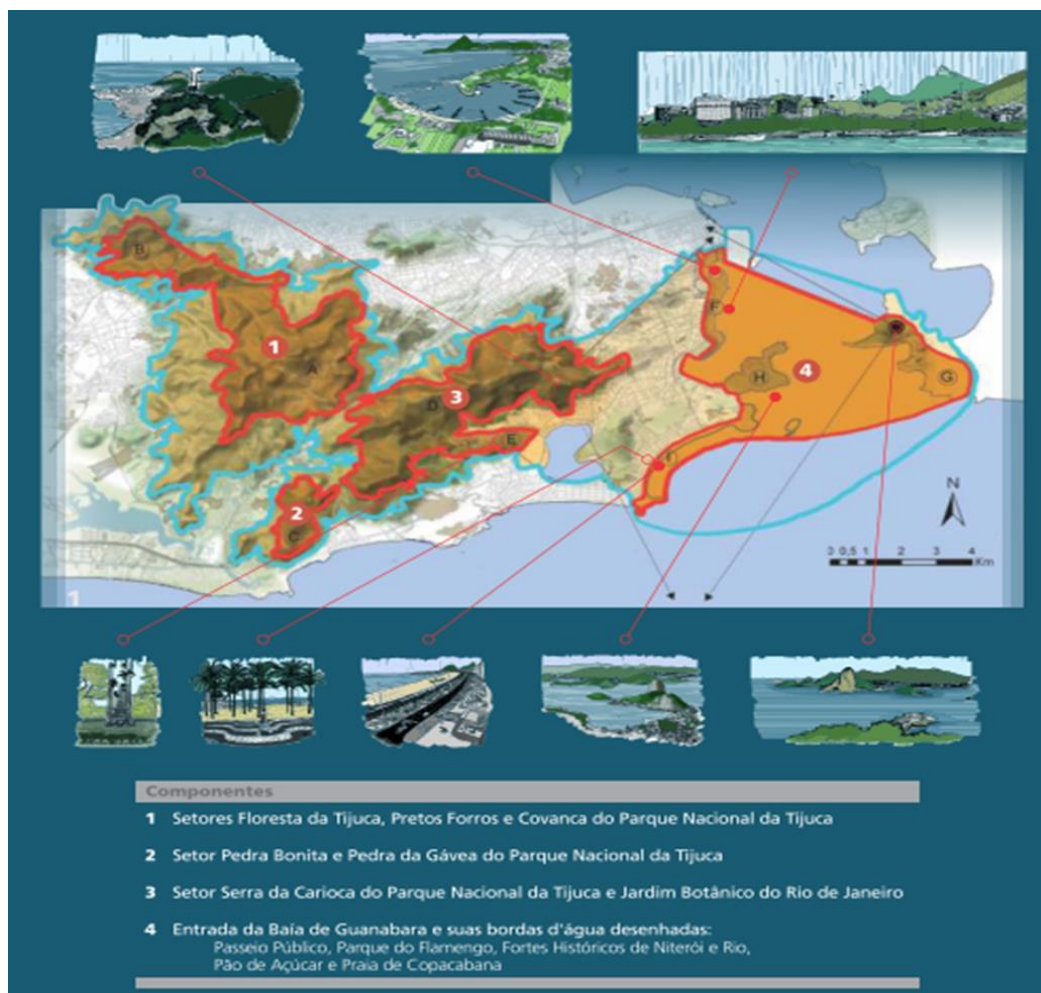


Figura 1 – Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar

Fonte: IPHAN (Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2505>>. Acesso em: nov. de 2013).

Ao apontar os fortes e fortalezas da Baía de Guanabara como bens do Rio de Janeiro, o Iphan volta nossos olhos para esses mirantes naturais, locais destinados a receber, no passado, cortinas de pedras e concreto, cujo intuito era defender nossas terras e afastar os inimigos que vinham do mar. Hoje, os fortes e fortalezas, assim como outros atrativos, são marcos de referência em nossa cidade e já atraem moradores e visitantes

por motivos diversos. Alguns vão até eles pela importância histórica, outros pela bela vista do mar e da cidade e, outros tantos, pelo simples prazer de estar lá.

CAPÍTULO 3

Era uma vez a santa, o bairro e o forte

Vivaldo Coaracy (1988, p.225) relata que, quando o Rei Felipe II da Espanha reuniu as coroas de Castela e Portugal, o intercâmbio entre o Brasil e o Peru tornou-se intenso. No final do século XVI e durante grande parte do XVII, eram frequentes no Rio de Janeiro os “peruleiros”, mercadores que comerciavam entre as duas colônias. Segundo o mesmo autor “não se sabe quem, nem quando”, mas um desses mercadores teria trazido, talvez em cumprimento de promessa, uma réplica da imagem da Virgem de Copacabana²³, santa venerada pelos habitantes do Lago Titicaca, localizado na fronteira entre a Bolívia e o Peru.

A imagem da santa, que inicialmente ficou abrigada na Igreja da Santa Casa, no Largo da Misericórdia, e por lá permaneceu até 1638, foi posteriormente entronizada numa capelinha erguida por pescadores sobre uma rocha nas paragens de *Sacopenapan*²⁴, região que vai da praia de Copacabana até a Lagoa Rodrigo de Freitas e que nos primórdios do Rio de Janeiro era habitada apenas por índios Tamoios.

Brasil Gerson (2000, p.316) informa que a capelinha original foi substituída por outra, mais bem construída, seguindo determinação do Bispo D. Antônio do Desterro, para cumprir uma promessa à Virgem de Copacabana, após se salvar de um temporal, na altura do Arpoador, quando retornava de uma viagem a Angola em 1770. A virgem da capela atraiu romarias durante muitos anos e, em virtude disso, a região acabou recebendo o nome de Copacabana.

Vale destacar que no século XVIII, além de atrair devotos, a região também atraiu a atenção dos portugueses colonizadores, que após novas invasões francesas comandadas por Jean François Duclerc e Duguay-Trouin, respectivamente em 1710 e 1711,

²³Segundo Cardeman (2004, p.175) o nome Copacabana é boliviano. Significa “mirante azul”, referente à península que dominava o Lago Titicaca, onde surgiu o culto a Nossa Senhora da Candelária.

²⁴Segundo Vivaldo Coaracy (1988, p.365), Sacopenapan é uma corruptela moderna do termo indígena socopenapã, uma contração de socó-apê-nupã que significa “o caminho dos socós”. O socó é uma ave penalta abundante nas restingas do Rio de Janeiro.

constatarem que o sistema defensivo da cidade do Rio de Janeiro deveria abranger uma área que não estivesse restrita apenas à barra da Baía de Guanabara e seu interior.

Tornou-se evidente a necessidade de criar fortalezas fora da baía com o intuito de impedir o desembarque de tropas e o flanqueamento da cidade. “Começa-se portanto, a se (sic) pensar no estabelecimento de redutos e baterias nas regiões do Leme, Ipanema e Copacabana” (ARMADA, 2005, p.21). A afirmação de Armada é corroborada por Pondé (1957, p. 109) que informa ter o Vice-Rei Marquês de Lavradio mandado levantar várias fortificações na praia de Copacabana com o objetivo de “impedir o desembarque de forças, que por esse ponto facilmente penetrariam na cidade”.

Após a Independência do Brasil, sobre o rochedo de Copacabana, bem ao lado da capela, foi improvisado um forte para melhor atender ao complexo de defesa da Baía de Guanabara.

[...] o que para alguns de seus devotos não era bom augúrio, pois com o progresso da arte da guerra poderiam lembrar-se de aperfeiçoá-lo, substituindo-o por uma fortaleza igual, por exemplo, à de São João, e nesse caso — pobre Igrejinha — a destruiriam (GERSON, 2000, p.316).

Em 1858, a capela, que já convivia com o forte improvisado, foi reformada outra vez e ampliada, passando a apresentar o formato arquitetônico exibido na **Figura 2**.

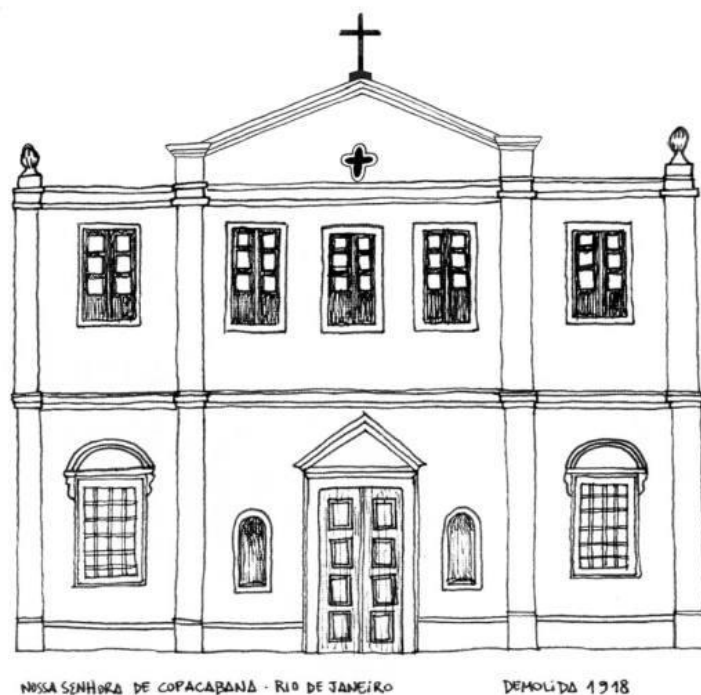


Figura 2 – Igreja de Nossa Senhora de Copacabana

Fonte: (Disponível em: <<http://kristianos.blogspot.com.br/2011/11/livro-historias-de-igrejas-destruidas.html>>. Acesso em: nov. de 2013).

Pondé (1957, p.110) relata que a proclamação da República indicava uma nova era para o sistema de defesa do porto e da cidade do Rio de Janeiro, quando as fortificações antigas, de formato poligonal com ângulos reentrantes, passaram a ser substituídas por fortalezas modernas, melhor aparelhadas para enfrentar os inimigos daquele período.

Então, no início da República, durante o governo do presidente Rodrigues Alves, foram realizados os primeiros estudos para a construção definitiva de uma fortaleza no promontório de Copacabana, onde antes existia o Forte da Igrejinha.

Segundo publicação sobre o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (2009, p.27) a pedra fundamental da fortaleza, projetada inicialmente pelo Major Tasso Fragoso, foi lançada pelo presidente Afonso Pena, em 05 de janeiro de 1908.

Moraes (2006, p. 40) diz que as obras se estenderam por quase sete anos, utilizando como mão de obra cerca de 2.000 operários civis que construíram a mais moderna Fortificação de Artilharia da América do Sul àquela época.

Finalmente, em 28 de setembro de 1914, o Forte de Copacabana foi inaugurado pelo presidente Marechal Hermes da Fonseca. De acordo com Moraes (2006, p.40), seus potentes canhões, fabricados pela empresa alemã Krupp e trazidos pela Marinha Brasileira, tinham capacidade para atingir alvos com alcance de até 23 km de distância. Eles foram instalados em quatro cúpulas: uma com dois canhões de 305 mm; outra com dois de 190 mm; e duas com um canhão de 75 mm cada.

A obra de Castro (2009, p.461) informa que “a espessura das paredes, 12 metros na face para o mar e 4 metros no topo, tornava a estrutura praticamente imune ao fogo da artilharia naval”. E ainda conta que,

A construção, apesar da complexidade, tamanho e peso das peças e do volume de concreto necessário, avançou rapidamente sob a direção do Coronel Ricardo Franco Eugênio Filho. [...] A construção custara 2.900 contos de réis, equivalente, hoje à cerca de 550 milhões de reais. (CASTRO, 2009, p.461).

Esta fortificação, devido às condições apresentadas pelo terreno, pela ação do mar e pelo armamento de peso, representou um importante desafio às engenharias militares do Brasil e da Alemanha.

Conforme já foi mencionado, a proximidade entre um forte da montanha de Copacabana e uma igreja com feições do século XIX não agradava aos fiéis que temiam pela permanência da igreja naquele local. O Forte, por sua vez, precisava ampliar suas instalações para um melhor desempenho operacional. Sendo assim, segundo Gerson (2000, p.316), em 1918, a Igreja de N.S. de Copacabana foi demolida. Quanto à antiga imagem da santa, Lyra (2006, p.196) informa que permaneceu no Forte até a década de 1970, quando foi erguida a paróquia da Ressurreição, situada à Avenida Francisco Otaviano, e para onde foi transferida a santinha, “continuando, assim, o culto à padroeira do bairro e da própria ermida”.

O Forte de Copacabana representa um marco na história da defesa da cidade carioca, uma vez que, depois dele, nenhuma outra fortificação foi erguida, ressaltando-se apenas as melhorias sofridas por alguns fortes, como por exemplo, a modernização do antigo

Forte do Vigia em 1913 que, segundo Moraes (2006, p.40), recebeu o nome de Forte Duque de Caxias por decreto do presidente Getúlio Vargas.

[...] quando foi inaugurado o Forte de Copacabana, nada mais se fez no sistema de Defesa do Porto do Rio de Janeiro melhorando apenas as condições de vida nas fortificações, construindo-se praças de esportes, aquartelamentos e aperfeiçoamentos de pouca monta. (PONDÉ, 1957, p.11).

Durante sua história, ainda como lugar de defesa da cidade, o Forte foi cenário de fatos importantes. Um dos mais significativos e que, portanto, merece destaque, foi a Revolta do Forte de Copacabana. Nas palavras de Gerson (200, p.206), a Revolta foi oriunda de um movimento militar e liberal que acabou por eclodir no Rio de Janeiro, ficando conhecido na história como “Tenentismo”. Complementando com as palavras de Aquino (2004, p.75), “estavam eles descontentes com a política e os valores culturais impostos pelas oligarquias agrário-exportadoras”. Então,

Na madrugada de 5 de julho de 1922, o Forte de Copacabana fez disparar seus canhões contra o Palácio do Catete e outros prédios públicos. Em resposta, fortalezas e navios de guerra legalistas passaram a atirar contra os rebeldes (AQUINO, 2004, p.75).

Em seus escritos, o historiador relata, na p.76, que a guarnição no Forte de Copacabana, sob a liderança do tenente Antônio Siqueira Campos, ficou reduzida a apenas 18 militares, uma vez que os demais renunciaram ao movimento e se entregaram às autoridades.

No dia 6 de julho, os “Dezoito do Forte” saíram daquela fortificação e foram de encontro às tropas legalistas. No meio do caminho, nove militares desertaram ou foram presos e um civil — o engenheiro Otávio Corrêa — acabou por se juntar ao grupo, perfazendo um total de dez homens. Entre eles estavam quatro oficiais: os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Nilton Prado e Mario Carpenter. Em marcha pela Avenida Atlântica, na altura do Posto 4, aconteceu o confronto entre os revoltosos e os legalistas. Entre os militares, sobreviveram apenas Siqueira Campos, Eduardo Gomes e o soldado Manuel Ananias dos Santos (AQUINO, 2004, p.76).

Ainda hoje o movimento dos “Dezoito do Forte” é lembrado no Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, merecendo inclusive um espaço especial dentro de

suas galerias de exposição, assim como um monumento, ladeado pelo busto de Siqueira Campos, ambos situados na Praça General Eugênio Franco, próximos ao pórtico de entrada.

Segundo Castro (2009, p.125), “Em 1975, o Forte de Copacabana, a jóia maior de nossas fortificações, mas cuja funcionalidade como posição defensiva já estava bem reduzida, por causa da cidade que crescera ao seu redor, foi desativado”.

A partir de 1987, o Forte de Copacabana passou a ter uma função diferente no cenário carioca na medida em que, ao abrigar em suas instalações o Museu Histórico do Exército, transformou-se então num espaço cultural. E de acordo com a publicação Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (2009, p.17), sua dignificante missão é “preservar e difundir a História do Exército, além de divulgar aos brasileiros e aos visitantes de outras nações tudo o que o Exército fez e faz pelo Brasil, e nas missões de além-mar, em prol da democracia e da paz mundial”.

Localizado numa área de preservação ambiental, na divisa das águas de Copacabana e Ipanema, o Forte de Copacabana atrai, ao longo do ano, um grande número de visitantes. Sua agenda cultural diversificada oferece ao público eventos musicais e de dança, além de exposições de artes plásticas. De acordo com Castro, em artigo intitulado *Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural*, publicado no Caderno Virtual de Turismo, em 2013,

[...] no Rio de Janeiro, o terceiro ponto turístico mais visitado do estado, logo atrás do Cristo Redentor e do Pão de Açúcar, é o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, que chega a ter mais de 780 mil visitantes por ano, mais do que qualquer outro museu da cidade.

(Disponível em:

<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=903>). Acesso em: nov. de 2013)

Hoje, quem caminha pela orla de Copacabana, antiga região de *Sacopenapan*, em direção ao promontório onde antes havia uma igrejinha, surpreende-se ao encontrar o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. E para o visitante, basta atravessar o pórtico de entrada (**Figura 3**), para se sentir em um lugar seguro que, além de proporcionar a visão de uma paisagem deslumbrante, oferece também cultura e lazer.



Figura 3-Pórtico do Forte de Copacabana

Fonte: Arquivo do DPHCEX

Parafrazeando o Coronel de Artilharia reformado Elcio Secomandi, em publicação de 2013 do Caderno Virtual de Turismo, na Edição especial: *Turismo nas fortalezas*, esse forte que foi erguido para afastar os inimigos, hoje tem a função de abraçar os amigos (SECOMANDI, 2013, p.68).

3.1 O bairro “princesinha do mar”

*Existem praias tão lindas
cheias de luz,
nenhuma tem os encantos
que tu possuis.
Tuas areias, teu céu tão lindo,
tuas sereias sempre sorrindo:
Copacabana,
princesinha do mar,
pelas manhãs tu és a vida a cantar
e à tardinha ao sol poente
deixas sempre uma saudade na gente.*²⁵

²⁵A música Copacabana, em estilo samba-canção, foi composta na década de 40 do século XX por João de Barro, mais conhecido por Braguinha, e Alberto Ribeiro. Gravada pelo cantor Dick Farney, a música obteve um enorme sucesso de público. Além de Dick Farney, vários intérpretes homenagearam Copacabana. Ver Gal Costa no site You Tube. Disponível em:< http://www.youtube.com/watch?v=HsIEtLUo_U>. Acesso em: fev. de 2014.

O bairro de Copacabana, consagrado como “a princesinha do mar” pela voz de Dick Farney, em nada lembra o areal do século XVII, denominado Sacopenapan e que durante muito tempo se manteve isolado do resto da cidade devido, principalmente, à dificuldade de se chegar àquele lugar.

Segundo Cardeman (2004, p.175), a área Sacopenapan pertencia à Câmara e foi, aos poucos, sendo repartida aos fidalgos da Corte. Inicialmente a região tornou-se pasto para o gado do Engenho de Nossa Senhora de Conceição da Lagoa e, ao final do século XVIII, o espaço já estava dividido em chácaras destinadas à lavoura. Apesar de belo, o lugar era economicamente inviável e as propriedades sofreram desvalorização uma vez que o solo era pouco fértil e comprometia a produtividade. Somou-se a isso a falta de acessos que dificultava a entrada de insumos e o escoamento da produção.

Somente em 1855 surgiu o primeiro caminho oficial ligando Botafogo a Sacopenapan. O caminho, uma via tortuosa para carroças, foi aberto por um empresário chamado José Martins Barroso, morador de Botafogo. Esse caminho, composto por uma ladeira que descia pelo Morro de Vila Rica e por um trecho que seguia em direção à praia, recebeu originalmente o nome do empresário, mas foi rebatizado e hoje é conhecido, respectivamente, como Ladeira dos Tabajaras e Rua Siqueira Campos (CARDEMAN, 2004, p.175). Apesar do caminho José Martins Barroso e do alinhamento de ruas promovido por alguns proprietários, assim como os esforços da Prefeitura, que construiu o sistema de águas e esgoto na região, Copacabana se urbanizava a passos lentos.

Entretanto, em 1892 o quadro de isolamento do bairro começou a mudar e a sua história tomou novos rumos. O motivo da mudança foi a inauguração do Túnel Velho, hoje Alaor Prata, que ligava a Rua Real Grandeza, em Botafogo, com a do Barroso, atual Siqueira Campos. O túnel permitiu vencer a barreira dos morros e por ele passaram os primeiros bondes de tração animal (CARDEMAN, 2004, p.177).

Ainda segundo Cardeman (2004, p.177-178), após a abertura do Túnel Velho, o bairro começou a se aproximar de seu traçado atual com a abertura de várias ruas perpendiculares à praia ligadas internamente pela via batizada de Nossa Senhora de Copacabana, em virtude desta terminar próximo à Igrejinha de mesmo nome.

Cardeman relata que, em 1906, a modernidade chega a Copacabana com os primeiros bondes elétricos atravessando o Túnel do Leme, apelidado pela população de Túnel Novo. A avenida à beira-mar, chamada posteriormente de Avenida Atlântica, também foi inaugurada nessa época, conferindo um novo plano urbanístico ao bairro. As casas que antes apresentavam suas fachadas voltadas para a Avenida Nossa Senhora de Copacabana passaram então a ser erguidas de frente para o mar. O bairro sofreu um surto imobiliário e parte da aristocracia carioca se mudou de outros bairros da cidade considerados nobres até então, para os novos palacetes que começaram a ser erguidos em Copacabana (CARDEMAN, 2004, p.178). Em virtude disso, os serviçais que trabalhavam para essas famílias abastadas e que precisavam estar mais próximo de seus empregos passaram a ocupar os morros da região, em moradias precárias, dando origem às primeiras favelas de Copacabana (CARDEMAN, 2004, p.179).

Os anos 20 do século XX, além de marcarem o início da verticalização do bairro, quando o novo estilo de vida, o de morar em apartamentos, faz surgir os primeiros edifícios em estilo eclético e *art déco*, serviram também para dar início a sua projeção como cartão-postal da cidade. Nos primeiros anos dessa década, foi inaugurado o Hotel Copacabana Palace, por iniciativa da família Guinle. Projeto do arquiteto francês Joseph Gire, em estilo mediterrâneo, o hotel luxuoso foi inspirado em dois exemplares europeus, o Negresco localizado em Nice e o Carlton, em Cannes²⁶.

Visível de qualquer ponto do Leme ou de Copacabana, em 1922 a construção de seis andares se destacava, soberana, sobre os palacetes que, com seus dois ou três pavimentos, reverenciavam a magnitude do novo edifício, dando as boas-vindas à civilização que se impunha como monumento (O'DONNEL, 2013, p.109).

O'Donnel (2013, p.109-111) conta que a construção do Copacabana Palace foi uma sugestão do presidente Epitácio Pessoa que, às voltas com os preparativos da Exposição Universal de 1922, precisava atender a uma questão de ordem prática: hospedar os convidados ilustres do evento em um lugar compatível com a imagem do Brasil que se pretendia divulgar àquele momento. É bom lembrar que a Exposição Universal, inaugurada num período emblemático — comemoração do Centenário da Independência do Brasil — tinha como propósito articular o binômio brasilidade/modernidade num

²⁶Disponível em: <http://www.copacabanapalace.com.br/web/orio_pt/copacabana_palace_history.jsp>
Acesso em: abr. de 20013.

momento em que “as greves operárias e a crescente tensão entre governo e militares punham em xeque a ordem que a República levava estampada na bandeira” (O’DONNEL, 2013, p.110). Sendo assim, a Exposição Universal serviu de vitrine para apresentar os progressos da nação e os encantos da Cidade Maravilhosa. Por extensão, colocou Copacabana no mapa turístico internacional.

O Copacabana Palace Hotel, além de hospedar celebridades, tornou-se ponto de encontro da alta sociedade carioca que ainda hoje usufrui do serviço sofisticado oferecido nos seus bares e restaurantes. Além do Copacabana Palace, vale lembrar a construção do restaurante Lido, na antiga Praça Vinte e Seis de Janeiro, hoje Praça Bernardelli, um dos mais elegantes da cidade e que também contribuiu para o *glamour* do bairro.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, na década de 40, com o bairro de Copacabana já consagrado internacionalmente, uma nova onda aqueceu o mercado imobiliário local. Começaram a ser erguidos os primeiros edifícios com as quitinetes, apartamentos conjugados de dimensões muito pequenas (CARDEMAN, p. 182-183). Morar em Copacabana estava virando um novo estilo de vida. O bairro atraiu a elite carioca, os artistas e intelectuais. A praia e o burburinho do bairro também foram significativos para trazer os turistas, tanto brasileiros como estrangeiros, que vinham usufruir do local, durante o verão carioca, dando início ao aluguel de imóveis por temporada (BARCIA, 2005, p.64). Copacabana representava, àquela época, o Brasil moderno e, dessa forma, alimentava o sonho de muitos que ali desejavam estar e morar.

O apogeu de Copacabana se deu nos anos 60, com a concentração de estabelecimentos comerciais e a diversificação de serviços (CARDEMAN, 2004, p. 183). Acompanhando o desenvolvimento do bairro, surgiu o movimento musical da Bossa-Nova, que se espalhou por bares, restaurantes e boates locais, tornando o bairro uma referência na produção cultural carioca.

Hoje, quem vai a Copacabana, em virtude das diversas modificações sofridas ao longo dos anos, depara-se com um cenário completamente diferente do início de sua ocupação. Copacabana tornou-se um bairro repleto de altos edifícios, muito movimentado e que praticamente não dorme. Uma muralha de concreto que, além de guardar os que por lá habitam, abriga também uma população flutuante que participa da

vida cotidiana do bairro devido à variedade de serviços e comércio estabelecidos na região.

Bairro de muitos idosos²⁷, gente bronzada, turistas, prostitutas, travestis e moradores de rua, Copacabana chega a parecer um caleidoscópio devido à sua múltipla e facetada composição social.

3.2 Copacabana e turismo

A Avenida Atlântica²⁸, que margeia o oceano e por onde passeiam turistas, ciclistas e vendedores ambulantes, apresenta um calçamento em pedras portuguesas cujo desenho imita as ondas do mar. O mosaico das pedras, em preto e branco, tornou-se imagem constante nos cartões postais da cidade do Rio de Janeiro e hoje é um símbolo visual do bairro. Na Atlântica se concentram a maior parte de seus restaurantes cuja principal característica são as mesas e cadeiras na calçada.

É no bairro de Copacabana, principalmente, que encontramos importantes empreendimentos hoteleiros como o já citado luxuoso Copacabana Palace Hotel, que marcou a região e a cidade com o seu *glamour* e continua sendo referência no setor dos meios de hospedagem. No entanto, nos dias atuais ele está acompanhado por outros tantos empreendimentos que hospedam milhares de turistas. Segundo reportagem publicada no Jornal *O Globo*, em 09/04/2013, o bairro conta hoje com 63 hotéis e 7.366 quartos e, em virtude dos grandes eventos programados para a cidade do Rio de Janeiro, vem recebendo investimentos no setor hoteleiro da monta de R\$ 500,00 milhões que acarretarão 1.800 empregos. Até as Olimpíadas de 2016, Copacabana ganhará 12 novos hotéis, o que representa, em número de quartos, 1.914 unidades a mais. Alguns empreendimentos já estão em construção e outros se encontram em fase de análise pela Secretaria Municipal de Urbanismo. Ibis, Golden Tulip e Windsor são algumas das bandeiras da rede hoteleira internacional que estão investindo em Copacabana.

²⁷Copacabana, no Rio, é o bairro que concentra o maior número absoluto de idosos entre os bairros do País (43.431 moradores com 60 anos ou mais, quase um terço da população). A informação faz parte dos dados do Censo 2010 divulgados hoje pelo IBGE.

Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades.copacabana-e-o-bairro-com-maior-numero-de-idosos-do-pais-diz-censo,739329,0.htm>>

Acesso em: abr. de 2013.

²⁸ A via de maior extensão do bairro, com 4.150 metros e uma média de fluxo diário de cerca de 30 mil veículos (O'DONNEL, 2013, p.13).

Ainda sobre a orla de Copacabana, vale ressaltar a realização de grandes eventos que atraem milhares de pessoas para o bairro. Shows, maratonas, campeonatos de vôlei, blocos de carnaval e passeatas costumam agitar a Avenida Atlântica. Um dos eventos mais importantes é a festa de Reveillon; seus inúmeros shows e a famosa queima de fogos de artifício tornaram-se emblemáticos, atraindo para as areias de Copacabana tanto os cariocas de outras partes da cidade como turistas brasileiros e estrangeiros²⁹.

Se o acesso a Copacabana no século XVII era fator preponderante para mantê-la isolada do restante da cidade, como já apresentado anteriormente, hoje ele é um facilitador. A Copacabana contemporânea conta com várias vias, túneis, estações de metrô e diversas linhas de ônibus que ligam o bairro a outras partes da cidade. O **Quadro 2** mostra alguns números referentes aos acessos a Copacabana.

Quadro 2: Acessos a Copacabana

Vias de acesso	Túneis	Estações de Metrô	Sistema BRS (Sistema de ônibus rápido)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 78 Ruas ▪ 05 Avenidas ▪ 06 Travessas ▪ 03 Ladeiras 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alaor Prata ▪ Engenheiro Coelho Cintra ▪ Engenheiro Marques Porto ▪ Major Rubens Vaz ▪ Sá Freire Alvin 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cardeal Arcoverde ▪ Siqueira Campos ▪ Cantagalo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 15 linhas interligando a Zona Sul com o Centro ▪ 29 linhas com destino à Zona Norte

Fonte: Elaborado pela autora. (Disponível em: < <http://copacabana.com/page/dados-sobre-copacabana>>. Acesso em: abr. de 2013).

3.3 Copacabana nas mídias

O *glamour* vivido por Copacabana ao longo dos anos não impediu que o bairro viesse a se deparar com os diversos problemas que afligem também outras regiões da cidade do Rio de Janeiro. A desordem urbana na região tornou-se um aborrecimento para os

²⁹Segundo o site G1, na virada dos anos 2012/2013, a orla do Leme ao Posto 6, recebeu 2,3 milhões de pessoas (700 mil turistas). Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/queima-de-fogos-e-shows-levam-23-milhoes-ao-reveillon-de-copacabana.html>>. Acesso em: abr. de 2013.

moradores que denunciam e clamam há muito tempo, junto ao poder público, por soluções para banir o caos naquele lugar.

No relato intitulado “Copacabana está uma vergonha!”³⁰, de 09/09/2009, Marcos Quintella aponta vários problemas: assaltos a transeuntes, moradores de rua, menores infratores, veículos abandonados, trânsito caótico, limpeza urbana deficiente, escuridão nas ruas, flanelinhas, camelôs, prostituição, tráfico de drogas, acessos desprotegidos e falta de policiamento.

A rádio *CBN*, em 10/04/2012, apresentou a reportagem “Copacabana tem calçadas com buracos e obras que dificultam a locomoção dos pedestres”³¹, pela voz de Juliana Duarte, na qual moradores do bairro se queixaram da má conservação das calçadas, dos moradores de rua, além das irregularidades no trânsito. Uma idosa, cadeirante, ao ser entrevistada disse: “pra mim, deficiente são as rampas; são pouquíssimas e eles tomam conta, os carros param, eu não tenho vez pra nada”.

Outra reportagem, do Jornal *O Dia*, intitulada “Aos 120 anos, Copacabana tem problemas como conservação de calçadas e população de rua”³² revela a reclamação de uma moradora, professora aposentada de 85 anos de idade, vivendo há 50 anos no bairro, que diz: “As ruas transversais viraram canteiros de obras que atrapalham a nossa passagem, especialmente de quem tem mais idade. Tenho até medo de sair de casa. Sem falar da sujeira e dos moradores de rua”.

Entretanto, na mesma matéria do Jornal *O Dia*, outra moradora do bairro, apesar de apontar a desordem urbana como um problema crônico, diz que Copacabana ainda oferece mais vantagens a seus moradores do que as demais áreas da Zona Sul. “A praticidade é o ponto número um da região. Não preciso sair daqui para nada. Temos uma estrutura de comércio, serviços e transportes sem igual. Sem falar na praia e no verde que o bairro oferece”.

³⁰Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/ttp.php?itemid=15447>>
Acesso em: abr. de 2013.

³¹Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2012/04/10/COPACABANA-TEM-CALCADAS-COM-BURACOS-E-OBRAS-QUE-DIFICULTAM-A-LOCOMOCAO-DOS-PEDESTRES.htm>>
Acesso em: abr. de 2013.

³²Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/aos-120-anos-copacabana-tem-problemas-como-conserva%C3%A7%C3%A3o-de-cal%C3%A7adas-e-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-1.460572>>
Acesso em: abr. de 2013.

Outro defensor do bairro é o economista Sergio Besserman, que, em 27/02/2013, também na rádio *CBN*, deu uma entrevista sobre seu lugar preferido no Rio – Copacabana. Besserman define o bairro da seguinte forma:

Copacabana é muito complexo. Copacabana é uma ‘mistureba’ que só poderia ser possível no Brasil. Copacabana é Manhattan com praia. Tem tudo, tudo. Tem um edifício Chopin com milionários [...] duas quadras pra trás tem o Barata Ribeiro 2000[...] com os conjugados [...]. Todo mundo se fala, todo mundo se conhece. (Disponível em: < <http://cbn.globoradio.globo.com/colunas/mais-rio/2013/02/27/COPACABANA-O-PURGATORIO-DA-BELEZA-E-DO-CAOS.htm>>. Acesso em: abr. de 2013).

O economista aponta ainda a mudança positiva no comportamento dos prestadores de serviços em Copacabana, ocorrida ao longo dos anos, que segundo ele, melhoraram o atendimento aos clientes por conta da demanda da grande quantidade de idosos no bairro, parcela da população considerada mais exigente.

O bairro é retratado com todos os seus problemas e facilidades; é a síntese de qualquer metrópole. Quem vive em uma cidade grande acaba por construir uma cultura urbana, impregnada ao mesmo tempo de imagens que a desvalorizam e pela riqueza das experiências humanas que nela se apresentam. Copacabana, ao longo dos anos, construiu sua identidade, e hoje tem um jeito próprio de ser, uma alma própria! A condição de bairro moderno, cosmopolita e irreverente faz de Copacabana uma Babel.

Parodiando a música “Rio 40 graus”³³, de Fernanda Abreu, cabe dizer: Copacabana, é o purgatório da beleza e do caos.

³³Música de Fernanda Abreu em parceria com Fausto Fawcett e Laufer. Gravada em 1992, é considerada a precursora do funk carioca. Ver o vídeo *clip* de “Rio 40 graus” no YouTube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Y5gneAzzpGk>>. Acesso em: fev. de 2014.

CAPÍTULO 4

Forte resguardado, portas abertas à visitação

Segundo Castro (2009, 125), após a Segunda Guerra Mundial as fortalezas passaram a ser consideradas inadequadas para o sistema defensivo do território, uma vez que a aviação passou a ter grande importância e os mísseis guiados, de longo alcance, foram inventados. Além disso, projetar fortes para destruir navios blindados tornou-se desnecessário, pois os navios de guerra de superfície, armados de canhões, especialmente os encouraçados, praticamente haviam desaparecido. Em vista disso, para ressignificar sua existência,

As fortificações, que sempre se caracterizaram como “construções funcionalistas” por excelência, hoje esvaziadas de suas funções militares, buscam se adaptar a novos programas sociais. São documentos da história e da arte que as gerações futuras têm o direito de conhecer e se reconhecer (MORI, 2003, p.29).

A contingência de esvaziamento das funções militares explicitadas acima por Mori não poupou o Forte de Copacabana que também perdeu sua função prática e, em virtude de ocupar um espaço geográfico privilegiado na cidade do Rio de Janeiro, acabou virando alvo da especulação imobiliária ocorrida na Zona Sul da cidade, durante a década de 1970.

Por sorte, conforme aponta Rodrigues (2002, p. 17), na década de 1970, “verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades”. Essa afirmação vai ao encontro da matéria publicada pelo Jornal *O Globo*, em 03/02/1975, na página 2, sob a manchete: “MEC anuncia plano para recuperar os prédios históricos”. O texto relatava que o ministro da Educação à época — Ney Braga — havia anunciado um plano de recuperação de imóveis pertencentes ao Patrimônio Histórico e Artístico nos quais funcionavam teatros e museus. Caberia à Caixa Econômica Federal conceder recursos, por meio de financiamento, que seriam restituídos posteriormente pelo MEC, com verbas orçamentárias. Dentre algumas das instituições agraciadas pelo plano estavam listadas o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional.

Ainda na onda de preservação do patrimônio e da memória, não tardou a surgir na mídia a notícia sobre o possível tombamento do Forte de Copacabana. Em 15/03/1975, o Jornal *O Globo* publicou, na página 11, a matéria: “MEC estuda tombamento do Forte de Copacabana”. O jornal informava que a possibilidade de o Forte de Copacabana vir a ser tombado seria discutida numa reunião do ministro Ney Braga com o então diretor do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Renato Soeiro. A matéria dizia que o presidente Geisel³⁴ havia assinado um decreto incorporando as instalações do Forte de Copacabana ao Patrimônio da União, resguardando toda a área e, nesse caso, o Forte poderia então ser transformado em Museu do Exército. O presidente Geisel objetivava “principalmente proteger o Forte contra **projetos estranhos** – como classificou o diretor do IPHAN a ideia divulgada há algum tempo, de demolir o prédio para construir ali um hotel de turismo”. O corpo do texto mencionava que a discussão sobre o tombamento do Forte surgiu a partir do momento em que “o Ministério do Exército anunciou a intenção de se desfazer de todos os imóveis localizados em zonas urbanas valorizadas”. De acordo com a reportagem, havia uma portaria do Ministério do Exército que determinava a venda de imóveis “altamente valorizados”, e justamente o Forte de Copacabana encabeçava uma lista de várias unidades militares que seriam vendidas. A portaria ministerial justificava sua venda “pela impossibilidade de se expandir, além das restrições impostas à instrução da tropa e à própria segurança do aquartelamento. Os recursos obtidos com a venda desses imóveis localizados em áreas urbanas altamente valorizadas seriam utilizados na remodelação e construção de novos quartéis”. No meio da reportagem havia também uma referência sobre um apelo feito pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, ao então ministro do Exército — Silvio Frota — “para que, se os Forte de Copacabana, do Leme e de São João fossem considerados inadequados para as atividades militares, o Exército os transformasse em museus ou escolas. Ou ainda, para que abrisse suas portas a atividades que não agredissem a paisagem e as suas tradições históricas”.

Ao que tudo indica, os apelos da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza surtiram efeito, uma vez que o Forte de Copacabana virou Museu Histórico do Exército; o Forte do Leme abriga o Centro de Estudos de Pessoal (CEP); e o Forte de São João

³⁴ Ernesto Beckmann Geisel, político e militar do Exército Brasileiro, foi o 29º Presidente da República do Brasil. Governou o país durante o período de 1974 a 1979.

acolhe em seu espaço tanto um museu relacionado aos esportes, quanto a Escola de Educação Física do Exército, e também a Escola Superior de Guerra.

Passados alguns anos, além do Forte de Copacabana outras fortificações abriram suas portas à visitação pública revelando seus tesouros. A turistificação tornou-se então um projeto do Ministério do Exército conforme pode ser observado na reportagem da revista *Isto É*, nº 1296, publicada em 03/08/1994, sob o título: “*Turismo Verde-Oliva*” - *Exército autoriza abertura de 15 fortes no Rio de Janeiro para visitação pública* (por Daniel Stycer). Segundo a reportagem, o ministro do Exército à época, General Zenildo Lucena, tinha um projeto de ver todas as mais de 100 fortalezas militares espalhadas pelo Brasil abertas aos turistas. O projeto, deflagrado no Rio de Janeiro em virtude de as edificações militares estarem mais bem conservadas, vislumbrava os dividendos trazidos pelo turismo para restaurar e preservar os fortes, como se faz nos países da Europa.

Hoje em dia, já existem normas que regulam a abertura das fortificações militares do Exército Brasileiro à visitação pública. Estas normas fazem parte da Portaria nº 615, de 13/11/2000, produzida pela antiga Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) que, a partir de dezembro de 2008, mudou de nome, passando a ser denominada Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx). Dentre as normas estipuladas pela portaria em questão, vale destacar a seguinte:

As organizações militares instaladas em fortes e fortalezas ou que tenham, sob sua responsabilidade patrimonial, fortificações militares devem ser estimuladas, conforme as peculiaridades de cada uma, a abrir suas instalações à visitação pública, observadas as prescrições destas Normas (Disponível em: <http://www.dphcex.ensino.eb.br/docs/ligislacao/Port%20Nr%20615%20de%2013%20NOV%202000_normas%20para%20a%20abertura%20das%20fortificacoes%20a%20visitacao%20publica.pdf>. Acesso em: abr. de 2013).

O trabalho da DPHCEx, pautado na preservação e divulgação do rico patrimônio histórico cultural do Exército Brasileiro, tem no rol de suas tarefas a função de orientar seus museus, fortes, fortalezas e demais espaços culturais, com relação à “responsabilidade que têm para com a educação do visitante, civil ou militar, adulto ou criança, de modo que, com base na história do Exército e do Brasil, fortaleça o espírito cívico do cidadão brasileiro”(VERDE–OLIVA, 2010, nº208, p.9).

Esse contexto, de valorização, preservação e divulgação do patrimônio histórico cultural do Exército Brasileiro, foi substancial para estabelecer a parceria entre o LTDS e o DPHCEX na execução dos projetos *Palácios do Rio e Roteiro dos Fortes – Circuitos Turísticos em Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara*, já mencionados neste trabalho.

4.1 Turistificação no Forte de Copacabana

Segundo publicação sobre o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (2009, p.17), este museu teve sua origem marcada pela Portaria Nº 061, publicada em 16 de dezembro de 1986, quando o General Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército àquela época, ordenou a sua criação.

Alguns meses depois, uma nova portaria, a de nº 016, também por ordens do mesmo General Leônidas, extinguiu o 3º Grupo de Artilharia de Costa³⁵ e criou naquela unidade militar o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (MHEx/FC) que, por sua vez, incorporou mais dois bens patrimoniais para administrar — as Casas Históricas de Deodoro e de Osório.

No mesmo livro citado, na página 18, lê-se ainda que o Forte de Copacabana deixou de ser então uma unidade militar operacional e transformou-se em um centro cultural. No entanto, para exercer sua nova função, fazia-se necessário um esforço por parte dos militares para recuperar o antigo forte e adequar o espaço aos usos mais recentes. Para tanto se formou uma equipe multidisciplinar, composta por militares, historiadores, museólogos, arquitetos, artistas plásticos, dentre outros profissionais, que levaram adiante a missão de dar vida ao recém-criado museu.

Para a implantação do novo espaço era necessário ter como norte alguns objetivos básicos como, por exemplo, contar os feitos heroicos do Exército, desde o descobrimento até os dias atuais; ser um polo de desenvolvimento cultural, a fim de integrar as comunidades civil e militar; ou ainda:

³⁵ Segundo Castro, Artilharia de Costa era o tipo de tropa encarregada de usar e manter as fortificações e a defesa costeira e fluvial (2012, p.15).

[...] ser um ponto turístico, para aproveitar a sua privilegiada localização, na ponta rochosa que divide os ‘mares’ de Copacabana e Ipanema, nodo³⁶ das rotas que demandam os mais belos pontos do Rio de Janeiro. Para sua viabilização, disporá de um heliporto, de onde helicópteros decolarão para voos panorâmicos sobre a cidade, de um ‘píer’, de onde escunas conduzirão visitantes às mais belas fortalezas da Baía de Guanabara, e de um restaurante, em três ambientes, além de pontos para a venda de “*souvenirs*” (VERDE-OLIVA, 1988, nº 121, p.17).

A intenção de tornar o Forte de Copacabana um ponto turístico na cidade do Rio de Janeiro e de integrá-lo ao circuito turístico da cidade, tornando-o parte do segmento histórico-cultural, demandou uma reordenação do espaço. Era necessário turistificar o Forte de Copacabana para atender ao visitante.

Quem chega hoje à sala de apoio ao visitante no Museu Histórico do Exército, encontra em um painel explicativo sobre a história do lugar, a informação de que no ano de 1992 a antiga fortificação foi aberta à visitação pública com uma exposição sobre o cotidiano do Forte de Copacabana.

Durante a década de 1990, o apoio do Ministro do Exército General Zenildo de Lucena foi imprescindível para o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. Em 1996, foi inaugurado o Salão Colônia — Império com a exposição de longa duração “O Exército na formação da Nacionalidade”. Nesse salão, abrangendo o período de 1500 a 1889, 10 módulos retratam cenas de fatos históricos importantes desde o descobrimento do Brasil até a queda da Monarquia e a proclamação da República. A abertura do Salão foi considerada essencial para turistificação do Forte conforme o depoimento do Ministro Zenildo de Lucena na entrevista concedida à revista Da Cultura, Ano IX/nº16, de abril de 2010:

Desde que assumi o Ministério do Exército, percebi o potencial turístico que oferecia o Forte de Copacabana. Era preciso uma transformação radical para que se tornasse uma atração turística de destaque na Cidade do Rio de Janeiro. Seria também a projeção do Exército para os milhares de visitantes que iriam conhecer uma histórica fortificação militar construída para a defesa do Brasil no século XVIII. Investi recursos para que se pudesse executar o planejamento de um museu onde seria contada a história do Brasil Colônia, do Império e da República. A

³⁶ Segundo o Dicionário Houaiss, a palavra *nodo* significa Nó (2009, p.1359).

Fortaleza e os canhões foram restaurados, eventos sucederam-se aproveitando a beleza arquitetônica e paisagística do local. (Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/19_5p3s.pdf> . Acesso em: mar. de 2013).

Dois anos após abertura do Salão Colônia — Império foi inaugurado o Salão República, que retrata a atuação do Exército no período Republicano até 1945, fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse salão os módulos abordam, dentre outros assuntos, a atuação do Marechal Rondon na Amazônia, o levante dos 18 do Forte, e a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Ainda segundo o painel da sala de apoio ao visitante, no mês de março do ano 2000 o Forte abre um salão para abrigar Exposições Temporárias abrangendo diversos temas. Essas exposições teriam como finalidade dinamizar o espaço e proporcionar ao visitante uma opção de lazer cultural que se renova a cada momento.

Finalmente, em 2008 foi inaugurada a Sala dos Presidentes Militares do Brasil mais um espaço para compor o acervo do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, onde estão expostas peças relacionadas a esses presidentes.

O Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, ainda hoje, vem se qualificando para aprimorar o atendimento ao público. Ao longo desses anos, muitas foram as ações, por parte daqueles que cuidam do lugar, militares e civis, voltadas para requalificar o espaço e melhor atender o visitante. Os anos de 2012 e 2013, período em que foram colhidos os dados para este estudo, trouxeram modernização ao museu que teve seus espaços de visitação revitalizados, e a comunicação visual e o sistema de sinalização aprimorados. Atualmente, o espaço dispõe de vários recursos turísticos no que diz respeito aos equipamentos e serviços voltados para o visitante, tais como: placas de orientação (português /inglês), serviço de alimentação, loja de suvenires, folheteria com programação mensal (virtual, inclusive), serviço de guiamento pré-agendado, espaço para eventos, dentre outros.

Conforme já foi mencionado, o processo de turistificação no Forte de Copacabana teve início a partir da criação do MHEX/FC, mas se mantém até hoje, uma vez que o processo de turistificação é dinâmico e os cuidados com o lugar nunca cessam.

4.2 Relações entre turistificação, espaço e lugar

A turistificação de lugares é um fenômeno contemporâneo que vem atingindo várias partes do mundo desde que os espaços passaram a ser considerados pelas pessoas objetos de consumo. O processo de turistificação, estritamente relacionado à captação de investimentos direcionados à criação de infraestrutura para atrair visitantes, vem sendo adotado em muitas cidades com o intuito de revitalizar áreas antigas e/ou abandonadas que tenham algum valor histórico-cultural.

Para falar sobre turistificação é primordial, antes de tudo, fazer referência a duas palavras — lugar e espaço — e seus conceitos, atribuídos por vários estudiosos de temas correlatos ao turismo. Muitos pesquisadores de períodos históricos distintos e das mais diversas áreas do conhecimento humano já escreveram sobre essas palavras, procurando defini-las e/ou explicitar a diferença entre elas, caso seja possível, já que tais termos sempre provocaram uma discussão complexa e inquietante.

Uma rápida busca pela definição das duas palavras em Houaiss (2009), nas páginas 811 e 1200, respectivamente, já aponta para uma complementariedade entre elas:

- Espaço - 1. Extensão ideal, sem limites, que contém todas as extensões finitas e todos os corpos ou objetos existentes ou possíveis.
- Lugar – 1. Parte delimitada de um espaço; local, sítio, região.

Para Tuan, o significado de espaço se funde com o de lugar, constantemente, uma vez que um não pode ser compreendido sem o outro. Segundo ele, um determinado espaço se transforma em lugar a partir do momento em que o conhecemos melhor e conseqüentemente lhe atribuímos valor. Ainda segundo Tuan (1983, p.151), “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. Dessa forma, os conceitos se complementam a partir da presença do ser humano.

No que tange à definição de lugar, Holzer, utilizando o ponto de vista da geografia humanista, considera o lugar como um centro de significados e, por extensão, um forte elemento de comunicação, de linguagens (1999, p.76). O autor aborda o assunto sob a ótica de como esse lugar é vivenciado pelo ser humano.

Segundo Ana Fani Carlos (2007, p. 22), “[...] O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido,

o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade”.

Todas as definições de espaço/ lugar, expostas aqui, colocam o ser humano no cerne da questão. Ele é o agente transformador, aquele que dá sentido e que, por consequência, junto com seus pares, é responsável pela formação da identidade de um lugar.

Aguinaldo Fratucci, professor do Curso de Turismo da Universidade Federal Fluminense, faz algumas considerações sobre as relações existentes entre turismo e lugar no artigo intitulado *Os Lugares Turísticos: territórios do Fenômeno Turístico*, publicado pela revista GEOgraphia, em 2010. Segundo Fratucci, o fenômeno turismo “apropria-se dos lugares, consome suas paisagens, promove relações e interações, temporárias e permanentes, estabelecendo articulações lugar-mundo, através da inserção dos lugares turísticos numa rede ampla e complexa”. (2010, p.130). Fratucci considera ainda que “é no lugar turístico que o fenômeno se materializa e sobrepõe suas formas fixas.” (2010, p. 122). Afinal, é no lugar turístico que se encontram os atrativos turísticos, os equipamentos e os serviços turísticos, ou seja, toda a infraestrutura de apoio ao turista. Entretanto, Fratucci ressalta que

esse lugar turístico só é passível de existência a partir do momento que entendamos o turismo enquanto fenômeno sociocultural complexo, no qual seus agentes e componentes existem num jogo constante de interações, onde cada um é ao mesmo tempo causa e efeito no círculo do processo (FRATUCCI, 2010, p. 131).

Remy Knafou, geógrafo francês especializado em turismo, aborda o tema sob a ótica do território, no texto intitulado *“Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo”*, publicado em 1996. O autor parte do princípio que lugares turísticos são “lugares em que há turistas, onde fomos precedidos e onde seremos seguidos por muitos outros” (KNAFOU, 1996, p. 2). O geógrafo evoca nesse texto as três fontes maiores de criação da atividade turística e de “turistificação” dos lugares e dos espaços turísticos — os turistas, o mercado e os planejadores e promotores “territoriais”. Enfatiza que os turistas estão na origem do turismo e aponta que, “hoje em dia, este aspecto das coisas é tanto esquecido como minimizado” (KNAFOU, 1996, p. 6). Para o geógrafo o turismo surge a partir da escolha espontânea de pessoas por um determinado lugar, criando dessa forma os lugares turísticos. Sendo assim, não são pois os produtos que estão na

origem do processo de turistificação, mas sim as práticas dos turistas que investem nos novos lugares sem a ligação imediata com o mercado.

Quanto a este, Knafou aponta que a origem desta segunda fonte, hoje tida por muitos como a principal, reside na concepção e na colocação de produtos turísticos, e não mais diretamente nas práticas turísticas em si. E mais, “que o principal perigo ao qual os operadores do mercado turístico devem fazer face é o de ignorar, de subestimar ou de analisar tarde demais a evolução, mesmo das modificações nas práticas turísticas” (KNAFOU,1996, p. 6).

Em relação à terceira fonte, a dos planejadores e promotores “territoriais”, o autor diz que esta fonte se apresenta territorializada, uma vez que está fundamentalmente ligada a um lugar, diferentemente dos turistas (que não são originários do lugar) e tampouco dos grandes operadores turísticos (que têm uma visão global do mercado e fazem dos lugares turísticos peças de xadrez, movidas ao sabor da economia e/ou da política). Nas palavras do autor, “o principal perigo com o qual se defrontam os promotores territoriais é o fato de ignorarem o mercado e as práticas dos turistas ou de delas fazerem representações errôneas”.

Ainda de acordo com Knafou, “há três lógicas bem distintas de criação de turismo e de lugares turísticos. Ignorá-las ou se esquecer de uma em três expõe-nos a erros estratégicos e a decepções” (KNAFOU,1996, p. 7). Suas análises, ao longo do texto, conduzem o leitor para a possibilidade da existência de três tipos de relações entre turismo e território: pode existir território sem turismo; pode existir um turismo sem território; e podem, enfim, existir territórios turísticos, isto é, territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores (p. 7 e 8).

Finalmente, o geógrafo conclui seu texto com as condicionais descritas abaixo:

Se nos lembrarmos que não há turismo sem turistas; se recusarmos as ideias prontas; se recusarmos o domínio exclusivo do mercado sobre esta atividade humana que é um importante meio de desabrochamento do indivíduo e se tentarmos colocar um pouco de ordem num fenômeno multiforme, teremos então feito um pouco de progresso (KNAFOU,1996, p. 8).

Partindo do princípio que o processo de turistificação demanda um conjunto de ações para preparar um lugar para a atividade turística, e que não existe atividade turística sem turistas, fica evidente que é imprescindível entender os motivos pelos quais eles fazem opções por determinados lugares em detrimento de outros. Obviamente, o turista não é o único agente capaz de interagir e colaborar com o fenômeno turismo. Cabe lembrar que os moradores, diferentemente dos visitantes que apenas passam pelo lugar, permanecem no sítio, fazendo uso de seus equipamentos e serviços. Sendo assim, o processo de turistificação deve ter em foco, também, o morador, pois pensando em melhor atendê-lo, conseqüentemente vai atender bem e satisfazer aquele que chega de fora.

4.3 Lugares de memória

A chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, conforme já foi mencionado anteriormente, provocou profundas transformações na cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, com a criação da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional, deixou um legado importante no que concerne à criação de lugares de memória. Segundo a historiadora Marly Rodrigues (2002, p.19), os lugares de memória

acabariam reforçados como instrumentos da constituição da nacionalidade brasileira após a independência, quando, em 1838, foram instituídos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, responsáveis, respectivamente, pela criação da História e manutenção da memória histórica nacional (RODRIGUES, 2009, p.19).

Mas o que vem a ser um lugar de memória? Para melhor entendimento faz-se necessário, inicialmente, um recorte para buscar o conceito de memória. De fato, memória é um vocábulo de muitos sentidos e, por isso, perpassa diversas áreas do conhecimento.

De acordo com o Dicionário Houaiss (2009, p. 1271), memória, dentre algumas definições, é a “faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos” ou é também compreendido como “aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas; lembrança, reminiscência”, e mais, é “função geral que consiste em reviver ou restabelecer experiências passadas com maior ou menor consciência de que a experiência do momento presente é um ato de revivescimento”.

Ainda sobre esta palavra de multissignificados, Marilena Chauí diz que a "memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais" (CHAUÍ, 2005, p. 138).

Já para Ecléa Bosi, memória é “a sobrevivência do passado e [...] o passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembranças”. (BOSI, 1994, p.53). Mais adiante, na página 68, Ecléa Bosi também diz que "a memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência, que é capaz de inovar”.

Trazendo à luz palavras do historiador francês Le Goff (2003), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (p. 423). O historiador afirma ainda que, “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (p. 471).

Na concepção de outro historiador francês, Pierre Nora (1993), “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (p.7). Nora procura separar o fenômeno memória da história, pois em sua opinião “longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra” (p. 9).

Além disso, para ele, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (p. 9). Já “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. Durante boa parte do seu texto, o autor traça argumentos para contrapor memória e história: enquanto a memória é um fenômeno atual, a história é uma representação do passado. Nora considera a memória afetiva e mágica, e diz que, por isso, ela não se fixa a detalhes que a confortam, podendo se alimentar dos mais diversos tipos de lembranças. Em contrapartida, diz que a história, por sua natureza de operação intelectual, demanda análise e discurso crítico. E, mais, se a memória coloca a lembrança no campo sagrado, a outra, em oposição, torna-o trivial. De acordo com o autor, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A

história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p.9).

Nas reflexões de Nora, os tempos atuais demonstram que a relação existente entre o passado e as nações, ou seus grupos sociais, se transformou. A história tornou-se uma ciência social e a memória um fenômeno meramente privado. Então, a partir da concepção de que a modernização derrubou a tradição, Nora idealiza a expressão “lugares de memória”. Como ele assinala, o que resta agora são os ambientes onde a memória se solidifica e se abriga.

De acordo com Pierre Nora (1993, p.21-22), os “lugares de memória” são aqueles que se apresentam, simultaneamente, sob três aspectos: material, simbólico e funcional. Na percepção do autor, um lugar de aparência puramente material só será “lugar de memória” se a imaginação o investir de uma aura simbólica; um lugar meramente funcional só será “lugar de memória” se for objeto de um ritual; um lugar simbólico só será um “lugar de memória” se for um recorte material de uma unidade temporal e servir para uma chamada da lembrança. Então, é nesses lugares que a memória social aporta e pode ser capturada pelos sentidos, onde a identidade de um povo se manifesta e se faz conhecer. Eles são um vasto universo composto por “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festa, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p.13). E o historiador continua:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que essas operações não são naturais [...] Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E, se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

Após analisar as definições sobre memória e seus lugares é possível inferir que estão essencialmente conectadas ao sentido de vida, relacionam-se à existência do ser humano e à preservação de sua história. Claro está que é a partir da memória, sua herança cultural, que o ser humano configura sua identidade. Portanto, preservar a memória é também preservar objetos, lugares e tradições significativos para o ser humano, pois

muito já se ouviu dizer que: ser humano sem memória não se reconhece, e, dessa forma tampouco reconhece sua identidade.

4.3.1 Patrimônio cultural protegido, memória preservada

Tempos atrás, o conceito de patrimônio cultural (DIAS, 2006, p.67) se restringia apenas aos tesouros artísticos da humanidade. Com o passar do tempo, um conjunto de valores como beleza, antiguidade, identidade, estética, entre outros, foram incorporados a esse conceito que passou então a ser considerado um recurso para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida do ser humano.

Na concepção de Dias (2006),

Nesse processo de evolução, o significado da palavra patrimônio passou de tesouro artístico, destinado à contemplação por uma minoria de privilegiados, para monumento histórico-cultural, de interesse dos Estados-nação, representativo da identidade nacional que se desejava consolidar; posteriormente, passou a representar culturas e, como tal, a ser instrumento de educação universal (DIAS, 2006, p.67).

Logo se pode afirmar que o patrimônio cultural é, atualmente, compreendido como um conjunto de bens materiais e não materiais, deixados por nossos antepassados e que, sob a ótica da sustentabilidade, deverão ser herdados pelas novas gerações, agregados de novos conteúdos e significados que, por sua vez, poderão sofrer novas interpretações conforme as realidades socioculturais. Dias acrescenta que o patrimônio cultural é constituído por elementos tangíveis e intangíveis, sejam do passado ou do presente, e que, no seu conjunto, distinguem um grupo social, um povo, uma cultura. Esses elementos determinam dois grupos de patrimônio cultural: o material e o não material. No rol dos elementos tangíveis, ele considera construções antigas, ferramentas, objetos pessoais, vestimentas, museus, cidades históricas, jardins, edifícios militares e religiosos. Já na listagem dos intangíveis, o autor assenta os conhecimentos transmitidos, por exemplo, as tradições orais, a língua, a música, as danças, os costumes, as crenças, os ofícios e técnicas antigas, entre outros.

Como observa o sociólogo, essa nova forma de conceber o patrimônio cultural assume um panorama onde se entende melhor a justificativa de por que preservar o patrimônio. E aproveita para trazer à baila as palavras de Carlos Lemos sobre o que é preservar:

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária (LEMOS, 2000, p. 29).

Dias (2006, p.68) acredita que o patrimônio cultural alicerça o testemunho da história, tudo que restou das sociedades antigas e que torna possível entender a relação entre os bens culturais e o contexto sociocultural onde foram criados, seus valores simbólicos e o modo de vida desses grupos sociais.

Quanto à escolha dos bens a serem preservados, Dias afirma, nas páginas 68 e 69, que “são escolhidos pelas diferentes sociedades em um momento determinado e refletirão os valores compartilhados pelo grupo social que pretende reforçar com o patrimônio”. Dias entende que a população se identifica com o patrimônio, à guisa de fortalecer sua identidade e estabelecer sua memória social e histórica, por meio da qual é possível reconhecer o processo de construção cultural de sua realidade presente e de tornar mais sólida sua consciência de pertencimento a um determinado grupo histórico.

Relata que ao longo da história a concepção de patrimônio foi associada a várias ideias. Palavra de origem latina – *patrimonium* -, “primordialmente estava relacionada com bens de família, herança e posses” (DIAS, 2006, p.69). Durante a Idade Média “passou a ser associada à ideia de algo que se respeita, que é sagrado” (p.69). Com o Renascimento passou a se distinguir pelo passado histórico, ligado às grandes realizações das civilizações antigas, principalmente aquelas de valor artístico. Porém, a partir da Revolução Francesa, em 1789, houve uma mudança pontual no modo de entender o patrimônio. Os bens ou coleções francesas, que antes eram privadas — seja dos aristocratas ou da Igreja católica — foram apropriados pelo Estado e expostos em museus, abertos à visitação pública. E, com a chegada da burguesia ao poder em outros países europeus, surgiram vários museus no velho continente. Tal como ocorreu na França,

os museus ganharam uma função política, de fortalecimento dos recém-criados Estados-nação, para apresentar um valor simbólico significativo na construção da identidade nacional, que precisava ser fortalecida perante o antigo regime identificado com a Igreja e com a nobreza. Assim, o patrimônio, em termos políticos, assumiu um novo papel simbólico, o de representar a comunidade identificada com a nação (DIAS, 2006, p. 70).

A visão de que o patrimônio concorria, simbolicamente, para solidificar as comunidades nacionais idealizadas passou a ser, na acepção de Dias (2006, p.70-71), uma justificativa para preservar esses bens, uma vez que estavam a serviço da educação dos cidadãos. No entanto, após a Revolução Industrial, o patrimônio passou a fazer um contraponto com os valores acarretados pela modernidade da industrialização. Considerado por sua antiguidade e, principalmente, por estar isolado em museus, o patrimônio representava um passado idealizado, desagregado do tempo presente como algo vivo, que não interage com as pessoas. “Nessa concepção, o passado não representaria uma continuidade histórica, mas, era sim, considerado como uma etapa anterior à ruptura representada pela Revolução Industrial” (2006, p.71). O patrimônio tornou-se algo insubstituível e os museus, depositários de um passado, de um tempo em que os bens culturais eram cultuados e valorizados como obras de arte, muito diferentes dos bens produzidos em massa a partir da industrialização. À vista disso, ao longo do século XIX, os museus foram abandonando sua função educativa e passaram a ser visitados, principalmente, por intelectuais e pelas elites, o que deu ao patrimônio uma conotação erudita, identificado com esse grupo social.

O pano de fundo que concebia o patrimônio como algo ligado à cultura erudita e, portanto, distante das massas populares, sofreu mudanças após o final da Segunda Guerra Mundial. Paulatinamente, “constituiu-se a concepção do patrimônio com inúmeras dimensões — cultural, social, econômica e política —. Ampliou-se o público dos museus, que retomaram seu papel na educação massiva” (DIAS, 2006, p.72). O sociólogo pontua, ainda, que o crescimento do turismo de massas também foi importante nesse cenário, uma vez que mais pessoas passaram a viajar e ter oportunidade de conhecer outros povos, outras culturas, possibilitando, inclusive, o fortalecimento de sua identidade pelo conhecimento do passado.

Hoje em dia, a definição de patrimônio agrega diversos valores e não apenas os históricos, artísticos, científicos, educativos ou políticos. São valores que “se relacionam com o território e com a construção da identidade cultural de uma população” (DIAS, 2006, p.73). Esse aspecto do patrimônio, de ser uma referência na elaboração de identidades culturais pelas diversas estruturas sociais, é uma característica valiosa, uma vez que permite convertê-lo em capital simbólico da sociedade.

4.3.2 Patrimônio cultural no cenário brasileiro

Após discorrer sobre o conceito de patrimônio cultural e sua evolução ao longo da história, torna-se relevante abordar o processo de valorização do patrimônio sucedido no Brasil. Para tanto, tomou-se como referência o texto da historiadora Marly Rodrigues presente na publicação Turismo e Patrimônio Cultural (2002). Assim, todas as citações pertencem à autora e podem ser encontradas na obra citada.

A forma de pensar nossa herança cultural como lugar de memória coincide com a tendência de preservação do patrimônio instituída no Brasil a partir da década de 1920, quando intelectuais brasileiros como, por exemplo, o escritor modernista Mário de Andrade e o arquiteto Lucio Costa, interessados em valorizar o que era brasileiro, externavam essa preocupação em suas pesquisas, projetos e escritos. Cabe lembrar que Mário de Andrade, um dos organizadores da Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922, pesquisava o folclore brasileiro e procurava divulgar nossa cultura pelo resto do país. Quanto a Lúcio Costa, um dos pioneiros da arquitetura modernista no Brasil, vale mencionar que participou do movimento neocolonial, um movimento estético que, no início do século XX, resgatou a herança portuguesa deixada em nossas terras por ocasião da colonização, com o intuito de criar uma arquitetura genuinamente brasileira (p.20).

Rodrigues conta que, a partir de um conjunto de esforços realizados, principalmente, por parte desses intelectuais, na década de 1930, são estruturadas políticas públicas voltadas para esse fim. E pontua que, tomando por base um anteprojeto de Mário de Andrade, o então presidente da República Getúlio Vargas criou, em 1937, por meio de Decreto-lei, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), primeiro órgão federal dedicado à preservação, cujo artigo 1º

definia o patrimônio histórico e artístico nacional como um “conjunto de bens móveis e imóveis [...] cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (RODRIGUES, 2002, p.20).

A autora informa que o reconhecimento público do valor do patrimônio passou a ser feito por meio do tombamento que significa inscrever “o bem em um dos quatro Livros de Tombo: arqueológico, etnológico e paisagístico; histórico; das belas-artes; e das artes aplicadas” (p.20). E ainda, que o tombamento, importante instrumento jurídico aplicado para impedir a destruição de bens culturais, não implica a perda de propriedade do bem, senão que cabe ao proprietário conservá-lo sem descaracterizá-lo; também não o pode demolir; e tampouco, quando se trata de um objeto de arte, retirá-lo dos limites do território nacional, sem a devida autorização do órgão oficial de proteção.

O texto nos lembra que até a década de 1960, poucas leis que tratavam da preservação de bens culturais foram aprovadas no Brasil, mas que a partir daí e, principalmente, na década de 1980, esta situação mudou um pouco, refletindo a preocupação da sociedade em relação ao assunto. No entanto, pouco se avançou nas formas legais de proteção adotadas e o tombamento continuou sendo a forma predominante, embora do ponto de vista da autora “muitas vezes, não atenda a dinâmica necessária à manutenção do ambiente, em especial nas áreas urbanas” (p.21). A historiadora alega ainda que são poucos os incentivos oferecidos pelo poder público para a conservação de bens tombados e que “os altos custos de manutenção de antigas construções servem de argumento para justificar o descaso com o qual, muitas vezes se tratam os bens culturais” (p.20 e 21).

Ao fazer uma breve cronologia de fatos relacionados à proteção do patrimônio no Brasil, Marly Rodrigues conta que ao final da década de 1960, a indústria cultural tomava impulso no país e que, além disso, o regime militar tentava resolver questões relativas ao desemprego e desenvolvimento. “O casamento entre patrimônio e turismo, nesse momento, parecia perfeito e se apresentava como solução para diversas situações, incluída a ‘salvação’ do patrimônio, em razão de seu aproveitamento econômico” (p.21). Em 1970, governadores, prefeitos e representantes de instituições culturais participaram de um encontro no Ministério de Educação e Cultura, em Brasília, onde

assinaram um documento, intitulado Compromisso de Brasília, reconhecendo a necessidade de ações complementares à do órgão federal. O Documento recomenda a proteção do patrimônio e da natureza.

Na página 22 do texto que serviu de base a estas considerações lemos que na década de 1970, mais especificamente em 1975, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas. Algumas de suas medidas foram: criar linhas de crédito especiais para restauro de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, a concessão de incentivos tributários e a formação de mão de obra especializada em restauro. A implementação do programa obteve bons resultados, permitindo, inclusive, a adaptação de algumas residências antigas para servir como meios de hospedagem.

Além disso, o crescimento da importância atribuída pelo poder público ao patrimônio estava fundamentado tanto no reconhecimento do seu valor cultural como na sua potencialidade como mercadoria de consumo cultural. Simultaneamente, uma parcela da sociedade passava a valorizar o patrimônio como um fator de manutenção da qualidade de vida, uma vez que os movimentos ecológicos, da década de 1970, começaram a tratar a natureza “como ambiente que congregava dois vetores: as condições naturais e a memória da sociedade” (p.22).

Rodrigues observa que a finalidade do patrimônio, originalmente ligada à representação do passado das nações se multiplicou. E, segundo ela, o patrimônio brasileiro oscila entre dois pontos de vista muitas vezes considerados antagônicos. De um lado está o poder público que vê a valorização do bem como mercadoria cultural, e do outro, a parcela da sociedade que considera o bem um fator de qualidade de vida. O patrimônio brasileiro, então, ora é teatralizado, ora é mal conservado. Em todo caso, o patrimônio histórico e arquitetônico brasileiro ainda não foi considerado pelo poder público como matéria de políticas públicas que possam auxiliar na resolução de problemas sociais graves e também não atende, de maneira satisfatória, ao desenvolvimento da indústria turística. O texto ressalva os casos isolados e consagrados, como o das cidades históricas de Minas Gerais e dos bens culturais brasileiros considerados “patrimônio da humanidade” pela UNESCO, que acabaram sendo beneficiados pela divulgação e, conseqüentemente, foram favorecidos pelo aproveitamento turístico.

Um acontecimento importante lembrado na página 23 foi a divulgação de um documento sobre patrimônio cultural redigido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) — órgão da UNESCO — por ocasião do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1998. Nesse documento, o direito ao patrimônio cultural é reafirmado como parte integrante dos direitos humanos, e prevê que:

Todo homem tem direito ao respeito aos testemunhos autênticos que expressam sua identidade cultural no conjunto da grande família humana; tem direito a conhecer seu patrimônio e o dos outros; tem direito a uma boa utilização do patrimônio; tem direito de participar das decisões que afetam o patrimônio e os valores culturais nele representado; e tem direito de se associar para a defesa e pela valorização do patrimônio (RODRIGUES, 2002, p.23).

Outra situação relevante evocada por Rodrigues foi a preocupação com o uso turístico crescente do patrimônio, apontada pela Conferência Internacional dos Restauradores, realizada na Polônia, em 2000. Após vários debates, os participantes concluíram que o turismo massificado e sem controle consiste numa ameaça à manutenção da herança cultural uma vez que pode provocar a destruição da identidade de um lugar.

Na avaliação da autora tanto o documento do ICOMOS, como aquele produzido durante a Conferência Internacional dos Restauradores apresentam um ponto comum e relevante: a identidade cultural e sua relação com o turismo, porque “o turismo implica a curiosidade de conhecer o nosso e o patrimônio dos demais países, o que é conhecer um aspecto de nós mesmos, e do “outro”, no conjunto da cultura mundial” (p.23). Ainda no decorrer de seu texto, a historiadora indaga se a manutenção de identidades culturais e a utilização turística do patrimônio podem ser tão antagônicas como o progresso e a preservação de antigos edifícios. E finaliza afirmando que resta a todos um desafio: “definir um ponto de equilíbrio entre essas finalidades presentes atribuídas ao patrimônio cultural, a de ser suporte de identidades e a de ser fonte de divisas” (p. 24).

Diante do cenário apontado onde são observadas as dificuldades de como aproveitar as diversas possibilidades das representações do passado sem danificar a memória da sociedade, torna-se pertinente trazer à tona, mais uma vez, o conselho de Le Goff (2003), já citado no item 4.3 deste estudo: “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (p. 471).

4.4 O Forte como lugar de memória

O Forte de Copacabana, que no passado foi erguido para defender a cidade dos possíveis ataques de inimigos, continua hoje a ser um defensor. No entanto, mudou de armas e objetivos – hoje, “defende” a memória. Seguindo as palavras de Castro (2009, p.125), o Forte de Copacabana não é mais “uma fortificação de Artilharia de Costa, pronta para atuar contra navios que nos poderiam atacar, mas como organização militar defensora dos valores, das tradições e histórias do Exército”. Após a transformação do lugar em Museu Histórico, passou a ter como missão “preservar, salvaguardar e disseminar a memória histórica do Exército Brasileiro e atuar como um Espaço Cultural, proporcionando cultura e conhecimento aos visitantes”³⁷.

Cabe mencionar que um museu de cunho histórico transforma objetos da vida material em documento, dando a conhecer suas histórias. Esses objetos que na exposição museológica dão informações sobre sua serventia na vida cotidiana, de um modo geral, já não têm mais valor de uso e, ao serem expostos, adquirem valor documental do vivido. Dessa forma, segundo Meneses (2004, p.91), esse tipo de museu “é uma instituição que objetiva a problematização da história e não apenas a exposição de objetos históricos”. E o autor continua, advertindo para o fato de que o museu histórico “deve motivar olhares interpretativos”, uma vez que, nas sociedades democráticas, interpretar e criar memórias é um direito do cidadão. Sob seu entendimento, “a memória é uma construção social em uma operação ideológica que estrutura imagens e que organiza simbolicamente as relações sociais e seus produtos materiais, produzindo nesse processo, legitimações” (p.91).

O cidadão que vai a um museu histórico se depara com um acervo de peças que o conduzem por uma história que se pretende guardar e narrar. No entanto, cada visitante, ao percorrer esse espaço de saberes, faz uma interpretação própria, diferenciada dos demais, e frequentemente, pode até construir versões distintas daquelas que os textos informativos da instituição pretendem dar.

Quem visita o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana encontra no antigo forte preservado galerias que guardam informações sobre as estratégias de defesa do passado; histórias sobre os militares e seus feitos heroicos; canhões e cúpulas que, à

³⁷ Disponível em: < <http://www.fortedecopacabana.com/missao.html> >. Acesso em: out. de 2013.

época de sua construção, foram considerados de alta tecnologia. Já nas instalações do Museu, módulos retratam fatos marcantes da atuação do Exército em território brasileiro. E, por estar localizado em posição estratégica de observação, o espaço oferece ainda ao visitante uma visão panorâmica e deslumbrante de um pedaço do território carioca – uma paisagem recortada e visível, capaz de seduzir e induzir seu observador a transcender a barreira do imaginário e viajar para o invisível, levando consigo o seu baú de memórias —. Cabe ao visitante conhecer e dialogar com o espaço, que, nesse caso específico, não se trata apenas de um bem de valor histórico, mas também natural.

Continuando a abordagem do forte como lugar de memória, buscou-se outra referência de Castro, uma publicação no Caderno Virtual de Turismo, de 2013, intitulada *Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural*, onde o autor analisa aspectos relacionados ao uso e gestão das fortificações brasileiras. O historiador discorre, dentre outras coisas, sobre as razões que levam alguns fortes brasileiros a receberem um número expressivo de visitantes. No que concerne ao Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, Castro pontua que além de ser uma unidade museológica e, portanto, voltada para receber e atender o público em geral, esse espaço oferece outras atrações; o próprio forte é uma atração em si, e o “local onde se situa, de onde se pode observar uma paisagem impressionante” (2013, p.10) também é.

Segundo o historiador, o público que visita os fortes recria “em suas mentes um passado de riscos e lutas, de piratas e corsários” (p.12). Ele acredita que a antiguidade dos prédios, alguns até com mais de dois séculos, é um dos fatores que atrai os visitantes, uma vez que estas construções materializam o passado, o conceito de raízes tão significativo para a sociedade. Seu estudo também traz à tona o caráter simbólico das fortificações que associa poder do Estado e a sensação de segurança que podem ser representados e concretizados na muralha de uma fortificação, pela presença de um vigilante armado. O autor lembra que os fortes foram construídos para dar segurança às pessoas, porém, quando perderam sua função defensiva, “seu papel de representação de valores culturais fez com que eles fossem encarados como tendo uma nova utilidade, justamente a de servirem de símbolos ou, como diríamos hoje, de atrações, poderíamos dizer, turísticas” (p.13).

Como observa Castro (2013), “as pessoas visitam os fortes, pois acham que eles são interessantes, românticos e cheios de histórias” (p.17). Para o autor, esse interesse pelos fortes não está restrito apenas aos turistas, àquelas pessoas que vêm de outras localidades, mas também aos moradores dos locais onde essas construções foram erguidas. Eles têm apreço por esses valores, têm “orgulho de possuir aquele patrimônio em sua cidade ou região” (p. 17). E mais, lembra que durante suas visitas, a serviço do IPHAN, realizadas nas mais diversas partes do país, encontrou algumas fortificações que, apesar de não serem reconhecidas como atrações pelos turistas, eram consideradas “patrimônio de grande valor sentimental pelas comunidades que vivem ao redor” (p.17).

Castro aproveita para esclarecer que a intenção da instituição governamental que tomba um determinado bem não pretende apenas protegê-lo legalmente, mas sim permitir que ele venha a se tornar uma nova atração, que receba um maior número de visitantes e que se consolide como símbolo e identidade local e nacional. Nas palavras do historiador,

a declaração como monumento nacional não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para se obter uma melhoria na vida das pessoas, não só através de atingirem seu pleno potencial como atrativos turísticos, polos geradores de recursos financeiros, mas também em termos de bem-estar social (CASTRO, 2013, p.18).

Em suma, a gestão adequada de um bem protegido como patrimônio cultural não deve ser atrelada apenas ao retorno financeiro imediato e tampouco, deve ser deixada apenas nas mãos da iniciativa privada. A gestão do patrimônio cultural é um assunto estritamente ligado ao bem-estar social (CASTRO, 2013, p.21).

Uma vez chancelado como lugar de memória, cabe ao Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana dar significado àquilo que expõe, evitando a cristalização de seu acervo, e cumprir seu papel, enquanto unidade museológica, de mediador na construção de sentidos sobre o passado.

4.5 O sítio e seu funcionamento

O Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, conforme pode ser observado na **Figura 4**, ocupa um sítio natural, limitado pelos acidentes geográficos denominados Ponta de Copacabana e Ponta do Arpoador, entre as praias de Copacabana e Ipanema. Esse sítio privilegiado, tido como cartão-postal da cidade do Rio de Janeiro, é um bem



Figura 4 – Mapa turístico do Rio de Janeiro com localização do Forte de Copacabana

Fonte: Mapa adaptado pela autora (Disponível em: <http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/04/mapas-do-rio-de-janeiro-rj.html>> Acesso em: out. de 2013).

cultural³⁸ que foi considerado área de proteção ambiental e, por conta disso, tombado pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), em 06/09/1990, sob o n° de processo [E-18/000.399/89](http://www.inepac.rj.gov.br)³⁹.

Além do tombamento por parte do INEPAC, o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) também tombou o Conjunto Paisagístico Natural e Arquitetônico formado pelas Praias do Arpoador, do Diabo e do Inferno e pelo Forte de

³⁸ “Atividades, bens e serviços culturais” refere-se às atividades, bens e serviços que, considerados sob o ponto de vista da sua qualidade, uso ou finalidade específica, incorporam ou transmitem expressões culturais, independentemente do valor comercial que possam ter. As atividades culturais podem ser um fim em si mesmas, ou contribuir para a produção de bens e serviços culturais. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf> . Acesso em: out. de 2013.

³⁹ Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=322>. Acesso em: out. de 2013.

Copacabana, atual Museu Histórico do Exército, sob o nº de processo 1307 – T- 90, Livro Histórico nº inscr.: 593; Vol. 2; F. 098; Data: 31/03/2011.⁴⁰

No que tange ao bem cultural Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, vale assinalar que este complexo encontra-se no quadro hierárquico do Comando do Exército subordinado à Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) – instituição mencionada anteriormente neste trabalho – que tem dentre o rol de suas atribuições:

- Propor normas para a preservação, utilização e difusão do patrimônio histórico e artístico cultural (material e imaterial) de interesse do Exército;
- Controlar e coordenar as atividades referentes à catalogação, controle e difusão dos bens materiais que compõem o acervo cultural do Exército;
- Propor convênios e/ou parcerias com a finalidade de melhor aproveitamento, conservação e funcionamento dos museus, bibliotecas e sítios históricos sob jurisdição do Exército;
- Prestar assistência técnica e normativa às atividades de preservação, conservação e restauração de bens culturais;
- Ligar-se com o Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico Nacional (IPHAN) e do Departamento de Museus (DEMU), e com outros órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, para tratar de assuntos culturais⁴¹.

Apesar de o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana estar subordinado em primeira linha ao DPHCEX, é bom lembrar que também se encontra sob as ordens de um mais alto escalão – o Alto Comando do Exército – que é responsável por garantir a missão do Exército Brasileiro: “Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social” e que para isso, prepara a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão⁴².

⁴⁰ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: out. de 2013.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.dac.ensino.eb.br/?page=atribuicoes>>. Acesso em: out. de 2013.

⁴² Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/missao-e-visao-de-futuro>>. Acesso em: out. de 2013.

Cabe a um militar de carreira a tarefa de comandar o sítio⁴³, assim como dirigir o museu. Além disso, o gestor desse espaço tem sob sua responsabilidade a guarda de outros sítios históricos — o Museu Conde de Linhares, a Casa Histórica de Deodoro e o Panteão Duque de Caxias — contando nestes lugares com o auxílio de um administrador para resolver problemas ordinários. No âmbito de competência do gestor do sítio encontram-se tarefas relacionadas ao quadro de pessoal, reformas, licitações para uso do espaço, contatos com outras instituições/pessoas, projetos culturais, dentre outras.

Vale salientar que, apesar de contemporaneamente apresentar como missão “preservar, salvaguardar e disseminar a memória histórica do Exército Brasileiro e atuar como um Espaço Cultural, proporcionando cultura e conhecimento aos visitantes”⁴⁴, o sítio continua sendo uma unidade militar — um quartel — e, como tal, mantém a rotina e o protocolo específicos da atividade militar. Em virtude dessa peculiaridade, o quadro de pessoal que atua nesse sítio histórico tem uma composição diversificada, sendo constituído tanto por militares, de carreira e temporários, assim como por civis — um quadro de formação profissional plural.

No que concerne especificamente à instituição museu, existe um Quadro de Cargos Previstos (QCP) que comporta diversos setores, como por exemplo: administração, setor de pessoal, setor de operações, setor técnico e setor de comunicação social. Estes dois últimos se ocupam diretamente da visitação ao MHEx/FC.

O setor técnico está sob a responsabilidade de um militar, com formação em história⁴⁵, que tem dentre algumas de suas tarefas cuidar das visitas e dos espaços que são visitados; capacitar e inspecionar os soldados que realizam as visitas guiadas; supervisionar o setor educativo, além de dar suporte teórico em todo conteúdo histórico-militar ou geral — utilizado em material de divulgação. A este setor também estão ligados os demais profissionais associados à atividade museológica, tais como restauradores, museólogos e arquivistas.

⁴³ No período em que esta pesquisa foi desenvolvida, o Forte encontrava-se sob o comando do Coronel de Artilharia Jefferson Lages dos Santos, oriundo do Estado Maior do Exército, com formação na área de Recursos Humanos e Política Estratégica e Alta Administração do Exército.

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.fortedecopacabana.com/missao.html>>. Acesso em: out. de 2013.

⁴⁵ No período em que a pesquisa foi realizada no Forte de Copacabana, o setor técnico estava subordinado ao Major João Rogério de Souza Armada, graduado em História com especialização em História Militar.

O setor de comunicação social cuida da divulgação do museu no que diz respeito à comunicação externa com outras instituições/pessoas, elaboração de folheteria, criação de material educativo, e também da agenda cultural. Uma das ferramentas de valor significativo adotadas para a divulgação do museu é a agenda cultural. Como já referido no capítulo 3 deste estudo, esta agenda — mensal, nas versões eletrônica e impressa — informa sobre a programação cultural do MHEx/FC e representa um importante atrativo para os visitantes. Além de ser divulgada pelo site oficial do museu, a agenda faz parte da mala direta e também é distribuída na entrada do MHEx/FC. Constam da mala direta todos os museus da cidade, as entidades escolares e pessoas que se relacionam com o museu, assim como os quartéis militares e os estabelecimentos comerciais do entorno do MHEx/FC- principalmente hotéis e restaurantes.

Todos os setores do MHEx/FC trabalham de maneira integrada de tal forma que possam melhor atender ao visitante.

4.5.1 O sítio e suas ações culturais

O Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, além de oferecer ao visitante sua exposição permanente, brinda o público com várias outras ações de cunho cultural, algumas até de inclusão social. Essas ações dizem respeito à realização de projetos envolvendo o MHEx/FC e outras instituições/ pessoas, com interesses voltados para os diversos campos da arte — música, dança, teatro, cinema e literatura —. De um modo geral, o MHEx/FC não utiliza verba pública na execução desses projetos. Por conseguinte, realiza parcerias nas quais oferece o espaço, os equipamentos e a propaganda, e recebe em troca apresentações diversificadas que recheiam sua agenda cultural e encantam os visitantes. O MHEx/FC também costuma ceder salas para exposições de pintura itinerantes, geralmente duas por mês, buscando sempre por temas que se relacionem com a marca Forte de Copacabana.

Dentre as atividades culturais, são oferecidos ao público:

- Exposições temporárias — exposições de artes plásticas ou sobre temas diversos.
- Centro de Literatura do Forte — reunião de autores para a leitura de obras e textos.
- Chorinho no Forte — roda de choro, composta por diversos músicos que relembram grandes sucessos desse gênero musical brasileiro.

- Encontro de Corais — projeto voltado para a apresentação de grupos vocais, tanto do Rio de Janeiro como de outros lugares.
- Interdanças no Forte — projeto que divulga a dança de diversos estilos e lugares do mundo.
- MPB no Forte — apresentação de banda ou intérprete cujo repertório seja composto de grandes sucessos do estilo que refere a identidade musical brasileira e internacionalmente.
- Música no Museu — projeto de apresentação musical eclética, tal como acontece em outros museus do mundo.
- Sarau no Museu — evento cultural reunindo artistas que se manifestam nas mais diversas formas de arte: dança, música, teatro, leitura de livros, poesia.
- Banda no Forte — apresentação de bandas civis e militares, com repertório variado que inclui músicas clássicas e populares.
- Troca da Guarda Histórica do Forte de Copacabana — solenidade encenada pelos militares do MHEx/FC, inspirada na rendição do serviço de guarda das fortificações luso-brasileiras do período colonial.
- Curta com Teatro — projeto do Ministério da Cultura em parceria com o MHEx/FC que apresenta peças curtas e filmes de curta metragem.
- Exposição de carros antigos — veículos com mais de 25 anos de fabricação, de todos os modelos, marcas e nacionalidades são expostos por colecionadores, com o intuito de preservar o patrimônio automobilístico nacional e mundial.
- Coral Vozes do Forte — projeto que visa à formação musical do quadro de cabos e soldados no período em que prestam serviço militar obrigatório no MHEx/FC. O coral é acompanhado por uma banda constituída por militares em exercício no Forte que tenham alguma experiência musical.
- Orquestra Violões do Forte — projeto de ação sociocultural, do Instituto Rudá em parceria com o MHEx/FC, que ensina jovens de comunidades do entorno a tocarem violão, flauta, clarinete, piano, violoncelo ou violino. Os jovens que participam do projeto têm idade entre 10 e 21 anos, frequentam escolas do ensino regular e são, em sua maioria, moradores de comunidades dos morros Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Chapéu Mangueira, Babilônia e Santa Marta. O talento e a aptidão musical, assim como obter bons resultados na escola de ensino regular, são fatores levados em conta na escolha do jovem para compor a orquestra. Os ensaios do grupo são realizados no Forte de Copacabana. Durante

as apresentações da orquestra os músicos usam o uniforme histórico da guarda, emprestado pelo MHEX/FC. Para o deslocamento dos jovens, o Instituto Rudá conta com a parceria do Rio Ônibus – sindicato que representa os consórcios de empresas responsáveis pelo transporte coletivo na cidade do Rio de Janeiro. Quando há espetáculos no local, os jovens almoçam no refeitório junto com os militares em serviço.

O museu conta ainda com outros eventos regulares e tradicionais em seu calendário. São eles:

- Jornada Técnica — encontro anual, promovido pelo MHEX/FC, no qual profissionais de diversas áreas são convidados para explanarem sobre projetos e temas análogos: Museologia, Fortificações, Educação, Turismo, etc.
- Semana Cultural 18 do Forte – evento anual, realizado no mês de julho, composto por várias atividades cujo intuito é relembrar o fato histórico “Revolta dos 18 do Forte”.
- Semana Cultural Aniversário do Forte – evento anual, realizado geralmente na primeira quinzena do mês de setembro, destinado às comemorações de aniversário do Forte de Copacabana. O evento é composto por atividades diversas tais como cerimônias solenes, apresentações musicais, exposições relacionadas ao tema, eventos esportivos, etc.

Finalizando o rol de atividades realizadas regularmente no MHEX/FC, cabe mencionar a pesca de lazer que é destinada a um número limitado de pescadores credenciados pelo Exército. Também vale lembrar que o MHEX/FC serve de locação para ensaios fotográficos, além de ser bastante procurado para a realização de festas, principalmente as de casamento.

4.6 O atrativo por trás das muralhas

O Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana está aberto à visitação de terça a domingo e feriados, das 10 às 18 horas. O acesso ao atrativo se dá pela Praça Coronel Eugênio Franco, nº 1, no posto 06 da Praia de Copacabana.

Várias são as possibilidades de se chegar ao local, uma vez que o MHEX/FC encontra-se próximo a 02 estações de metrô (General Osório e Cantagalo) e vias bastante

movimentadas por onde circulam inúmeras linhas de ônibus, ligando o bairro a diversas partes da cidade, além de uma ciclovia que margeia a orla de Copacabana. A escolha pelo uso da bicicleta apresenta uma restrição, posto que, apesar do MHEx/FC possuir um bicicletário, conta com poucas vagas para guardar o veículo. A falta de estacionamento para veículos automotores de visitantes não diminui o fluxo de pessoas que diariamente circulam no interior do Forte.

Para ingressar no atrativo, o visitante deve se dirigir à bilheteria, localizada na Praça Coronel Eugênio Franco (**Figura 5**) onde também se encontram algumas peças antigas de artilharia, o monumento ao movimento 18 do Forte, o pórtico de entrada e um nicho com a imagem de Santa Bárbara, protetora dos militares. Atualmente, os valores pagos são: R\$6,00 para adultos e R\$3,00 para estudantes e maiores de 60 anos. Os ingressos devem ser pagos em espécie (moeda corrente no país), uma vez que não são aceitos moeda estrangeira, cheque nem cartão de crédito/débito. Maiores de 80 anos, militares das Forças Armadas, menores de 10 anos e grupos previamente agendados têm direito à gratuidade.



Figura 5 – Praça Coronel Eugênio Franco

Fonte: DPHCEX e arquivo da autora

O MHEx/FC oferece uma visita agendada, gratuita, mediada pelos soldados-guias, de terça a domingo, às 13 horas. O agendamento é feito com no mínimo 03 dias de antecedência e no máximo com 30 dias, para grupo com mínimo de 15 pessoas e máximo de 50, por via eletrônica, no site da instituição⁴⁶. Após alguns dias o interessado na visita recebe um e-mail de confirmação por parte da seção de Relações Públicas.

⁴⁶ O agendamento deve ser feito previamente no site do Museu (<<http://www.fortedecopacabana.com>>), na seção Fale Conosco.

Ainda sobre a visita agendada, o Museu conta com um setor educativo que desenvolve o projeto **Brincando se aprende**, com atividades direcionadas ao público infanto-juvenil de escolas públicas e privadas⁴⁷.

Apesar das visitas mediadas, a maioria de visitantes circula pelo MHEx/FC por conta própria. Após comprar seu ingresso, o visitante deve se dirigir ao pórtico de entrada para dar início a sua visita. Ali, soldados e oficiais responsáveis pela entrada no espaço recolhem os *tickets* e supervisionam a circulação de pessoas ou veículos — militares ou de prestadores de serviços — que passam por ali. Sob o pórtico, encontra-se também um *display* que exhibe folhetos com a programação mensal das atividades culturais realizadas no MHEx/FC.

Logo na entrada duas atrações chamam a atenção do visitante. A primeira (**Figura 6**) é a presença de um soldado que, trajando o uniforme da Guarda Imperial, permanece imóvel guardando a entrada do espaço e só é substituído por outro a cada uma hora e vinte minutos. Muitos são os visitantes, adultos e crianças, que comparam o soldado a um “soldadinho de chumbo” e ficam impressionados com a sua imobilidade. É comum soarem frases do tipo: “Ele é de cera ou é de verdade?” ou ainda, “Ele pisca!”. Tanto a troca da guarda, que tem um ritual próprio, como o soldado em si fazem com que os visitantes se agitem e registrem o momento com suas máquinas fotográficas, celulares e *tablets*.

⁴⁷ O contato com o projeto se dá por via eletrônica (brincandoseaprende@fortedecopacabana.com).



Figura 6 – A guarda com o uniforme Imperial

Fonte: arquivo da autora

A segunda atração do pórtico (**Figura 7**) diz respeito à inscrição em latim “*si vis pacem para bellum*”, que quer dizer: “Se queres a paz prepara-te para a guerra”. Esta, geralmente, s ´ avistada pelo visitante no momento de sua partida, uma vez que fica voltada para a parte interna do espaço.



Figura 7 – Inscrição no pórtico de entrada

Fonte: arquivo da autora

O visitante que opta pela visita em grupo previamente agendada, mediada pelo soldado-guia, faz um percurso regular estipulado pelo MHEX/FC com duração média de uma hora e meia.

O soldado-guia recebe os visitantes na Praça Coronel Eugênio Franco onde dá as boas-vindas e faz recomendações sobre segurança e melhor condução do grupo. Em seguida, o grupo é conduzido até a sala de apoio ao turista. O percurso passa pela Alameda Octávio Corrêa, um espaço a céu aberto que expõe algumas peças de artilharia (**Figura 8**) e de onde é possível avistar a bela orla de Copacabana. Chegando à sala de apoio ao turista, um vídeo institucional faz uma rápida explanação sobre o museu. A sala é ambientada por painéis que abordam a história do Forte de Copacabana e a criação do Museu Histórico do Exército.



Figura 8 — Alameda Octávio Corrêa

Fonte: arquivo da autora

Saindo da sala de vídeo, o visitante é levado à fortificação que foi construída em forma de casamata. Ao percorrer suas galerias, encontram-se câmaras de tiro, um oratório com a réplica de N.S de Copacabana, cúpulas com canhões, paiol de munição, a antiga sala do comandante, além de espaços preparados para demonstrar as antigas funções no interior da fortaleza (alojamento, enfermaria, sala de artilharia, cela, etc.). Painéis que abordam o Sistema Defensivo da Baía de Guanabara, a construção do Forte de

Copacabana e o Levante dos 18 do Forte completam a materialização da memória daquele lugar.

Encerrada a visita no interior da fortificação, o visitante é levado à Cúpula dos Canhões, um dos pontos fortes da visita devido à visão privilegiada da orla de Copacabana, da cidade de Niterói e de algumas ilhas oceânicas.

A etapa posterior do percurso é a visita ao museu que tem seus salões de exposição dispostos em dois andares. O circuito interno ao museu tem início no Salão Colônia/império cujo tema é “O Exército na formação da Nacionalidade”. Esse salão é composto por 10 módulos, que apresentam vários episódios da história do Brasil sob a ótica da história militar, abrangendo o período de 1500 a 1889.

O salão seguinte é denominado Salão República e sua temática diz respeito à atuação do Exército no período Republicano até 1945, final da 2ª Guerra Mundial. Os módulos destacam, entre outros assuntos, o trabalho de Marechal Rondon na Amazônia, o Levante dos 18 do Forte e a participação da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial.

Contíguo ao Salão República está o Salão dos Presidentes Militares, composto de acervo museológico sobre os governantes pertencentes às Forças Armadas do Brasil.

A última sala de visitação é o Gabinete de Curiosidades que apresenta acervo museológico diversificado de objetos que pertenceram a pessoas importantes ligadas ao Exército Brasileiro.

Vale ressaltar que o circuito de visitação (**Figura 9**) pode ser invertido a partir da sala de vídeo, conforme a necessidade ou avaliação do mediador da visita.



Figura 9- Circuito de visitação

Fonte: MHCEx/FC

Para os que dispõem de tempo após a visita ao museu, é possível, enquanto passam pela Alameda Octávio Corrêa explorar as lunetas do Projeto Visada⁴⁸, apreciar a paisagem sentados em um de seus bancos, tirar fotos, consumir alguma coisa nos estabelecimentos que oferecem serviço de alimentação, comprar souvenirs para levar de recordação, ou, simplesmente, ir ao toalete.

4.6.1 O soldado-guia

As visitas guiadas são realizadas por soldados que prestam o serviço militar obrigatório na unidade e fazem opção por conduzir os visitantes. No entanto, eles não realizam apenas essa tarefa e, quando não estão conduzindo visitantes, desempenham outras funções no setor técnico do museu. Esses jovens, na faixa dos vinte e poucos anos, são capacitados pelo historiador responsável pelo setor técnico para exercerem a função de guia do atrativo local enquanto fazem, concomitantemente, o curso de formação para cabo.

O curso preparatório para guia, com duração de três meses, é composto por aulas teóricas sobre História do Brasil e também sobre temas relacionados ao conteúdo exposto no MHEx/FC, assim como aulas práticas onde os alunos treinam guiando os próprios colegas. Uma apostila e sugestões bibliográficas servem de embasamento aos estudos durante o período de capacitação. Também faz parte da instrução do guia uma visita ao Forte Duque de Caxias para melhor entender o sistema de defesa da Baía de Guanabara.

Os soldados mediadores usam um uniforme específico quando estão guiando: camisa polo de malha bege, calça verde oliva e sapato social preto. No caso de acompanhamento de comitivas militares, utilizam um uniforme mais formal, composto por camisa social com botões, calça verde oliva, boina e sapato social ou coturnos pretos.

⁴⁸ O Projeto Visada, iniciativa do Exército Brasileiro/DPHCEX, instalou lunetas panorâmicas no Forte Duque de Caxias e no Forte de Copacabana com o intuito de proporcionar aos visitantes a observação da paisagem da cidade e dos fortes que integram o sistema defensivo da Baía de Guanabara. O visitante deposita uma moeda de R\$1,00 e pode observar a paisagem durante 1 min e 15seg.

Os soldados são treinados para durante as visitas seguirem um procedimento padrão que diz respeito à abordagem e condução do visitante, recomendações quanto à segurança e melhor locomoção do grupo.

De modo geral, os soldados não falam outro idioma, o que implica o acompanhamento de outro militar, do setor de relações públicas, para fazer a tradução simultânea dos conteúdos abordados durante a visita guiada com estrangeiros.

Findo o período de serviço militar obrigatório — 10 meses — os soldados em sua grande maioria pedem baixa. Mesmo aqueles que desejarem se engajar só poderão fazê-lo por um período máximo de sete anos. Por esse motivo, o grupo de soldados-guias é periodicamente renovado e o serviço de guiamento especializado está constantemente defasado, uma vez que precisa sempre recomeçar.

4.6.2 Infraestrutura para o visitante

O Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana — local onde a história, a cidade e a natureza se encontram — é hoje considerado um atrativo turístico bastante visitado na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, é relevante apontar que, hoje em dia, fatores como beleza e história já não são mais os únicos pré-requisitos necessários para atrair os visitantes nas grandes cidades. Existe uma tendência por valorizar uma infraestrutura adequada, serviços de qualidade oferecidos aos visitantes de todos os tipos e cada vez mais e exigentes.

O **quadro 3** apresenta a infraestrutura do MHEx/FC disponibilizada ao visitante.

Quadro 3: Infraestrutura do MHEx/FC para o visitante

ESTACIONAMENTO: Não existe estacionamento para visitantes
BICICLETÁRIO: Capacidade para 06 bicicletas
TOALETES: 01 toaleta na Alameda Octávio Corrêa (adaptado para cadeirante) 02 toaletes dentro do Museu Histórico do Exército
SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO: Confeitaria Colombo (café, almoço e lanche) De terça a domingo e feriados, das 10 às 20 horas Tel: 3201-4049 / contato@confeitariacolombo.com.br www.confeitariacolombo.com.br/site/cafe-do-forte Café 18 do Forte (café, almoço e lanche) De terça a domingo e feriados, das 10 às 20 horas Tel: 2523-0171

ACESSIBILIDADE:

Rampas em todo o circuito de visitação (exceto Cúpula dos Canhões)
Toaletes adaptados para cadeira de rodas na Alameda Octávio Corrêa
Elevador no Museu Histórico do Exército
01 cadeira de rodas disponível para empréstimo (deve ser solicitada na recepção/pórtico)
Serviço de audioguia em português, inglês, francês e espanhol – valor complementar R\$10,00 (portadores de deficiência visual não pagam)

LOJA DE SUVENIR:

Vitacura (produtos com referência militar e lembranças do Rio - camisetas, bonés, chaveiros, canetas, etc)

De terça a domingo e feriados, das 10 às 20 horas

Tel: 2267-6266 contato@vitacura.com.br

www.vitacura.com.br

GUIA LOCAL:

Visita mediada pelos soldados-guias, pré-agendada.

É importante frisar que a Confeitaria Colombo do Forte de Copacabana é um atrativo por si só dentro do complexo MHEX/FC. Filial de uma das confeitarias mais tradicionais do Rio Antigo, fundada em 1894, esse espaço gastronômico é respeitado pelo seu cardápio requintado e apetitoso. Além de contar com as iguarias de sua matriz, o café apresenta um encanto a mais: está debruçado sobre a muralha do Forte de Copacabana e fica de frente para um esplendoroso cartão-postal da cidade — a praia de Copacabana. Nos finais de semana, em dias de eventos e principalmente no verão, conseguir uma mesa na Confeitaria Colombo do Forte, para degustar suas guloseimas apreciando a paisagem, não é tarefa das mais fáceis.

Ainda no que concerne à infraestrutura, cabe informar que o MHEX/FC dispõe de vários espaços destinados a abrigar seus inúmeros eventos, conforme a descrição:

- Salão de Eventos Culturais - espaço climatizado, com 170 m², com capacidade para 150 pessoas sentadas ou 180 em pé. Possui hall de entrada, cozinha e banheiro.
- Espaço Major Pradel - área livre de aproximadamente 400m². Capacidade para 250 pessoas sentadas ou 400 em pé.
- Praça Siqueira Campos - área livre de aproximadamente 500m². Capacidade para 400 pessoas sentadas ou 600 em pé.
- Campo de Marte - área de aproximadamente 4.400m². Capacidade para 2.000 pessoas sob estrutura coberta e 8.000 pessoas ao ar livre.

- Auditório Santa Bárbara - espaço climatizado com capacidade para 99 pessoas em poltronas confortáveis e 45 pessoas em cadeiras de apoio. Possui recursos para teatro, produção multimídia, som e iluminação especial, além de banheiros feminino e masculino.
- Galeria de Arte - salão climatizado, com área com 230 m². Dispõe de hall de entrada, sanitários e sala de apoio. Pode abrigar 250 pessoas sentadas ou 300 em pé.

4.7 O atrativo em números

O Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana apresenta um número significativo de visitantes, um quantitativo que sofreu um aumento vertiginoso ao longo dos anos. Segundo entrevista do Jornal Copacabana⁴⁹, realizada com o Coronel Edson Silva de Oliveira⁵⁰, em 2005 o número de visitantes era de 45 mil por ano e até o momento da entrevista (setembro de 2009) já havia chegado a 500 mil visitantes, com uma previsão de atingir 700 mil até o final do ano. Ainda segundo a reportagem, o Forte de Copacabana seria considerado “o terceiro ponto turístico mais visitado do Rio de Janeiro, atrás, apenas, do Corcovado e do Pão de Açúcar”.

A **Tabela 1**, fornecida pelo Forte de Copacabana, demonstra que, no período de 2009 a 2012, o atrativo apresentou um crescente aumento no fluxo de visitantes.

Tabela 1- Contabilização do número de visitantes

Ano	Pagantes	Isentos	Grupos	Total
2009	554.328	54.903	11.526	620.757
2010	568.643	50.973	10.027	629.643
2011	573.316	69.901	9.017	652.234
2012	697.822	71.145	12.966	781.933

Fonte: Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana

⁴⁹Disponível em: <<http://www.jornalcopacabana.com.br/ed172/fvizinho.htm>>
Acesso em: mar. de 2013.

⁵⁰Comandante do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana durante o período de 30/9/2005 a 25/3/2010. Disponível em: <<http://www.fortedecopacabana.com/ex-comandantes.html>>
Acesso em: jul. de 2013.

O número de visitantes ao MHEX/FC é extraído da bilheteria e dos agendamentos de visitas, ajudando a formar um quadro estatístico denominado Exército em Números. No entanto, essa contagem de público deixa de mensurar pessoas que adentram o Forte por estarem envolvidas na realização de algum evento – organizadores de alguma exposição e seus operários, por exemplo – e que acabam também por usufruir do espaço. Sabendo que o MHEX/FC apresenta uma agenda repleta de eventos ao longo do ano, é possível deduzir que o número de pessoas circulando no local é bastante maior do que o contabilizado.

4.8 O visitante

Com o intuito de traçar algumas características sobre o visitante do MHEX/FC, este trabalhou se apoiou em dois tipos de ferramentas: o exercício da observação empírica e as entrevistas estruturadas. No entanto, é bom frisar que, tanto a observação como as entrevistas ocorreram em momentos pontuais, num período de tempo relativamente curto, o que, estatisticamente, inviabiliza traçar um “perfil” genuíno do visitante. Para tanto, seria necessária uma pesquisa que coletasse dados, de maneira sistemática, ao longo de alguns anos. O que se tem, então, é uma descrição do visitante pautada em um contexto restrito.

4.8.1 O visitante à luz da observação

Para dar início à descrição do visitante se buscaram subsídios extraídos da observação empírica. Permanecer algumas horas no local — sentada em um dos bancos da Alameda Octávio Corrêa, sob o pórtico de entrada, ou saboreando um cafezinho em um dos cafés do Forte de Copacabana — tornou-se um exercício interessante para a autora deste trabalho, na medida em que, ao apreciar a circulação de pessoas no espaço, pôde traçar alguns parâmetros sobre os visitantes que serão relatados a seguir. O interessante é que algumas dessas observações corroboraram as informações fornecidas, ao longo da pesquisa, pelas pessoas que atuam no MHEX/FC.

De um modo geral, o MHEX/FC apresenta movimento todos os dias, mesmo com chuva. É comum, logo cedo, avistar visitantes junto ao portão de entrada da unidade operacional, aguardando a abertura do espaço à visitação.

O fluxo de visitantes se expressa com maior intensidade no início da manhã e a partir do meio da tarde, enquanto no horário do almoço é possível observar uma queda na movimentação.

Pela manhã, o grupo de visitantes é composto, principalmente, por famílias acompanhadas de suas crianças. Já na parte da tarde, as senhoras que vão lanchar com amigas ou participar de algum evento se destacam entre os circulantes. Vale salientar que é significativo o número de pessoas idosas que conhecem a programação cultural do MHEX/FC e frequentam os eventos gratuitos, sobretudo os ligados à música.

Os casais circulam pelo espaço especialmente nos finais de semana. No entanto, os turistas são presença constante todos os dias e em todos os horários.

Uma característica interessante diz respeito aos trajes despojados utilizados por alguns dos visitantes. É muito comum chegarem trajando *shorts*, calçando sandálias de borracha — do tipo Havaianas —, mostrando por baixo das vestimentas seus trajes de banho.

O espaço também atrai os amantes da fotografia, uma vez que revela belos ângulos da paisagem da cidade. Serve, inclusive, de cenário para ensaios fotográficos ou grupos de formandos que, com seus capelos e becas, registram nesse “lugar de memória” um momento importante de suas vidas.

Finalmente, para encerrar as observações empíricas sobre os visitantes, cabe mencionar outro tipo, que entra na contagem do MHEX/FC porque paga o ingresso, mas no entanto, muitas vezes, é morador do entorno e vai ao local apenas para consumir os produtos oferecidos pela Confeitaria Colombo.

4.8.2 O visitante pelo viés das entrevistas

Deixando o empirismo de lado, é chegado o momento de apresentar alguns dados extraídos das entrevistas formais, realizadas com os visitantes do MHEX/FC durante o mês de maio de 2013 e que foram organizadas pelo Projeto *Roteiros dos Fortes – Circuitos Turísticos em Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara*.

Cabe lembrar que a pesquisa desenvolvida pelo projeto visava sistematizar informações sobre características sociodemográficas, motivacionais e comportamentais dos visitantes

no momento de sua circulação pelos fortes. Dessa forma, buscou-se alcançar os seguintes objetivos:

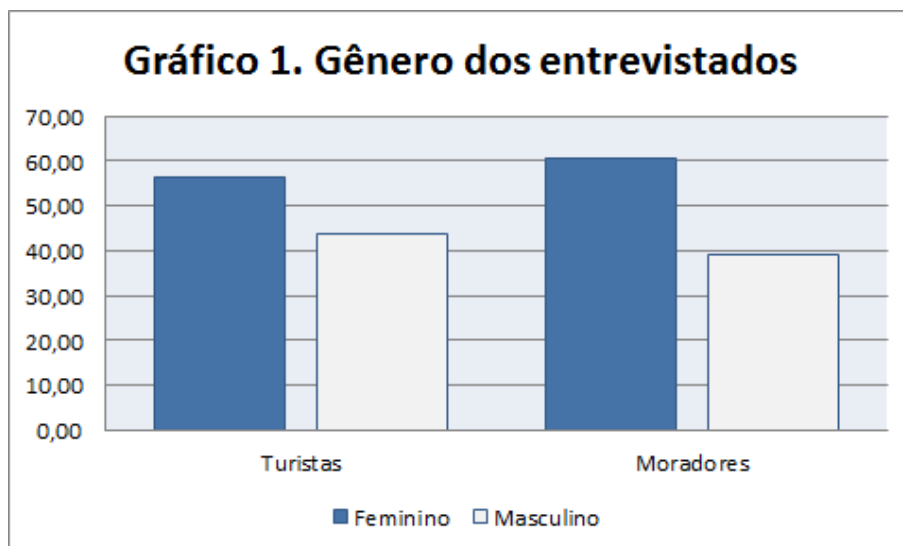
- Identificar as características socioeconômicas dos visitantes dos fortes e fortalezas pesquisados;
- Identificar os fatores motivacionais das visitas;
- Caracterizar as visitas: tempo médio, frequência, tipo de atividades, etc.;
- Avaliar o nível de conhecimento dos visitantes sobre as características dos fortes e fortalezas pesquisados;
- Identificar a importância atribuída pelos visitantes aos equipamentos turísticos e à recepção nos fortes e fortalezas pesquisados.
- Levantar evidências do relacionamento simbólico entre o visitante e os sítios.

Durante o período de pesquisa com o visitante no MHEX/FC – 07 dias, nas datas: 18, 19, 21, 22, 24, 25 e 26 de maio de 2013 –, foram realizadas 438 entrevistas, sendo 252 com turistas e 186 com moradores.

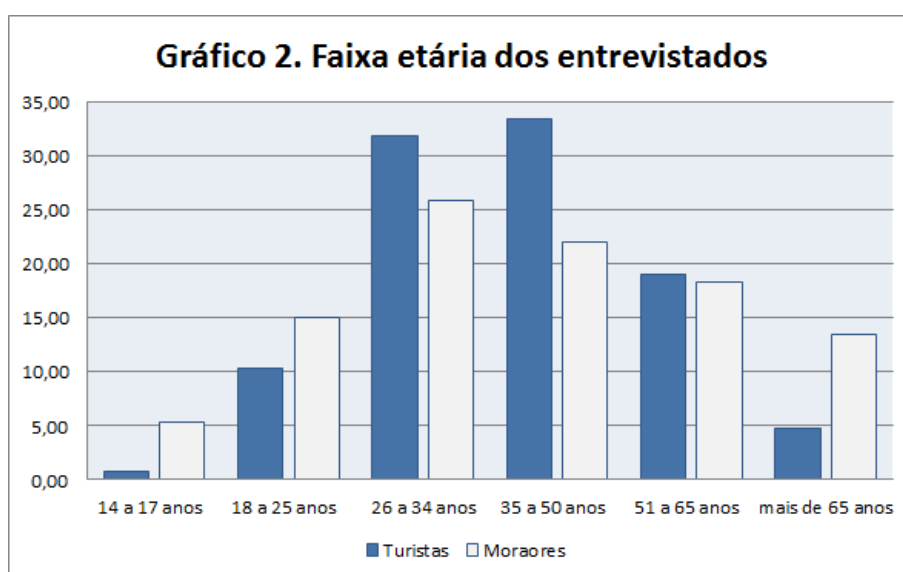
Com o propósito de melhor analisar os resultados da pesquisa no MHEX/FC com o visitante, foram elaborados gráficos, a partir dos valores relativos (percentuais sobre o total de entrevistados) atribuídos às respostas de cada item do formulário, específicos de cada tipo – visitante turista e visitante morador –. As planilhas contendo os valores percentuais sobre as respostas dos visitantes – turistas e moradores – encontram-se ao final deste trabalho, no **Apêndice 1**.

Cabe informar que, para descrever algumas características dos visitantes do MHEX/FC nem todos os dados foram utilizados e o que se apresenta a seguir é um recorte destes. Também cabe alertar que, para cada item descrito, levou-se em consideração, geralmente, os três maiores valores percentuais.

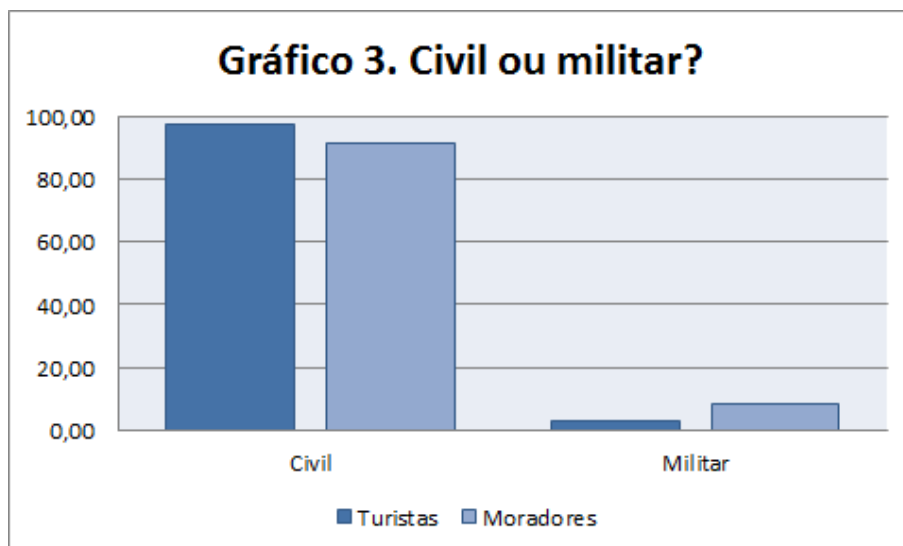
Na avaliação dos gráficos é interessante notar, quanto ao gênero dos entrevistados (**Gráfico1**), que houve uma predominância do sexo feminino na abordagem da pesquisa. Tanto entre os turistas (56,35%), como entre os moradores (60,75%), o público feminino se destaca.



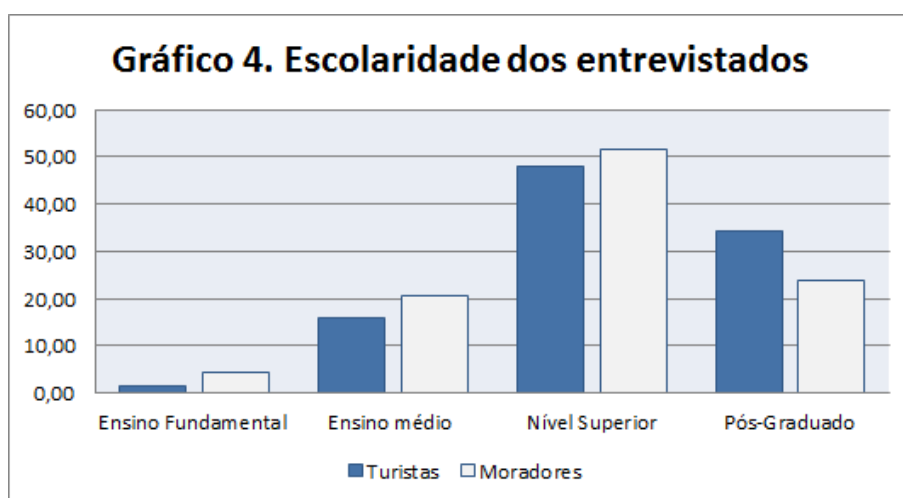
Em relação à faixa etária (**Gráfico 2**), os maiores valores percentuais dizem respeito aos moradores que se distribuem pelas faixas entre 26 a 34 anos (25,81%), entre 35 a 50 anos (22,04%) e entre 51 a 65 anos (18,28%). Já os turistas se apresentam em maior número na faixa entre 35 a 50 anos (33,33%), seguidos dos que estão entre 26 a 34 anos (31,75%) e dos de 51 a 65 anos (19,05%).



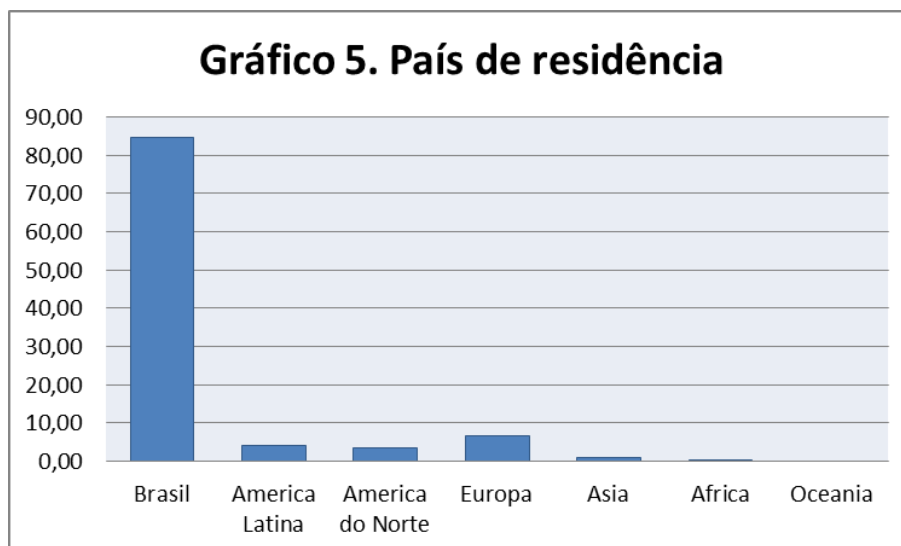
A pesquisa informou ainda que a maioria dos visitantes entrevistados no Forte de Copacabana era composta por civis (**Gráfico 3**) e os números se expressaram da seguinte forma: os turistas são 97,22% e moradores, 91,4%.



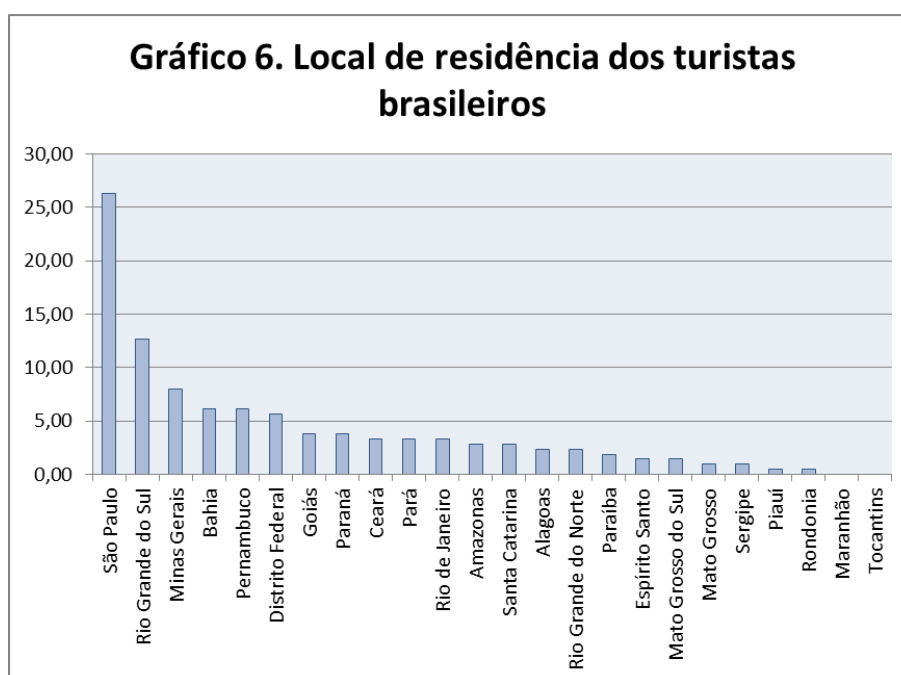
Quanto à escolaridade (**Gráfico 4**), os moradores que apresentam nível superior representam 51,61%, seguidos dos que têm pós-graduação (23,66%) e dos que têm ensino médio (20,43%). Os turistas com nível superior configuraram 48,02%, seguidos dos que têm pós-graduação (34,13%) e dos que têm ensino médio (15,875).



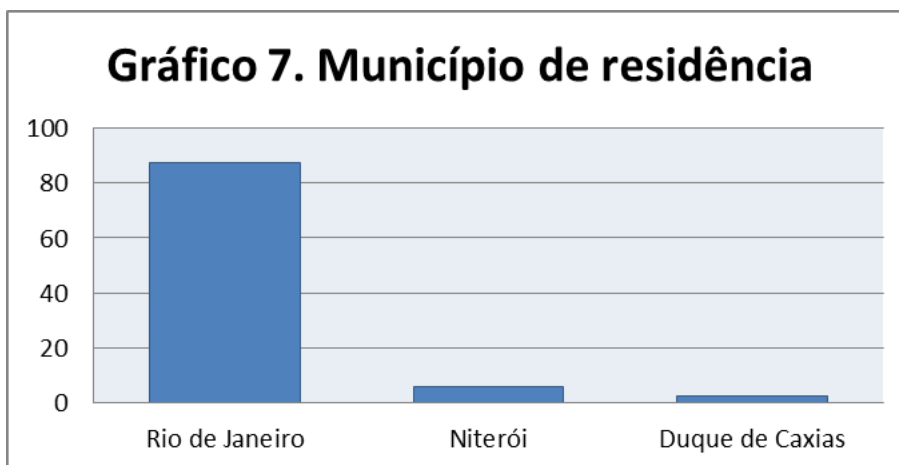
No que diz respeito ao país de residência (**Gráfico 5**), o maior número de turistas entrevistados reside no Brasil (84,52%). Seguindo a maioria esmagadora de brasileiros que visitam o Forte de Copacabana aparecem os europeus (6,75%), os latino-americanos (3,97%) e os norte-americanos (3,57%).



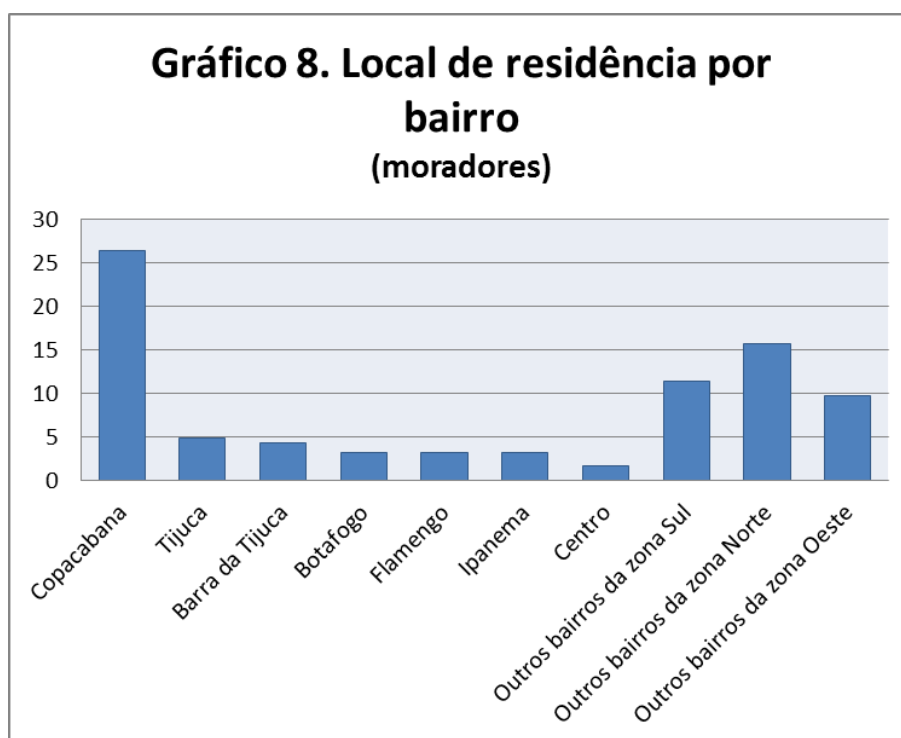
Ainda no que diz respeito ao local de residência, o **Gráfico 6** demonstra que a maior parte dos turistas brasileiros entrevistados é oriunda do Estado de São Paulo (26,29%), vindo em seguida os turistas do Rio Grande do Sul (12,68%) e, posteriormente, os de Minas Gerais (7,98%).



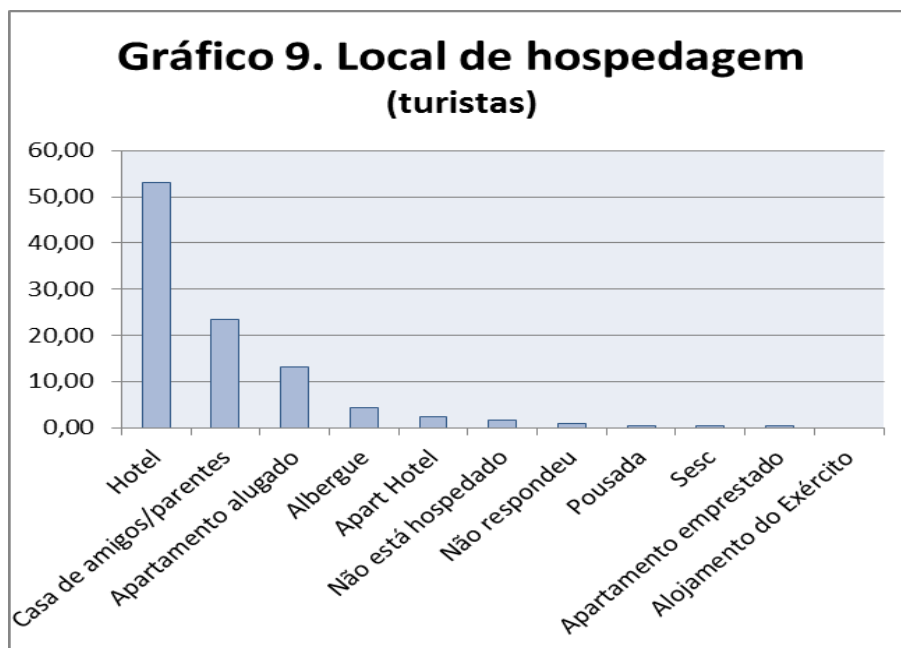
Em relação ao município de residência dos moradores, o **Gráfico 7** aponta os municípios de maior representatividade na pesquisa. A maioria dos entrevistados reside no município do Rio de Janeiro (87,63%) contrastando com os pequenos valores dos que vivem em Niterói (5,91%) e Duque de Caxias (2,15%).



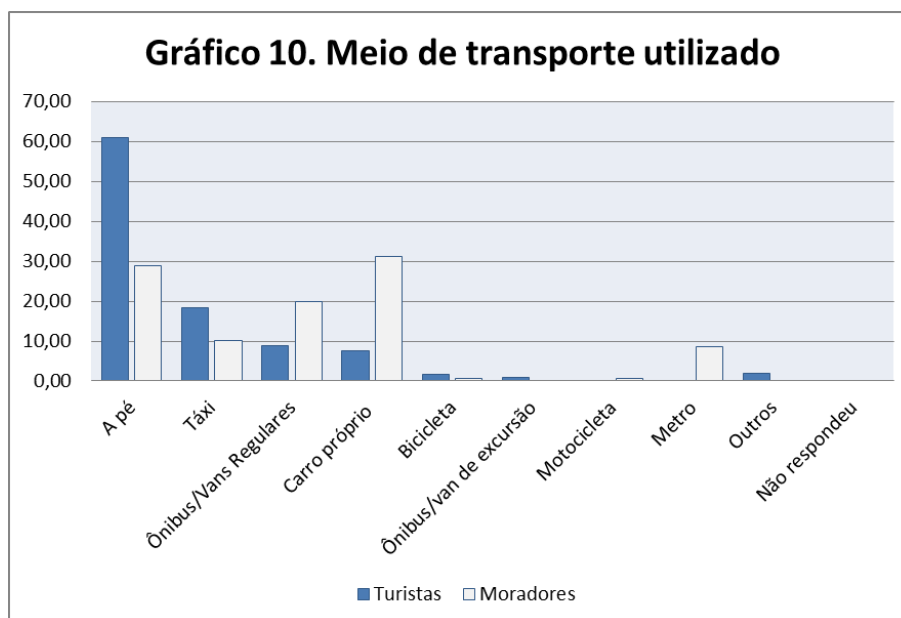
Ainda quanto aos moradores, no quesito bairro de residência, o **Gráfico 8** aponta a seguinte situação: quando observados de maneira isolada, Copacabana (26,34%), Tijuca (4,84) e Barra da Tijuca (4,3%) são os bairros de maior destaque. Quando agrupados, os demais bairros da Zona Norte (15,63%) superam em números os da Zona Sul (11,31%) e os da Zona Oeste (9,69%).



Quando perguntado aos turistas sobre o local de hospedagem (**Gráfico 9**), a maioria declarou estar hospedada em hotel (53,17%). Em valores subsequentes se destacaram os que ficam na casa de amigos ou parentes (23,41%) e, em seguida, os que se hospedam em apartamento alugado (13,10%).

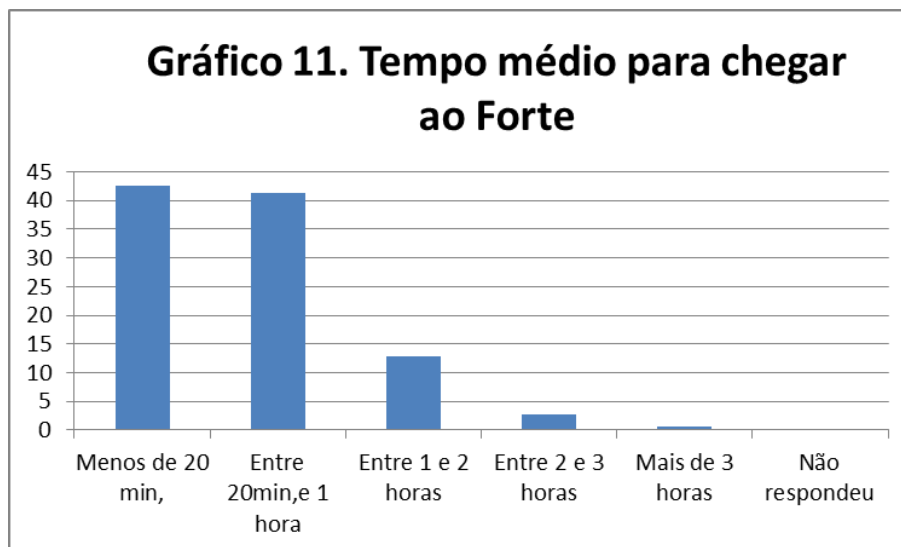


Sobre o meio de transporte utilizado para chegar ao Forte de Copacabana (Gráfico 10), os turistas que chegam a pé (61,11%) representam um número expressivo em relação aos demais. Os que vão de táxi somam 18,25% e os que chegam de ônibus ou vans regulares representam 8,73%. Quanto aos moradores, destacam-se os que chegam em carro próprio (31,18%), vindo em seguida os que chegam a pé (29,03%) e, depois, os que utilizam ônibus ou vans regulares (19,89%).

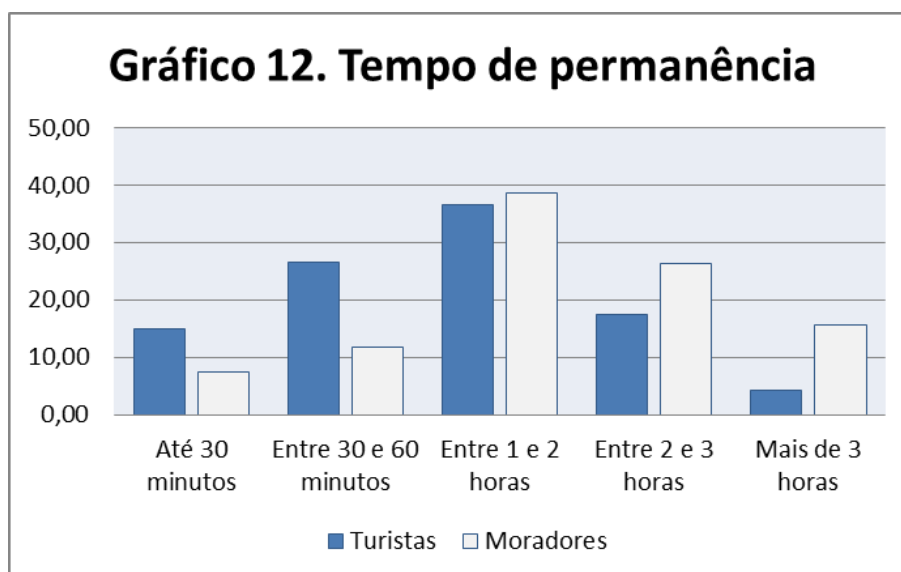


Quando perguntado aos moradores sobre o tempo médio para chegar ao forte (Gráfico 11), a maioria dos entrevistados informou gastar em média menos de 20 minutos para se

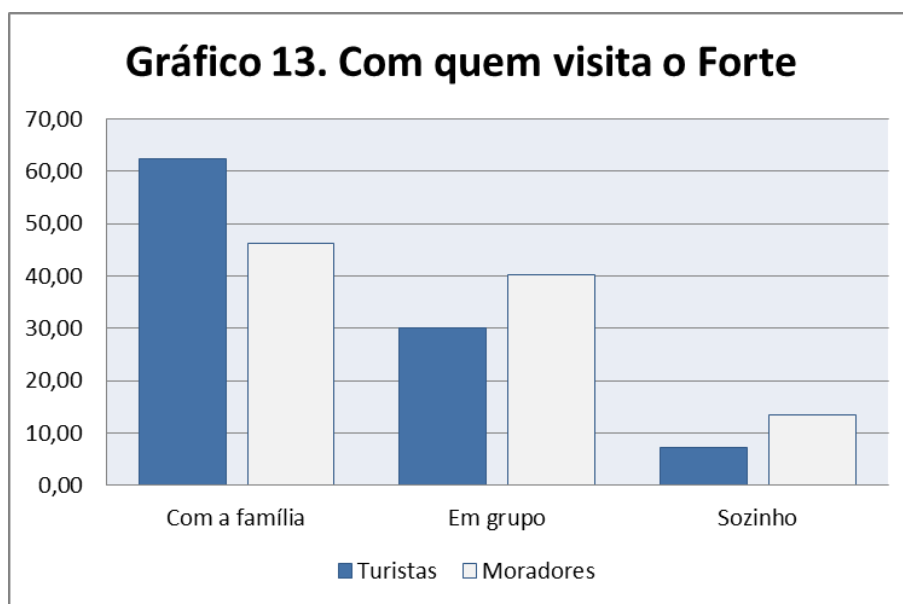
locomoverem até o atrativo (42,47%). Os que demoram entre 20 minutos e 1 hora representam 41,4%, e aqueles que levam entre 1 e 2 horas, 12,9%.



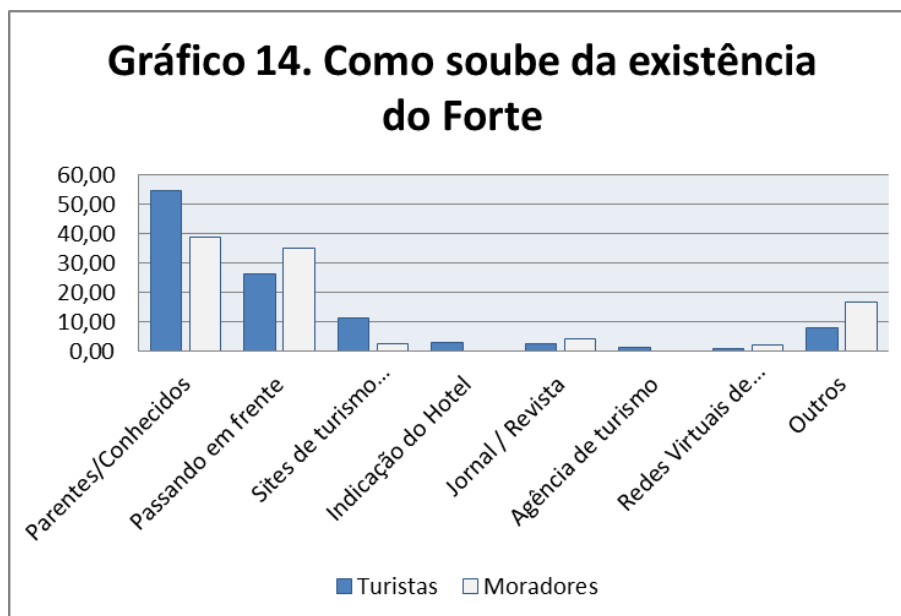
A pesquisa investigou sobre o tempo de permanência no Forte de Copacabana (**Gráfico 12**) e os resultados apontaram que a maioria de turistas (36,51%) e de moradores (38,71%) permanece no local entre 1 e 2 horas. Quanto ao menor tempo de permanência no forte – até 30 minutos – os turistas (15,8%) apresentaram um percentual maior em relação aos moradores (7,53%). No entanto, o gráfico aponta que os moradores permanecem mais tempo no espaço do que os turistas, tanto no intervalo de tempo entre 2 e 3 horas, como mais de 3 horas.



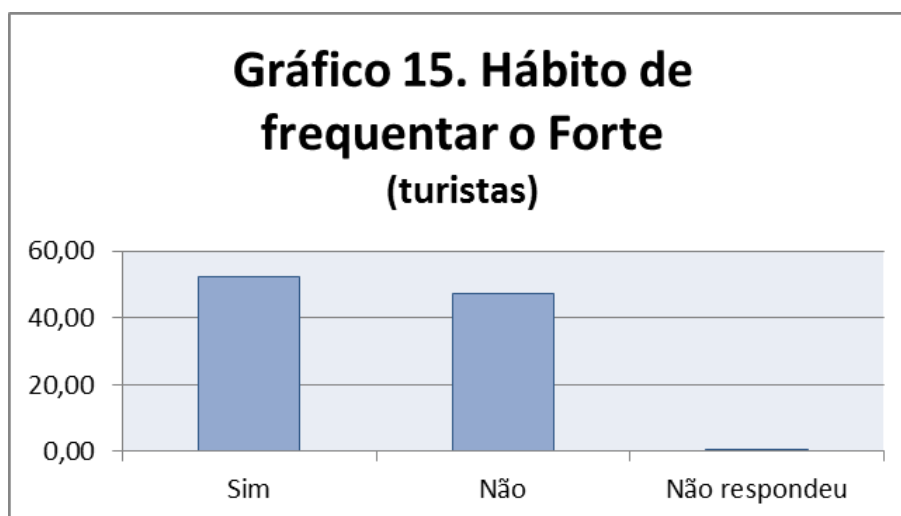
Outro dado levantado pela pesquisa diz respeito em companhia de quem o visitante vai ao forte (Gráfico 13). A maioria declarou estar acompanhada da família – turistas 62,30% e moradores 46,24%. Os que estavam em grupo apresentaram os seguintes números: turistas, 30,16% e moradores, 40,32%. Para os que declararam estarem desacompanhados durante a visita é possível observar que houve uma predominância dos moradores (13,44%) em relação aos turistas (7,14%).



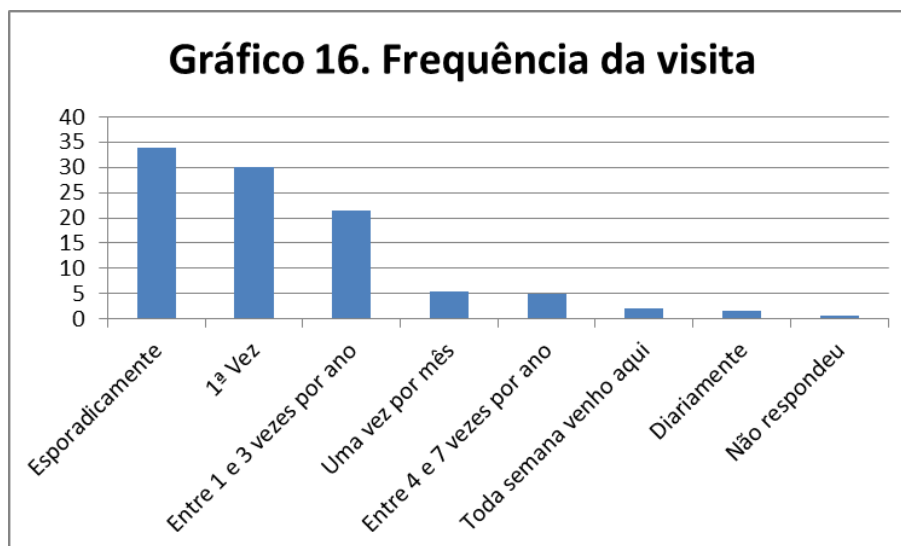
Sobre a maneira como souberam da existência do forte, o **Gráfico 14** demonstra que as opções “parentes/conhecidos” e “passando em frente” se destacaram, tanto para turistas, como para moradores. Os turistas que souberam do forte pelos conhecidos representam 50,40% dos entrevistados, enquanto os moradores correspondem a 38,71%. Já os que passaram em frente e descobriram o forte foram computados da seguinte forma: turistas, 24,21% e moradores, 34,95%. Parte dos turistas também informou que tomou conhecimento sobre o forte por intermédio de sites de turismo e/ou do site do forte (10,71%).



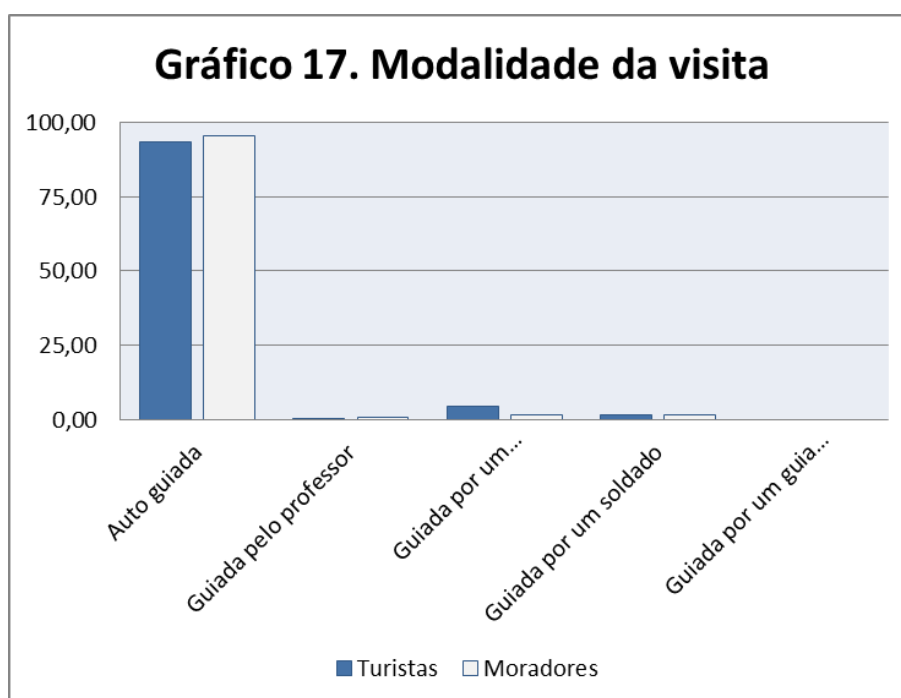
No **Gráfico 15** os dados apontam que grande parte dos turistas (52,38%) entrevistados tem o hábito de visitar fortificações em suas viagens, enquanto 47,22% disseram que não.



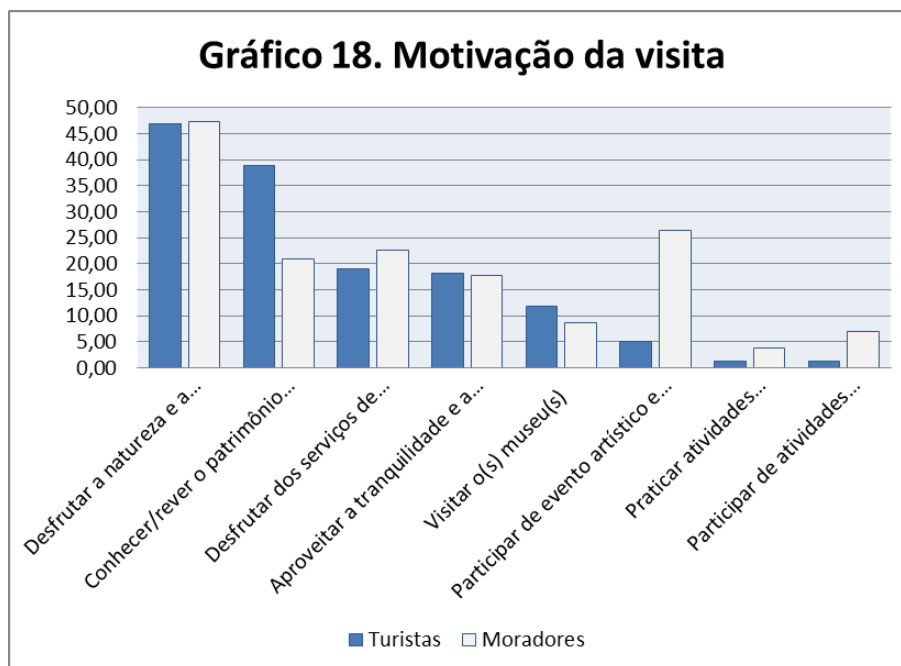
Quando os moradores foram indagados sobre com que frequência visitam o Forte de Copacabana (**Gráfico 16**), a resposta “esporadicamente” (33,87%) apareceu na frente, seguida da resposta “1ª vez” (30,11%) e “entre 1 e 3 vezes por ano” (21,51%).



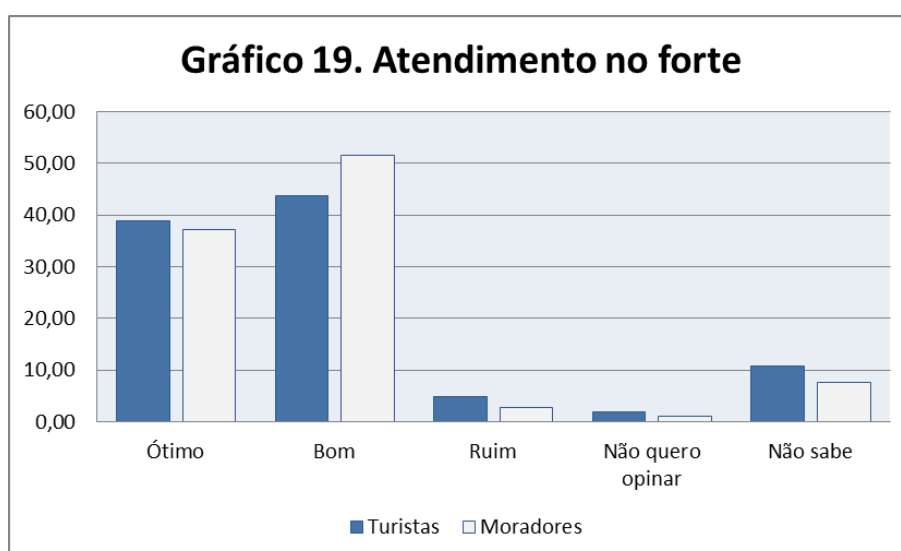
Em relação à modalidade da visita (**Gráfico 17**), o quesito “autoguiada” mostrou um alto percentual, tanto para moradores (95,7%), como para turistas (93,65%).



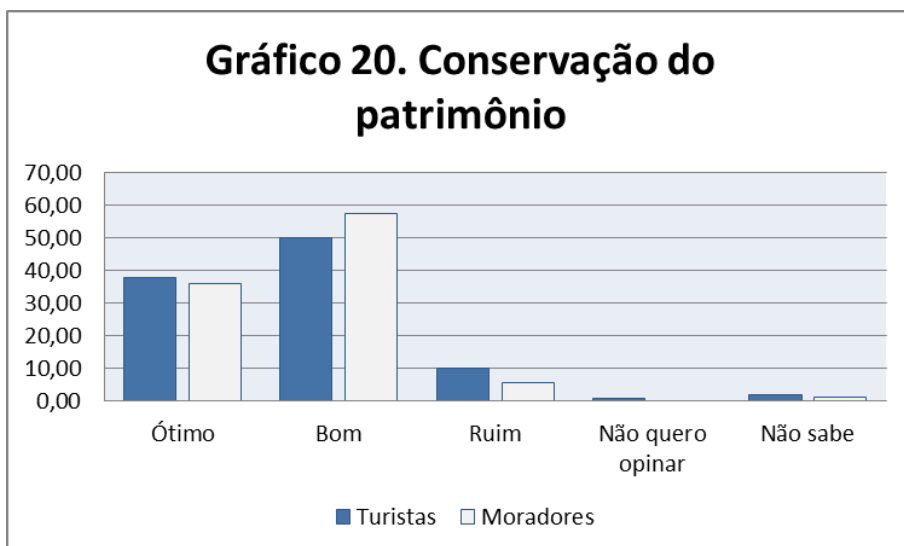
Quanto à motivação da visita ao forte (**Gráfico 18**), os moradores apresentaram suas escolhas da seguinte forma: desfrutar da natureza e da paisagem local (47,31%), participar de evento artístico e cultural (26,34%) e desfrutar dos serviços de alimentação (22,58%). Também para os turistas a principal motivação foi desfrutar da natureza e a paisagem local (46,83%), seguida de conhecer/rever o patrimônio (38,89%) e desfrutar dos serviços de alimentação (19,05%).



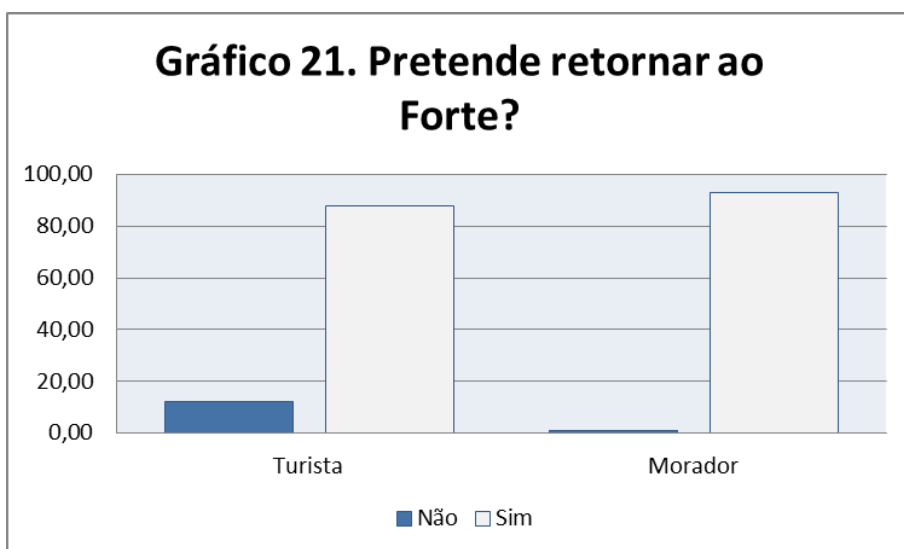
Quando perguntados sobre o atendimento no forte (**Gráfico 19**) realizado pelos funcionários do espaço, grande número dos moradores (51,61%) considerou ser bom. Essa avaliação também se repetiu em relação aos turistas (43,65%).



A pesquisa também procurou levantar dados sobre a conservação do patrimônio. E nesse caso, o **Gráfico 20** demonstra que a maioria dos moradores (57,53%) considerou ser boa a conservação do patrimônio, assim como grande parte dos turistas (50%).

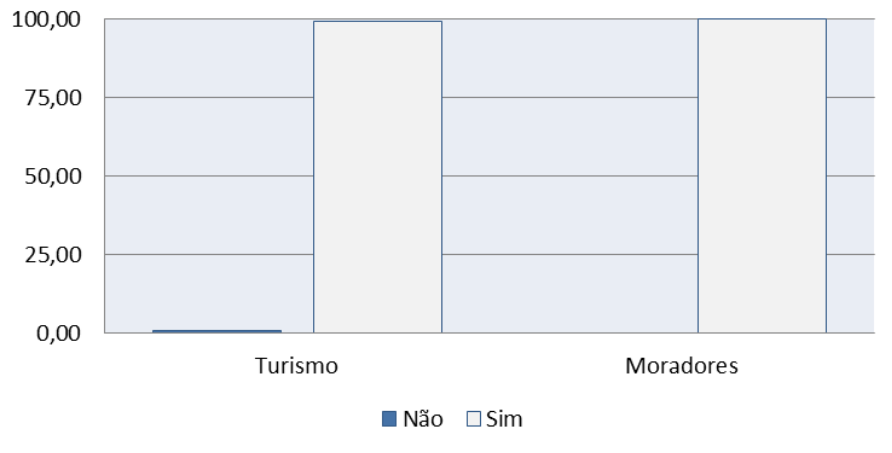


Quando indagados se pretendiam retornar ao forte (Gráfico 21), a maioria respondeu positivamente: turistas, 87,70% e moradores, 98,92%.



Finalmente, a pesquisa procurou descobrir se os visitantes indicariam a visita ao forte (Gráfico 22), obtendo uma avaliação positiva expressa pelos valores: moradores, 100% e turistas, 99,21%.

Gráfico 22. Indicaria a visita ao Forte?



CAPÍTULO 5

Uma história inacabada

A proposta inicial deste estudo tinha como objetivo entender como e quando a função original do Forte de Copacabana se transformou, e que tipo de relação esse lugar estabelece hoje com seus visitantes. Creio que as visitas realizadas no MHEx/FC, o contato com as pessoas responsáveis por operacionalizar o espaço, a pesquisa com os visitantes, assim como os referenciais teóricos utilizados para suportar este trabalho foram de grande valia para tentar responder à questão motivadora da pesquisa. No entanto, não encontrei apenas respostas que a contemplassem. Mais que isso, descobri o quanto o espaço MHEx/FC é rico e complexo na sua constituição.

Ao atribuir o adjetivo rico trago à luz tanto a relevância desse espaço como lugar de memória de uma faceta da história brasileira ainda pouco conhecida — ousou dizer até pouco prestigiada — pelo público, assim como sua função de difusor cultural que propaga diversas formas de expressão artística.

No que concerne à complexidade, são visíveis os esforços — tanto do MHEx/FC, como do DPHCEx — para conciliar as funções de espaço público turistificado, cujo objetivo é disseminar a memória histórica do Exército Brasileiro e atuar como um espaço cultural, com a função de uma base militar, que tem suas especificidades, e que está sob um comando maior de uma instituição que apresenta como missão preparar uma Força Terrestre, que se mantém em prontidão para garantir a soberania nacional, a lei e a ordem.

Contudo, apesar da árdua tarefa de harmonizar missões tão distintas, os resultados se apresentam de forma positiva, fazendo com que o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana se sobressaia no cenário carioca. O MHEx/FC é considerado hoje um espaço cultural de relevância na cidade do Rio de Janeiro. Desde que o Forte de Copacabana se transformou em museu, seu quadro de pessoal vem trabalhando com o intuito de exercer seu papel de difusor cultural com qualidade. Este empenho foi reconhecido e pode ser comprovado pelas últimas premiações recebidas no ano de 2013

– Prêmio Qualidade Rio⁵¹ e Prêmio “*Traveller’s Choice*”⁵² como 5º melhor museu do Brasil para visitação.

Retomando a questão inicial que norteia esta dissertação, vou me reportar ao começo de minhas visitas ao MHEx/FC, quando fui apoiada pelo Major Armada, militar citado anteriormente, responsável pelo setor técnico do museu. Coube a esse oficial a tarefa de me auxiliar durante o período em que desenvolvi minha pesquisa dentro do sítio, uma vez que ele já trabalha no forte há muitos anos e conhece bem seu *modus operandi*. Sendo assim, o Major Armada franqueou o acesso à biblioteca local e seu acervo, emprestou livros, forneceu várias informações sobre o sítio, além de disponibilizar a consulta em arquivos/pastas que continham uma coletânea de documentos relacionados à memória do forte. É interessante mencionar que nessas pastas encontrei uma diversidade de papéis. Dentre eles estavam folhetos, fotos, recortes de jornais e revistas que serviram de subsídios para escrever este trabalho.

Por sorte, logo na primeira varredura nos arquivos, deparei-me com um recorte de jornal muito significativo. Tratava-se da reportagem do Jornal *O Globo*, de 15/03/1975 — mencionada no capítulo 4 desta dissertação — que informava sobre o intento do Ministério da Educação e Cultura (MEC), conduzido àquela época por Ney Braga, de tomar o Forte de Copacabana a fim de evitar que fosse demolido e em seu lugar construíssem um hotel de turismo. Esse recorte de jornal, prontamente, passou a representar o fio da meada do novelo que eu deveria desenrolar.

Conforme as referências da historiadora Marly Rodrigues (2002), utilizadas nesta dissertação para abordar questões relativas a patrimônio cultural, no final da década de 1960 — já sob a égide do regime militar —, a indústria cultural tomava impulso no Brasil.

⁵¹ O Prêmio Qualidade Rio foi lançado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1999, com o intuito de reconhecer instituições públicas e privadas, sediadas no estado e que apresentaram desempenho de excelência conforme preconizam os princípios da Gestão pela Qualidade Total.

Disponível em:

<http://www.mbc.org.br/mbc/rj/index.php?Itemid=123&id=36&option=com_content&task=view>

Acesso em: jan de 2014.

⁵² O Prêmio *Traveller’s Choice* é uma realização do site de viagens *TripAdvisor* onde milhares de viajantes avaliam e contribuem com dicas sobre atrativos e serviços prestados em várias cidades do mundo.

Disponível em: <<http://www.tripadvisor.com.br/TravelersChoice-Attractions-cMuseums>>

Acesso em: out. de 2013.

O poder público reconhecia tanto o valor cultural do patrimônio, enquanto lugar de memória, como identificava o seu valor potencial de mercadoria de consumo cultural. Outra reportagem, também do Jornal *O Globo*, 03/02/1975 — citada ainda no capítulo 4 — relatava um plano do MEC destinado à recuperação de prédios históricos, o que corrobora as informações de Marly Rodrigues sobre a preocupação do poder público em preservar o patrimônio cultural naquele período.

Durante a década de 1970, o Brasil padecia com problemas relacionados à falta de emprego, moradia e desenvolvimento econômico. O poder público precisava sanar estas questões. Foi então que se vislumbrou como solução para alguns problemas a realização da parceria entre o patrimônio e o turismo. Dessa forma, o patrimônio poderia ser salvo, em virtude de seu aproveitamento econômico, pelo viés dessa atividade tão rentável.

Obviamente, um forte esvaziado de suas funções militares, que estava localizado em um bairro como Copacabana — emblemático por seu *glamour*; reconhecido como cartão-postal da cidade e local de turistas — não tardaria a entrar na mira da especulação imobiliária. Além disso, de acordo com a reportagem do Jornal *O Globo*, de 15/03/1975, o Ministério do Exército pretendia obter recursos para remodelar e construir novos quartéis, o que para a instituição justificava a venda de seus imóveis “altamente valorizados” e que já apresentavam restrições em relação aos usos originais. Em consequência disso, o Forte de Copacabana encabeçava a lista dos imóveis que seriam vendidos pelo Exército Brasileiro.

A iniciativa do Presidente da República Ernesto Geisel, ao assinar um decreto incorporando as instalações do Forte de Copacabana ao Patrimônio da União, resguardou toda a área do sítio, permitindo, dessa forma, que o espaço pudesse posteriormente ser transformado em museu.

E assim, em 1986, o Ministro do Exército à época, General Leônidas Pires Gonçalves, ordenou a criação do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, extinguindo, posteriormente, a antiga unidade militar operacional — o 3º Grupo de Artilharia de Costa — para dar lugar a um centro cultural.

A criação do MHEx/FC demandou esforços por parte de uma equipe multidisciplinar de profissionais que além de restaurar o antigo forte, deveriam compor um acervo e organizá-lo no espaço, de tal forma que pudessem contar a história do Exército Brasileiro, desde o período do descobrimento do Brasil até os dias atuais. Além disso, conforme informação da Revista *Verde-Oliva*, mencionada no capítulo 4, que trata sobre a turistificação do Forte de Copacabana, havia a intenção de transformar o sítio em um ponto turístico, aproveitando sua privilegiada localização, na ponta rochosa entre os mares de Copacabana e Ipanema.

Finalmente, em 1992, a antiga fortificação é aberta à visitação pública apresentando uma exposição que abordava o cotidiano do Forte de Copacabana. É importante lembrar que a década de 1990 foi significativa para o MHEx/FC, pois contou com o apoio do Ministro do Exército – General Zenildo de Lucena – que investiu recursos no espaço tornando possível a implementação do museu. Assim, estava implementando o projeto do Ministério do Exército que pretendia abrir as portas à visitação pública de todas as fortificações militares espalhadas pelo Brasil. O projeto da instituição vislumbrava os ganhos que poderiam ser alcançados, por intermédio do turismo, e, conseqüentemente, possibilitariam o restauro e a preservação dos fortes brasileiros. O projeto teve início no Rio de Janeiro e, hoje em dia, muitas são as fortificações que recebem visitantes segundo as normas regulamentadas pelo DPHCEx.

Atualmente, segundo fontes já apontadas no texto, o MHEx/FC é considerado o terceiro ponto turístico mais visitado na cidade do Rio de Janeiro, perdendo apenas para o Corcovado e o Pão de Açúcar. Ao longo dos anos, o número de visitantes vem crescendo vertiginosamente. De acordo com dados levantados para esta pesquisa, em 2005 o número de visitantes computado era de 45 mil/ano. Já em 2012 o quantitativo chegou à marca de 781.933 visitantes/ano. Presumo que esse sucesso de público faz jus a algumas considerações.

Todos os estudos e observações que fiz, no decorrer do período em que se desenvolveu esta pesquisa, levam-me a crer que o MHEx/FC atrai um grande número de visitantes em virtude de uma soma de fatores. Cabe esclarecer, antes de apontar estes fatores, que a ordem escolhida para registrá-los não segue um critério de maior ou menor importância na medida em que são elencados.

Início minha lista com o fato de o MHEx/FC estar localizado em Copacabana, um bairro de fácil acesso; bem servido em termos de meios de transporte; com grande concentração de estabelecimentos comerciais e diversificação de serviços. Além disso, Copacabana concentra um grande número de hotéis (63), e, segundo dados levantados ao longo da pesquisa, correspondem hoje a 7.366 unidades habitacionais.

Vale salientar que na pesquisa realizada com os visitantes do Forte de Copacabana, por iniciativa do Projeto *Roteiros dos Fortes*, 61,11% dos turistas informaram ter chegado a pé ao local. Ainda nesse levantamento, 53,17% dos turistas entrevistados declararam estar hospedados em hotéis. Analisando os dados, e fazendo um cruzamento entre eles, é possível inferir que grande parte desses turistas provavelmente estivesse hospedada em Copacabana.

Recorrendo mais uma vez à pesquisa realizada com os visitantes do Forte de Copacabana, apesar de a grande maioria de visitantes — tanto turistas, como moradores —, terem informado que souberam da existência do forte por pessoas conhecidas, alguns números apontaram que visitantes também descobriram o forte ao passarem em frente a ele. O MHEx/FC encontra-se à beira do calçadão de Copacabana, fácil de ser avistado por aqueles que passeiam pela orla, além de sua entrada estar situada ao nível da calçada, o que facilita o acesso de qualquer visitante ao atrativo.

Outro ponto relevante a ser considerado, no que concerne ao sucesso de público, diz respeito à segurança oferecida ao visitante durante sua permanência no espaço, em virtude de ser uma instituição guardada pelo Exército Brasileiro. Essa relevância foi referenciada por Adler Castro (2013), neste trabalho, ao mencionar que o caráter simbólico das fortificações associa poder e segurança. Para o historiador, a presença de um vigilante armado numa fortificação representa e concretiza o poder do Estado e a sensação de segurança que este poder transmite.

Ainda evocando o historiador Adler Castro, com o intuito de corroborar minhas considerações, também creio que a fortificação em si, apesar de ser uma construção do século XX, traz à tona o imaginário das pessoas conectando-as ao passado histórico do antigo Rio de Janeiro, que viveu muitos anos à mercê dos ataques de piratas e corsários. A fortificação, assim como o acervo do museu, materializa o passado, o conceito de

raízes que é significativo para a sociedade. Tudo isso tem um apelo expressivo para o visitante, seja ele turista ou morador.

Cabe ainda elencar a boa infraestrutura do espaço, com destaque para a presença da tradicional Confeitaria Colombo. O MHEx/FC é capaz de abrigar uma agenda diversificada e numerosa, com atividades culturais de qualidade e muitas delas, às vezes, gratuitas. É bom salientar que os ingressos são relativamente baratos se compararmos com os de outros atrativos turísticos da cidade.

Para finalizar a listagem, lembro que o MHEx/FC encontra-se em lugar privilegiado, tombado pelo IPHAN e pelo INEPAC, pelo Conjunto Paisagístico Natural e Arquitetônico e por ser um sítio natural localizado em área de proteção ambiental. Obviamente, esta posição geográfica – uma rocha entre os mares de Copacabana e Ipanema – faz do lugar um espaço aprazível, que oferece ao visitante a oportunidade de usufruir de uma paisagem deslumbrante. E como já foi dito anteriormente, esta paisagem é capaz de seduzir e induzir seu observador a transcender a barreira do imaginário e viajar para o invisível, levando consigo o seu baú de memórias.

No meu entendimento, grande parte dos visitantes do MHEx/FC – sejam turistas ou moradores – dialogam com o espaço tal qual revela Hassan Zaoual (2006) em sua teoria sobre *Sítios Simbólicos de Pertencimento*. A entrada no sítio do antigo Forte de Copacabana – lugar impregnado de vida, valores, sentidos, crenças, revelações e realizações – desperta o visitante e o induzem a uma dinâmica própria, onde ele e o sítio se relacionam na interface do tempo e do espaço, entremeando o passado e o presente, semeando o sentimento de pertencimento.

Cabe dizer que, ao “abraçar” o Forte de Copacabana como meu objeto de estudo, aprendi muito sobre ele. Dialoguei de tal forma com o espaço que, hoje, obviamente, minha compreensão sobre ele e a relação estabelecida com o sítio vão além da superficialidade. O Forte de Copacabana ganhou outros significados que transcendem o atributo “atrativo turístico”. Esse lugar de memória, patrimônio cultural da “cidade maravilhosa”, hoje faz parte de um pedaço da minha história. Ocupa um lugar na minha memória, pois se tornou para mim um sítio simbólico de pertencimento.

Ao nomear este capítulo de “Uma história inacabada”, parti do princípio que a história que me propus a contar, desde o início deste trabalho, não tem fim. Afinal, é fato que o mundo se transforma e, assim como ele, transformam-se os espaços, as pessoas, os valores e as relações estabelecidas – entre cada um desses elementos e deles com o mundo.

Além disso, compartilho a ideia de que não existe uma única história, pois o ato da narrativa não se baseia apenas em fatos. Há que se levar em conta o discurso do narrador que — pautado na sua realidade, valores e sentidos — conta a história sob seu ponto de vista, transmite a mensagem impregnada de suas verdades.

Ao concluir minha dissertação — um recorte sobre a história do Forte de Copacabana — fica o desejo de que ela desperte em outros pesquisadores a vontade de investigar um pouco mais sobre esse lugar. Afinal, parafraseando William Shakespeare, há muito mais mistérios entre as muralhas do Forte e o mar de Copacabana do que possa supor minha vã filosofia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

ALVADIA, Paulo. Aos 120 anos, Copacabana tem problemas como conservação de calçadas e população de rua. *O Dia*. Rio de Janeiro, 09 jul. 2012. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/aos-120-anos-copacabana-tem-problemas-como-conserva%C3%A7%C3%A3o-de-cal%C3%A7adas-e-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-1.460572>>. Acesso em: abr. de 2013.

AQUINO, Rubin. As revoltas populares do século XVII ao XX. In: LESSA, Carlos; VIEIRA, Fernando A. da C.; ROEDEL; Hiran (Orgs.). *Rio de Janeiro: panorama sociocultural*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.

ARMADA, João Rogério de Souza, *O Sistema Defensivo da Cidade do Rio de Janeiro: a História do Forte de Copacabana (1908-1945)*. Rio de Janeiro, 2005. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar. Universidade do Rio de Janeiro. 2005.

BÁRCIA, Margot Ferreira. *Desvendando o Cenário Urbano: Copacabana, Pirotecnia de Signos*. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

BARRETTO, Anníbal. *Fortificações do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

BARTHES, Roland. *Introdução à análise estrutural da narrativa*. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G. e BURSZTYN, Ivan. *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. *Eu e tu*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

BURSZTYN, Ivan. *Políticas públicas de turismo visando a inclusão social*. Rio de Janeiro, 2005. VII, 110 p. 29,7 cm. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução por Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. *O Rio de Janeiro nas Alturas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

_____. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.08-22, out. 2013. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=903&path%5B%5D=362>>. Acesso em: nov. de 2013.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13 ed. São Paulo: Ática. 2005

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

COPACABANA, o purgatório da beleza e do caos. *CBN*. Rio de Janeiro, 27 fev. 2013. Disponível em: < <http://cbn.globoradio.globo.com/colunas/mais-rio/2013/02/27/COPACABANA-O-PURGATORIO-DA-BELEZA-E-DO-CAOS.htm>>. Acesso em: abr. de 2013.

COSTA, Jacqueline. Copacabana terá mais 12 hotéis até as Olimpíadas. *O Globo*. Rio de Janeiro, p.11, 09 abr. 2013.

DACULTURA. Fundação Cultural Exército Brasileiro. Entrevista com o General Zenildo. Brasília, Ano IX, Nº16, abr. 2010. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/19_5p3s.pdf>. Acesso em: mar. de 2013.

DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural-recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, Juliana. Copacabana tem calçadas com buracos e obras que dificultam a locomoção dos pedestres. *CBN*. Rio de Janeiro, 10 abr. 2012. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2012/04/10/COPACABANA-TEM-CALCADAS-COM-BURACOS-E-OBRAS-QUE-DIFICULTAM-A-LOCOMOCAO-DOS-PEDESTRES.htm>>. Acesso em: abr. de 2013.

DUARTE, Ronaldo Goulart. *A cidade, que lugar é esse?* São Paulo: Editora do Brasil, 2003.

ENDERS, Armelle. *História do Rio de Janeiro*. Trad. Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 615, 13 nov. 2000. Normas para a abertura das fortificações à visitação pública. Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.dphcex.ensino.eb.br/docs/ligislacao/Port%20Nr%20615%20de%2013%20NOV%202000_normas%20para%20a%20abertura%20das%20fortificacoes%20a%20visitacao%20publica.pdf>. Acesso em: abr. de 2013.

FLICK, Uwe. *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre. Bookman; Artmed. 2009.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1531- 1800*. Rio de Janeiro: EdUERJ: J. Olympio, 1999.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Os lugares turísticos: território do fenômeno turístico. *GEOGRAPHIA: revista da pós-graduação em geografia da UFF*, Niterói, ano II, nº 4, p.121-133, 2000.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. In: *Revista Território*. LAGET, UFRJ, ano IV, nº 7, jul/dez. Rio de Janeiro, 1999.

_____. O conceito de Lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. *GEOgraphia*-Ano V – Nº 10 - 2003

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IPHAN. *Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2505>>. Acesso em: nov. de 2013.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo.

IN: RODRIGUES, Adyr A.B. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Unesp, 1988.

_____. *História e Memória*. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LE MOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção primeiros passos).

LESSA, Carlos; VIEIRA, Fernando A. da C.; ROEDEL; Hiran (Orgs.). *Rio de Janeiro: panorama sociocultural*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.

LYRA, Cyro Corrêa. *Documenta histórica dos municípios do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2006, il.

MACHADO, Marcelo de Barros Tomé. A formação do espaço turístico do Rio de Janeiro. In: BARTHOLLO, Roberto; DELAMARO, Maurício e BADIN, Luciana. (Orgs.) *Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEC anuncia plano para recuperar os prédios históricos. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 2, 03 fev. 1975.

MEC estuda tombamento do Forte de Copacabana. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 11, 15 mar. 1975.

MENDES, Francisco Roberval; VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004*.

MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

MORAES, Sandra Zivkovic. *As fortificações da cidade do Rio de Janeiro: uma abordagem histórica visando a contribuição para o desenvolvimento do turismo*

cultural. Coleção Patrimônio Turístico – Volume III, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Especial de Turismo, Rio de Janeiro, 2006.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira; CASTRO, Adler Homero F.de. *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE DE COPACABANA. Museu Histórico do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Art Técnica Comunicação, 2009.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Traduzido por Yara Aun Khoury de Lês Lieux de Memórie. In: Projeto História. São Paulo: Brasil, 1993.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *A Defesa Militar do Pôrto e da Cidade do Rio de Janeiro em Quatro Séculos*. Rio de Janeiro: S Ge Ex- Imprensa do Exército, 1957.

QUINTELLA, Marcos. Copacabana está uma vergonha! *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09 set. 2009. Disponível em:

<http://www.jblog.com.br/ttp.php?itemid=15447>>. Acesso em: abr. de 2013.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Orgs.) *Turismo e patrimônio cultural*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto).

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Tradução de Vera Ribeiro, São Paulo: Martins, 2007.

SEARA, Berenice. *Guia de Roteiros do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Infoglobo Comunicações Ltda, 2004.

SECOMANDI, E. R. Circuito dos fortes: vertente colonial. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Turismo nas fortalezas. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.65-85, out. 2013. Disponível em:

<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=905>> Acesso em: fev. de 2014.

SILVA, Hélio. *1922- Sangue nas Areias de Copacabana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

STYCER, Daniel. “Turismo Verde-Oliva” - Exército autoriza abertura de 15 fortes no Rio de Janeiro para visitação pública. *Isto É*. São Paulo, nº 1296, 03 ago. 1994.

TAVARES, Aurelio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

TAHAN, Malba. *A arte de ler e contar histórias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França : COPPE/UFRJ, 2006.

VERDE-OLIVA: Publicação do Centro de Comunicação Social do Exército. Brasília: DF. n° 121. 1988.


_____. Publicação do Centro de Comunicação Social do Exército. Brasília: DF. Ano XXXVIII- n° 208. – Out/Nov/Dez ,2010.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>> Acesso em: abr. de 2013.

ANEXO 1 – Formulário de entrevista com moradores

Anexo 1

PROJETO ROTEIROS DOS FORTES – ENTREVISTAS COM VISITANTES - MORADORES



ROTEIROS DOS FORTES
BAÍA DE GUANABARA

1. Local da sua residência permanente
 Bairro _____ UF _____
 Cidade _____

2. Meio de transporte utilizado para chegar ao FORTE
 Ônibus/vans regulares carro próprio
 táxi motocicleta bicicleta
 a pé metrô Outro

3. Qual o tempo médio gasto para chegar até o FORTE?
 Menos de 20 min. Entre 20min.e 1 hora
 Entre 1 e 2 horas Entre 2 e 3 horas
 Mais de 3 horas

4. Com que frequência visita este FORTE?
 1ª Vez Diariamente
 Toda semana venho aqui Uma vez por mês
 Entre 1 e 3 vezes por ano Entre 4 e 7 vezes por ano
 Esporadicamente

5. Qual foi o seu tempo de permanência no FORTE nesta visita?
 até 30 minutos entre 30 e 60 minutos
 entre 1 e 2 horas entre 2 e 3 horas
 mais de 3 horas

6. Como ficou sabendo do FORTE?
 Parentes / conhecidos Passando em frente
 Sites de turismo ou do Forte Jornal / Revista
 Redes Virtuais de relacionamentos Outros

7. Quais Fortes da Baía da Guanabara, da lista abaixo, você já havia visitado anteriormente?
 Fortaleza de Santa Cruz Forte do Leme/Duque Caxias
 Forte do Pico e São Luiz Forte de Copacabana
 Fortaleza da Conceição Fortaleza da Urca/S.João
 Nenhum

8. Qual o principal motivo da sua visita ao FORTE?
 Conhecer/rever o patrimônio histórico e militar
 Desfrutar o ambiente e a paisagem local
 Praticar atividades físicas/esportivas
 Participar de evento artístico e cultural
 Participar de atividades profissionais e negócios
 Desfrutar dos serviços de alimentação
 Aproveitar a tranquilidade e a segurança do lugar

9. Qual a sua opinião sobre a cobrança de ingresso para acesso ao FORTE?
 o valor é muito alto
 Considero o valor cobrado justo
 Não deveria ser cobrado ingresso

10. Você está visitando o FORTE:
 Sozinho Em grupo Com família

11. Se em grupo ou família, quantas pessoas ? _____

12. Você está sendo acompanhado por?
 Guia de Turismo credenciado Morador Vim sozinho

13. Pretende retornar ao FORTE?
 Sim Não

14. Indicaria a visita para outras pessoas?
 Sim Não

15. Avalie os itens abaixo, relacionados a ESTE FORTE:

	Ótimo	Bom	Ruim	Não Sabe	Não quero opinar
Acesso ao FORTE					
Recepção e atendimento pelo pessoal do Exército					
Mapas/folhetos					
Limpeza no FORTE					
Sanitários					
Espaços de alimentação					
Estacionamento					
Acesso para deficientes físicos					
Sinalização interna					
Sinalização externa					
Conservação do patrimônio					
Adequação do ambiente às crianças e terceira idade					1

16. Sexo:
 Masc. Fem.

17. Faixa etária:
 14 a 17 anos 18 a 25 anos 26 a 34 anos
 35 a 50 anos 51 a 65 anos mais de 65 anos

18. Escolaridade:
 Ensino Fundamental Ensino médio
 Nível superior Pós-Graduado
 Sem escolaridade

19. Você estaria disposto a pagar R\$ 70,00, por pessoa, para fazer um passeio turístico em 3 fortificações da Baía da Guanabara?
 Sim Não, prefiro utilizar esse valor em outras finalidades.
 Não, é caro.

20. Vínculo com as fortificações:
 Militar Civil

Observações: colocar no verso do formulário

Pesquisador: _____
Data: _____

Realização



Parceiro




Apoio



ANEXO 2 – Formulário de entrevista com turistas

Anexo 2

PROJETO ROTEIROS DOS FORTES – ENTREVISTAS COM VISITANTES - TURISTAS



1. Local da sua residência permanente

Cidade _____ UF _____

País _____

2. Local onde está hospedado?

Hotel Albergue Apto alugado
 Casa de amigos/parentes Apart Hotel
 Não está hospedado Outro. Qual? _____

3. Como ficou sabendo do FORTE?

Parentes / Conhecidos Agência de Turismo
 Passando em frente Indicação do Hotel
 Jornal / Revista Sites de turismo e/ou do forte
 Redes virtuais de relacionamentos Outros

4. Meio de transporte utilizado para chegar ao FORTE

Ônibus/vans regulares carro próprio
 táxi ônibus/van de excursão
 bicicleta motocicleta a pé

5. Tem o hábito de frequentar fortes/fortificações durante as suas viagens?

Sim Não

6. Qual foi o seu tempo de permanência no FORTE nesta visita?

até 30 min. entre 30 e 60 min.
 entre 1 e 2 horas entre 2 e 3 horas
 mais de 3 horas

7. Quais Fortes da Baía da Guanabara, da lista abaixo, você já havia visitado anteriormente?

Fortaleza de Santa Cruz Forte do Leme/Duque Caxias
 Forte do Pico e São Luiz Forte de Copacabana
 Fortaleza da Conceição Fortaleza da Urca/S.João
 Nenhum

8. Qual o principal motivo da sua visita ao FORTE?

Conhecer/rever o patrimônio histórico e militar
 Desfrutar o ambiente e a paisagem local
 Praticar atividades físicas/esportivas
 Participar de evento artístico e cultural
 Participar de atividades profissionais e negócios
 Desfrutar dos serviços de alimentação
 Aproveitar a tranquilidade e a segurança do lugar

9. Pretende retornar ao FORTE? Sim Não

10. Indicaria a visita para outras pessoas? Sim Não

11. Sua visita foi contratada por meio de uma agência de turismo?
 Sim Não

12. Qual a sua opinião sobre a cobrança de ingresso para acesso ao FORTE?

o valor é muito alto
 Considero o valor cobrado justo
 Não deveria ser cobrado ingresso

13. Você está visitando o FORTE:

Sozinho Em grupo Com família

14. Se em grupo ou família, quantas pessoas? _____

15. Você está sendo acompanhado por?

Guia de Turismo credenciado Morador Vim sozinho

16. Avalie os itens abaixo, relacionados a ESTE FORTE:

	Ótimo	Bom	Ruim	Não Sabe	Não quero opinar
Acesso ao FORTE					
Recepção e atendimento pelo pessoal do Exército					
Mapas/folhetos					
Limpeza no FORTE					
Sanitários					
Espaços de alimentação					
Estacionamento					
Acesso para deficientes físicos					
Sinalização interna					
Sinalização externa					
Conservação do patrimônio					
Adequação do ambiente às crianças e terceira idade					

17. Sexo: Masc. Fem.

18. Faixa etária:

14 a 17 anos 18 a 25 anos 26 a 34 anos
 35 a 50 anos 51 a 65 anos mais de 65 anos

19. Escolaridade:

Ensino Fundamental Ensino médio Nível superior
 Pós-Graduado Sem escolaridade

20. Você estaria disposto a pagar R\$ 70,00, por pessoa, para fazer um passeio turístico em 3 fortificações da Baía da Guanabara?

Sim Não, prefiro utilizar esse valor em outras finalidades.
 Não, é caro.


21. Vínculo com as fortificações:

Militar Civil


Observações: colocar no verso do formulário

Pesquisador: _____ Data: _____


Realização



Parceiro



Apoio



APÊNDICE 1 – PLANILHA DE DADOS - TURISTAS E MORADORES



Total de moradores entrevistados 186

Total de turistas entrevistados 252

Sexo:	Turistas	Moradores
VALOR RELATIVO		
Feminino	56,35	60,75
Masculino	43,65	39,25

Faixa etária:	Turistas	Moradores
VALOR RELATIVO		
14 a 17 anos	0,79	5,38
18 a 25 anos	10,32	15,05
26 a 34 anos	31,75	25,81
35 a 50 anos	33,33	22,04
51 a 65 anos	19,05	18,28
mais de 65 anos	4,76	13,44

Você é:	Turistas	Moradores
VALOR RELATIVO		
Civil	97,22	91,40
Militar	2,78	8,60
	Civil	Militar
Turistas	97,22	2,78
Moradores	91,40	8,60

Escolaridade:	Turistas	Moradores
VALOR RELATIVO		
Ensino Fundamental	1,59	4,3
Ensino médio	15,87	20,43
Nível Superior	48,02	51,61
Pós-Graduado	34,13	23,66
Não respondeu	0,40	0,00

Local de residência:	Turistas
VALOR RELATIVO	
Brasil	84,52
America Latina	3,97
America do Norte	3,57
Europa	6,75
Asia	0,79
Africa	0,40
Oceania	0,00

Turistas brasileiros	
Qual o local da sua residência permanente? (Estado)	VALOR RELATIVO
São Paulo	26,29
Rio Grande do Sul	12,68
Minas Gerais	7,98
Bahia	6,10
Pernambuco	6,10
Distrito Federal	5,63
Goiás	3,76
Paraná	3,76
Ceará	3,29
Pará	3,29
Rio de Janeiro	3,29
Amazonas	2,82
Santa Catarina	2,82
Alagoas	2,35
Rio Grande do Norte	2,35
Paraíba	1,88
Espírito Santo	1,41
Mato Grosso do Sul	1,41
Mato Grosso	0,94
Sergipe	0,94
Piauí	0,47
Rondonia	0,47
Maranhão	0,00
Tocantins	0,00

Moradores	
Qual o local da sua residência? (CIDADE)	VALOR RELATIVO
Rio de Janeiro	87,63
Niterói	5,91
Duque de Caxias	2,15
Nova Iguaçu	1,61
São João de Meriti	1,61
São Gonçalo	1,08
Itaboraí	0
Magé	0
Maricá	0
Não respondeu	0

Moradores	
Qual o local da sua residência? (BAIRRO)	VALOR RELATIVO
Copacabana	26,34
Tijuca	4,84
Barra da Tijuca	4,3
Botafogo	3,23
Flamengo	3,23
Ipanema	3,23
Centro	1,62
Outros bairros da Zona Sul	11,31
Outros bairros da Zona Norte	15,63
Outros bairros da Zona Oeste	9,69

Turistas	
Local onde está hospedado?	VALOR RELATIVO
Hotel	53,17
Casa de amigos/parentes	23,41
Apartamento alugado	13,10
Albergue	4,37
Apart Hotel	2,38
Não está hospedado	1,59
Não respondeu	0,79
Pousada	0,40
Sesc	0,40
Apartamento emprestado	0,40
Alojamento do Exército	0,00

	Turistas Moradores	
Meio de transporte utilizado para chegar ao FORTE:	VALOR RELATIVO	
A pé	61,11	29,03
Táxi	18,25	10,22
Ônibus/Vans Regulares	8,73	19,89
Carro próprio	7,54	31,18
Bicicleta	1,59	0,54
Ônibus/van de excursão	0,79	0,00
Motocicleta	0,00	0,54
Metro	0,00	8,60
Outros	1,98	0,00
Não respondeu	0,00	0,00

	Moradores
Qual o tempo médio gasto para chegar até o FORTE?	VALOR RELATIVO
Menos de 20 min,	42,47
Entre 20min,e 1 hora	41,4
Entre 1 e 2 horas	12,9
Entre 2 e 3 horas	2,69
Mais de 3 horas	0,54
Não respondeu	0

	Turistas Moradores	
Qual foi seu tempo de permanência no FORTE nesta visita?	VALOR RELATIVO	
Até 30 minutos	15,08	7,53
Entre 30 e 60 minutos	26,59	11,83
Entre 1 e 2 horas	36,51	38,71
Entre 2 e 3 horas	17,46	26,34
Mais de 3 horas	4,37	15,59

	Turistas Moradores	
Você está visitando o FORTE:	VALOR RELATIVO	
Com a família	62,30	46,24
Em grupo	30,16	40,32
Sozinho	7,14	13,44
Não respondeu	0,40	0,00

	Turistas Moradores	
Como ficou sabendo do FORTE?	VALOR RELATIVO	
Parentes/Conhecidos	54,51	38,71
Passando em frente	26,18	34,95
Sites de turismo e/ou do forte	11,59	2,69
Indicação do Hotel	3,00	0,00
Jornal / Revista	2,58	4,30
Agência de turismo	1,29	0,00
Redes Virtuais de relacionamentos	0,86	2,15
Outros	8,15	16,67
Não respondeu	0,00	0,54

	Turistas
Tem o hábito de frequentar fortes/fortificações durante as suas viagens?	VALOR RELATIVO
Sim	52,38
Não	47,22
Não respondeu	0,40

	Moradores
Com que frequência visita este FORTE?	VALOR RELATIVO
Esporadicamente	33,87
1ª Vez	30,11
Entre 1 e 3 vezes por ano	21,51
Uma vez por mês	5,38
Entre 4 e 7 vezes por ano	4,84
Toda semana venho aqui	2,15
Diariamente	1,61
Não respondeu	0,54

	Turistas	Moradores
Esta visita ao FORTE foi:	VALOR RELATIVO	
Auto guiada	93,65	95,70
Guiada pelo professor	0,40	0,54
Guiada por um morador/amigo	4,37	1,61
Guiada por um soldado	1,59	1,61
Guiada por um guia profissional	0,00	0,00

Turistas Moradores		
Indique, em ordem crescente, os três principais motivos de sua visita ao Forte	VALOR RELATIVO	
Desfrutar a natureza e a paisagem local	46,83	47,31
Conhecer/rever o patrimônio histórico e militar	38,89	20,97
Desfrutar dos serviços de alimentação	19,05	22,58
Aproveitar a tranquilidade e a segurança do lugar	18,25	17,74
Visitar o(s) museu(s)	11,90	8,6
Participar de evento artístico e cultural	5,16	26,34
Praticar atividades físicas/esportivas	1,19	3,76
Participar de atividades profissionais e negócios	1,19	6,99

Turistas Moradores		
Recepção e atendimento pelo pessoal do Exército	VALOR RELATIVO	
Ótimo	38,89	37,10
Bom	43,65	51,61
Ruim	4,76	2,69
Não quero opinar	1,98	1,08
Não sabe	10,71	7,53

Turistas Moradores		
Conservação do patrimônio	VALOR RELATIVO	
Ótimo	37,70	36,02
Bom	50,00	57,53
Ruim	9,92	5,38
Não quero opinar	0,79	0
Não sabe	1,59	1,08

Turistas Moradores		
Pretende retornar ao FORTE?	VALOR RELATIVO	
Não	12,30	1,08
Sim	87,70	92,98

Turistas Moradores		
Indicaria a visita para outras pessoas?	VALOR RELATIVO	
Não	0,79	0,00
Sim	99,21	100,00